

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Crenças das crianças relativamente à violência

Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica

Márcia Filipa Oliveira Martins

Professora Doutora Otilia Monteiro Fernandes

Professora Doutora Inês Relva



Vila Real, 2018

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Crenças das crianças relativamente à violência

Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica

Márcia Filipa Oliveira Martins

Professora Doutora Otília Monteiro Fernandes

Professora Doutora Inês Relva

Vila Real, 2018

Agradecimentos

A realização deste trabalho representa o ponto mais elevado do meu percurso académico. Ao longo destes anos sonhei com este momento como sendo o início do resto da minha vida. Não posso deixar de agradecer a todos os que permitiram que este momento se concretizasse.

Desde já agradeço às Professoras Otília Fernandes e Inês Relva por todo o apoio prestado, estava num momento em que começava a perder esperança na realização do meu maior sonho, e graças a estas duas fantásticas pessoas, voltei a ganhar confiança, e nunca lhes irei agradecer o suficiente pelo que fizeram.

Ao Doutor Eduardo Fernandes, que me acompanhou no meu estágio curricular e que se manteve sempre presente, lembrando-me do que sou capaz e acreditando mais em mim do que eu própria. A confiança que depositou em mim durante todo o tempo que trabalhámos juntos, fez-me perceber que era capaz, e que este é o único sentido que posso dar à minha vida, fez-me ter ainda mais certeza de que nasci para a Psicologia e que este é o meu futuro, o que realmente me fará uma pessoa feliz e completamente concretizada.

Agradeço às minhas colegas de curso, que ao longo desta jornada se tornaram minhas amigas para a vida toda, Ana Silveira, que me aguentou ao longo de todos estes anos, sempre ao meu lado, sem nunca me deixar cair no desânimo e sempre com a força que eu não tinha. Ana Teixeira, Filipa Silva e Rita Soares que me apoiaram nos últimos anos desta etapa e que nunca me deixaram desistir. Às quatro, o meu muito obrigada do mais profundo do meu ser. Não seria a pessoa que sou hoje se não vos tivesse na minha vida. Muito do que sou o devo a vocês. Não poderia deixar de agradecer à minha família e todos os restantes amigos que de uma forma ou de outra sempre me motivaram e acreditaram em mim.

Um especial agradecimento aquele que sempre esteve comigo, e que aguentou as horas intermináveis de trabalho, sentado a meu lado, simplesmente me dando força e motivação para a finalização deste trabalho. Sem dúvida que sem o Adalberto teria sido muito mais difícil de concretizar este imensurável sonho.

Quero agradecer aos meus pais, as pessoas que desde o primeiro dia acreditaram em mim e nunca me deixaram desistir. Ao meu pai Paulo, que mesmo distante, esteve sempre presente neste percurso da minha vida. À minha mãe Eva, que sempre me mostrou que este era o meu caminho, que estava destinada a percorrer e alcançar este sonho, a mulher que me criou, que me apoiou, que me suportou e que sempre acreditou. Quero agradecer aos meus irmãos Gabriel e Tomé, que embora crianças, são o meu maior incentivo para alcançar todos os meus objetivos, é por eles que luto todos os dias.

Por fim, mas não menos importante, quero agradecer ao meu primo Márcio Martins, simplesmente por tudo. Este Senhor é o meu orgulho, é quem me ajuda a perceber que todos os obstáculos são ultrapassáveis. Sem ele, sem dúvida que não teria chegado aqui, o meu percurso académico iniciou-se com ele e será encerrado com ele. Nada me deixa mais orgulhosa do que saber que consegui cumprir tudo o que lhe prometi.

A todos o mais sincero e profundo, OBRIGADA!

ÍNDICE

Agradecimentos.....	III
Lista de Siglas.....	VII
Introdução.....	1
ARTIGO 1: As Crenças das Crianças sobre a Violência e o Ambiente Natural infantil.....	4
Resumo.....	5
Abstract.....	6
Família.....	7
Violência.....	9
Tipos de Violência.....	10
Violência Familiar VS Violência Indireta.....	13
Consequências da Violência Indireta/Interparental na Criança.....	21
Crenças das Crianças sobre a Violência.....	30
Objetivos da Investigação.....	32
Metodologia.....	32
Tipo de Investigação.....	32
Amostra.....	32
Instrumentos.....	33
Procedimentos.....	35
Resultados.....	37
Discussão.....	40
Conclusão.....	42
Implicações práticas do estudo.....	44
Referências Bibliográficas.....	45
ARTIGO 2: Fratria e Crenças das Crianças sobre a Violência.....	57
Resumo.....	58
Abstract.....	60
Fratria.....	62
Violência.....	68
Violência nas Crianças.....	69
Objetivos da Investigação.....	71
Metodologia.....	71
Tipo de Investigação.....	71

Amostra.....	72
Instrumentos.....	73
Procedimentos Estatísticos.....	75
Resultados.....	76
Discussão.....	78
Conclusão.....	80
Implicações práticas do estudo.....	81
Referências Bibliográficas.....	83
Considerações Finais.....	92
Referências Finais.....	94
Anexos.....	95

Lista de Siglas

- ECCV – Escala de Crenças da Criança sobre a Violência
- SANI – Sinalização do Ambiente Natural Infantil
- BSQ – The Brother/Sister Questionnaire (Questionário do Irmão/Irmã)
- M – Média
- DP – Desvio-padrão
- p – Valor de significância dos testes estatísticos

Introdução

Todos os dias nos deparámos, direta ou indiretamente com algum tipo de violência, sendo esta psicológica, física ou emocional. Através dos meios de comunicação, estamos constantemente a presenciar atos em que indivíduos são vítimas desta problemática.

Desde o início da humanidade, a violência sempre existiu. Ao longo dos tempos, esta foi-se materializando em massacres, guerras, homicídios, entre outros. Através da história da humanidade, aprendemos que, ao longo dos tempos, sempre existiram episódios terríveis de violência, desde o período em que não se valorizava a dignidade e os direitos humanos, e em que se considerava que as crianças não teriam direitos humanos (Lemos, 2008). Segundo o artigo 1 da Convenção de Direitos da Criança (1990) "criança é todo o ser humano menor de 18 anos, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo". Neste trabalho utilizaremos a designação de Criança nesse sentido mais lato, embora os participantes da nossa amostra tenham idades entre os 11 e os 16 anos, e poderiam ser designados por adolescentes ou pré-adolescentes. Mas preferimos aquela designação por corresponder ao instrumento por nós utilizado, e que também a autora do mesmo utiliza com menores de 18 anos (Sani, 2007).

A palavra violência deriva do latim *violentia,ae*, que significa força, caráter bravo, violência (Houaiss & Villar, 2003). Esta, pode também significar aquele que atua com força, que efetua uma ação violenta, que emprega tirania ou opressão, ou mesmo qualquer força que seja exercida contra a vontade, resistência ou liberdade de um indivíduo ou objeto, constrangimento moral ou físico executado sobre alguma pessoa para obrigá-la a submeter-se à vontade de alguém. O adjetivo violento assinala algo que acontece com uma enorme intensidade ou com força extrema.

Devido à multicausalidade em torno da violência, existem diversas definições sobre o que se compreende ser este fenómeno. A violência pode ser gerada e apreendida de acordo com

vários pontos de vista e critérios, inclusive concepções pessoais, tendo em conta a fragilidade ou a vulnerabilidade física dos indivíduos, não apresentando, portanto, uma forma absoluta (Michaud, 2001). Michaud (2001), afirma que há violência quando, numa situação de interação, um ou vários indivíduos actuam de maneira direta ou indireta, causando danos a uma ou mais pessoas, sendo estes a nível da integridade moral, física ou nas suas participações culturais e simbólicas. De acordo com Sousa e Silva (2002), a violência é um fenómeno que se manifesta tanto nas relações interpessoais como nas relações entre classes sociais, podendo assim estar presente nas relações entre adultos e crianças ou entre homens e mulheres. Ou seja, de acordo com os autores mencionados anteriormente, a violência pode estar presente em qualquer situação, a partir do momento em que existe uma relação entre os intervenientes, independentemente do género de relação.

Ao falar de violência, é inevitável abordar a violência doméstica, da qual surge a que é exercida sobre o elemento mais frágil da mesma, a criança (Canha, 2008). Efetivamente, para muitas crianças, o seio familiar não é o “porto seguro” que deveria ser (UNICEF, 2006), muitas vezes, estas não são só o alvo direto da violência por parte dos cuidadores, mas também são vítimas indiretas da violência entre o casal (Holden, 1998). Na década de 80, começou a existir uma crescente preocupação científica e social relativamente aos casos das crianças expostas à violência interparental (Kitzmann, Gaylord, Holt, & Kenny, 2003; Wolfe, Crooks, Lee, McIntyre-Smith, & Jaffe, 2003). Em inúmeras épocas histórico-sociais, as crianças têm sido vítimas de várias agressões e maus tratos. Isto deve-se ao facto de que, supostamente, são métodos necessários para a sua educação.

A violência no seio de grupos de indivíduos ligados por laços de intimidade não é um fenómeno recente. Esta é uma problemática cada vez mais presente nos nossos dias. A história tem demonstrado que o problema da violência sob as mais diversas formas tem vindo a ser praticada de forma comum desde os tempos mais remotos (Gelles, 1997). Contudo, só a partir

da década de 60 é que a violência se constituiu como um problema social específico (Caridade & Machado, 2012).

O tema da violência interessa-nos, portanto, porque está por todo o lado e afeta todos os indivíduos, direta ou indiretamente. Com esta investigação pretendemos, especificamente, perceber como as crianças percecionam a violência. Além de querermos entender as crenças que as crianças têm relativamente à violência, também desejámos estudar as possíveis diferenças entre as que são expostas e não expostas a este problema.

Neste sentido, a presente investigação pretende dar, à investigação portuguesa, um modesto contributo, na medida em que se debruçou sobre as vivências e crenças das crianças no que diz respeito à violência, tema que tem sido pouco explorado em Portugal. Para tal, a nossa investigação será apresentada em duas partes, sendo cada uma delas constituída por uma análise bibliográfica, descrição metodológica do estudo, resultados, discussão e conclusões, mas ambas acerca da problemática que investigámos.

Artigo 1

As crenças das crianças sobre a violência e o ambiente natural infantil

Resumo

A presente investigação teve como objetivo perceber as crenças das crianças relativamente à violência. O estudo teve um caráter descritivo, quantitativo, correlacional e comparativo, com um *design* quasi-experimental, ocorrendo num período de tempo transversal. A análise foi realizada com o programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 22 para Windows. A amostra foi constituída por 157 participantes, maioritariamente do sexo masculino (53.5%), com idades entre os 11 e os 16 anos. Os instrumentos utilizados foram um Questionário Sociodemográfico, a *Escala de Crenças sobre a Violência* (E.C.C.V.) e a escala de *Sinalização do Ambiente Natural Infantil* (S.A.N.I.). Os resultados da E.C.C.V. em função do sexo dos inquiridos, mostraram-nos que existem diferenças significativas entre os participantes do sexo feminino e masculino na dimensão determinantes individuais ($p = .038$), sendo que os inquiridos do sexo masculino ($M = 1.43$; $DP = .48$) apresentaram valores mais elevados do que os do sexo feminino ($M = 1.27$; $DP = .33$). No que diz respeito aos resultados da E.C.C.V. em função do Tipo de Fratria não foram encontradas diferenças significativas. E por último, os resultados da correlação entre as dimensões da E.C.C.V. e da S.A.N.I. mostraram-nos que quanto mais elevada é a frequência da ocorrência de acontecimentos violentos, mais fortes são as crenças das crianças sobre a violência.

Palavras-chave: violência; vítimas; variáveis sociodemográficas.

Abstract

The present research aimed to understand children's beliefs about violence. The study presented a descriptive, quantitative, correlational and comparative character, with a quasi-experimental design, occurring in a transversal period of time. The analysis was performed with the Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), version 22 for Windows. The sample consisted of 157 participants, mostly male (53.5%), aged between 11 and 16 years. The instruments used were a Sociodemographic Questionnaire, the Beliefs Scale on Violence (E.C.C.V.) and the Natural Childhood Signaling Scale (S.A.N.I.). The results of E.C.C.V. according to the gender of the respondents, showed that there were significant differences between the male and female participants in the individual determinants dimension ($p = .038$), with male respondents ($M = 1.43$, $SD = .48$) presented higher values than those of the female sex ($M = 1.27$, $SD = .33$). With regard to the results of E.C.C.V. due to the Fracture Type, no significant differences were found. And finally, the results of the correlation between the dimensions of E.C.C.V. and S.A.N.I. show that the higher the frequency of violent events, the stronger the children's beliefs about violence.

Keywords: violence; victims; sociodemographic variables.

Família

Alarcão (2006) afirma que a família é o espaço universalmente reconhecido para a aprendizagem e elaboração de dimensões significativas de interação, como a linguagem, a comunicação, os contatos corporais e as relações interpessoais. De acordo com Gleitman (1993), a rede social que é a família tem uma importância elevadíssima no que diz respeito ao desenvolvimento da criança, tanto a nível emocional, como cognitivo e também comportamental, visto ser o meio de ligação entre a criança e o mundo do qual faz parte. A família é também considerada como extremamente necessária para a revelação e vivência de diversos afetos, sentimentos e emoções entre os membros da mesma (Dias, 2004), sendo estes essenciais para a criação de relações afetivas profundas, que “vão dando corpo ao sentimento de sermos quem somos e de pertencermos àquela e não a outra qualquer família” (Alarcão, 2006, p. 37). Minuchin (1990) diz-nos que a proteção (*protector role*) e a socialização (*socialization role*), são duas funções extremamente importantes da família, a primeira é considerada uma função interna e a segunda externa. A função de socialização remete-nos para os mecanismos de acomodação, adaptação a uma cultura, assim como à sua transmissão. A função de proteção diz respeito à proteção psicossocial dos seus membros.

Posto isto, podemos afirmar que o indivíduo é um ser social, visto fazer parte de uma rede social, na qual se irá desenrolar o seu desenvolvimento. O ser humano irá construir-se de acordo com os parâmetros que a família lhe poderá fornecer, e com isto coloca-se a questão relativamente à qualidade das vivências que o indivíduo experienciará no seio da sua família (Coimbra de Matos, 2004).

Para a criança, a família é um importante grupo de pessoas que lhe oferecem suporte e apoio. Este grupo pode ser constituído pelos irmãos, pais adotivos, pais biológicos, tutores, entre outros. Segundo Alarcão (2000), a família é um sistema, visto incluir relações e objetos, sendo composta por diversos subsistemas, organizados de forma hierárquica, assim como por

fronteiras e limites que a delimitam do exterior e por regras que orientam as suas interações. Podemos considerar como subsistemas da família, o subsistema do casal, o subsistema fraternal e o subsistema parental. Durante o desenvolvimento no ciclo de uma família, é possível que os diferentes subsistemas possuam variados tipos de fronteiras, podendo também existir a possibilidade de que numa determinada etapa, alguns dos subsistemas optem por limites diferenciados uns dos outros (Minuchin, 1992). Cada elemento que pertence ao sistema familiar assume determinadas funções, tendo em conta a posição que este ocupa no seu sistema, sendo que o papel dos pais é de especial importância.

A criança deverá sentir-se segura no seio da sua família, onde tem um lugar significativo (Becvar & Becvar, 2005).

Embora a família seja, por um lado, sinónimo de afeto incondicional (Neves & Romanelli, 2006), por outro lado, é neste contexto que deveria transmitir segurança, amor e respeito à criança, que por vezes o indivíduo descobre pela primeira vez a violência (Fischer, 1992). Têm sido elaborados inúmeros estudos relativamente à presença de violência no seio familiar. O facto de determinadas famílias terem esta ambiguidade relativamente ao afeto e à violência, irá provavelmente revelar-se no desenvolvimento das crianças.

Tendo em conta este tipo de problemática, vivida no seio das famílias, Planella (1997) explica-nos que estas poderão ser designadas como famílias multiproblemáticas, e apresenta-nos três aspetos primordiais das mesmas. Este autor afirma que nestas famílias, ditas multiproblemáticas, geralmente está presente mais do que um dos três aspetos principais por ele mencionados, que são os maus-tratos ao casal e aos filhos, a violência no núcleo familiar e a personalidade antissocial dos cuidadores que abusam ou agredem os filhos. Linares (1997, cit. por Alarcão, 2000) diz existir uma alternância e sobreposição das figuras problemáticas

existentes numa família, ou seja, os sintomas individuais têm um papel secundário face ao sintoma familiar, traduzindo-se pela tendência para o caos e para a desorganização.

Violência

Segundo Fischer (1992) a violência manifesta-se através da agressão e significa a utilização material da força, este autor também considera que devemos ter em conta as condições económicas, o contexto social e os valores culturais do indivíduo, quando a agressão é utilizada como forma de violência social. Tendo por base a perspectiva de Fischer (1992), a violência estará ligada a representações sociais, que a avaliam de forma negativa ou positiva. Se por um lado Fischer considera que o uso material da força é o mais relevante na violência, por outro lado, Guillotte (1999) realça a reação desta a algum aspeto exterior, ou seja, para este autor é indispensável perceber o sentido da violência e o que a pode acionar. Contudo, à semelhança de Fischer, Guillotte também considera deveras importante compreender os atos de violência tendo em conta o contexto social, cultural e económico que os acompanham (Galego, 2004). Para Anderson e Buschman (2002) toda a violência é agressão, no entanto afirmam que algumas situações de agressão não são violentas. Estes autores definem a violência como uma agressão que tem por objetivo o dano externo.

Para a Organização Mundial de Saúde, a violência é a utilização intencional de poder físico ou de força, sendo esta uma ameaça ou uma realidade, contra um indivíduo, um grupo ou contra si mesmo, que tenham uma grande probabilidade de resultar ou que efetivamente resultem em morte, mau desenvolvimento, dano psicológico, ferimentos ou privação (WHO, 2002). No campo jurídico faz-se a diferenciação entre os conceitos de culposo e doloso, sendo que a diferença entre os dois é a intenção ou não de praticar a infração. Segundo Tremblay (2000) torna-se complicada e propícia a equívocos determinar a intenção de um ato de

violência, pois esta intenção é um construto subjetivo por estar suscetível de contaminação do juízo moral do indivíduo que a observa.

Como podemos constatar, são inúmeras as definições que são dadas à violência, no entanto, a definição de Oliveira e Manita (2003; p. 217), parece ser bastante correta “uso intencional da força, coação ou intimidação contra terceiros ou de toda a forma de ação intencional que, de qualquer modo, lese os direitos e as necessidades dessa pessoa”.

Resumidamente, podemos concluir que, durante vários anos, a violência não foi vista como um problema, até porque a sua prática era transversal a todos os tempos, desde o início da humanidade. No entanto, a partir da década de 60 este fenómeno surgiu como um problema social específico (Caridade & Machado, 2012). A violência nega às suas vítimas o direito à dignidade, liberdade e respeito, sendo por isso uma grave violação dos direitos humanos. A violência tornou-se uma das principais temáticas da saúde pública, considerando as consequências negativas que esta despoleta na qualidade de vida e na saúde dos indivíduos (Pesce, 2009).

Tipos de Violência

Existem quatro tipos de maus tratos que são constantemente mencionados na literatura, estes são: abuso sexual, mau trato físico, violência económica e mau trato psicológico (sendo este, por vezes, reconhecido como mau trato emocional) (Holden, 2003; Gilbert et al., 2009; Leeb et al., 2008; Relva et al., 2013). A violência é utilizada pelo agressor como forma de controlo sobre a vítima, no entanto existem diferentes tipos de violência, e estes dependem do contexto e do perfil do agressor (Hirigoyen, 2005).

Primeiramente, iremos falar sobre a forma de violência mais insidiosa e mais difícil de provar, que é a violência psicológica. Muitas vezes banalizada é, no entanto, a mais comum. Geralmente é utilizada antes de todas as outras formas de violência e predispõe à violência

física. A violência psicológica traduz-se por comportamentos e comentários arrogantes, com o propósito de denegrir e humilhar, tendo como principal objetivo diminuir a estima da vítima (Souffron, 2007). As ordens, os insultos, a chantagem, as ameaças e críticas injustificadas contribuem para que a vítima se sinta cada vez mais inferiorizada. A violência psicológica faz parte do processo do agressor, para isolar a vítima (Hirigoyen, 2005). Este tipo de violência contribui para uma expropriação de si mesmo por parte da vítima, em subjugação total ao outro. No entanto, a violência psicológica continua a ser muito complexa a identificar e provar. A falta de consenso para a definir e determinar os seus limites, tende a tornar este tipo de violência “desfocada”.

A segunda forma de violência que iremos apresentar e que pode advir da primeira, é a violência física. Hirigoyen (2005), enfatiza que muitas vezes, a violência física surge quando a vítima mostra resistência à violência psicológica. As agressões físicas tendem a favorecer a submissão da vítima, como complemento da violência psicológica. Além disso, o agressor pode afirmar a sua dominação para com a vítima. Ela manifesta-se ou por violência indireta como lançar objetos, bater nas paredes; ou por violência direta ao encontro da vítima como empurrar, morder, bater na pessoa, ameaçar com uma arma ou ainda cometer homicídio. A violência física tende a crescer à medida que o tempo passa (Paul, 2015).

A violência sexual é outro tipo de violência. Esta também é muitas vezes escondida e difícil de confessar. Visto que afeta a integridade sexual da pessoa, esta forma de violência contribui à desumanização. É importante explicar que algumas vítimas deste tipo de violência, cedem à agressão sexual com medo de uma possível agressão física. A violência sexual inclui comportamentos ou comentários de carácter sexual, sem que a pessoa tenha dado o seu consentimento ou que não esteja em condições de o dar (afetada por substâncias psicoativas, estar embriagada...). A obrigação de nudez, carícias, o contato oral ou as penetrações genitais ou anais constituem o abuso sexual, assim como o facto de recusar a utilização de um método

de proteção ou contraceção. A exploração sexual e a prostituição fazem igualmente parte desta forma de violência, mas tendo em atenção a questão do consentimento livre ou forçado. A quarta forma de violência constitui a violência económica. Esta caracteriza-se por uma dominação financeira exercida pelo agressor sobre a vítima, com intenção de a colocar numa situação de dependência. A violência económica engloba o controlo e supervisão das atividades económicas como o controlo das despesas ou a privação de dinheiro, limitação de acesso a uma atividade profissional ou obrigação de remeter todo o seu salário (Paul, 2015).

Muitas vezes, a vítima não sofre apenas um tipo de violência, várias violências são aplicadas pelo agressor para obter um controlo total. A combinação de diversas formas de violência, assim como a repetição do ciclo de violência, cria uma dinâmica nociva para todos os envolvidos, sendo agressores, vítimas e grupo de pares (Paul, 2015).

No que diz respeito aos tipos de violência e à sua perceção por parte das crianças, estas percebem a violência física como sendo mais grave que a violência verbal (Cummings & Davies, 1994; Zeanah & Scheeringa, 1997). Segundo Sani (2002a), isto acontece em grande parte, porque o abuso físico irá eventualmente deixar sinais, os quais serão apercebidos pelas crianças. Existem mesmo evidências de que as crianças que estão expostas à violência verbal e física, apresentam mais problemas comportamentais do que as crianças que são expostas apenas à violência verbal (McCloskey, Figueiredo & Koss, 1995; Fantuzzo, DePaola, Lambert, Martino, Anderson & Sutton, 1991, Peled & Davis, 1995, cit. Sani, 2003). A violência verbal, quer exercida diretamente sobre a criança quer assistida, tem efeitos negativos na mesma. Diversas investigações têm demonstrado que as crianças que estão frequentemente expostas à violência verbal dos pais, apresentam níveis mais elevados de delinquência, abuso físico e problemas interpessoais, comparativamente às que não experienciam este tipo de abuso (e.g., Becker-Lausen & Mallom-Kraft, 1997; Vissing, Straus, Gelles & Harrop, 1991). As expressões não verbais, como deixar de falar com uma pessoa e olhares de desprezo, que são mais subtis

e ambivalentes do que a agressão verbal, despoletam níveis de *stress* significativos na criança (Sani, 2003).

Violência Familiar vs Violência Indireta

Atualmente, sabe-se e reconhece-se que o maltrato e a violência são abundantes e que perto de 90% destes acontecimentos são praticados pela e na família (Berger, 2003). Almeida et al. (1999) afirmam que o seio familiar é um lugar privilegiado da violência, uma vez que a ideologia que sagra a família como um lugar privado, facilita a capacidade de proteção em relação à comunidade exterior, possibilitando aos pais o desenvolvimento de um sentimento de propriedade exclusiva, relativamente à educação dos filhos, tanto para o melhor como para o pior.

Dentro da violência familiar podemos falar da violência conjugal (entre o casal) mas também da violência infantil (entre os cuidadores e as crianças) e de violência entre irmãos. No que diz respeito à violência conjugal, existem consequências físicas e psicológicas que passamos a explicar. Relativamente às consequências físicas podemos afirmar que o corpo da vítima é atacado, no entanto mesmo que a violência seja psicológica, o corpo acaba por sofrer. É por este motivo que as consequências físicas da violência são deveras significativas. De acordo com o estudo elaborado por Relva et al. (2012), a violência fraterna pode ser de vários tipos, física, sexual, psicológica e relacional.

No que diz respeito à violência infantil, Canha (2003) diz-nos que durante alguns séculos, os adultos eram vistos como detentores de mais direitos do que as crianças, tendo por base o facto de que estas não tinham necessidades desenvolvimentais próprias. Assim sendo, os cuidadores tinham o poder moral e legal para empregar qualquer método, para fazer com que os filhos fossem obedientes, mesmo que para isso recorressem à violência extrema. A violência infantil é uma problemática multidimensional e multifacetada, tornando-se assim

difícil elaborar uma definição unânime e universalmente aceita. Podemos considerar esta violência todo e qualquer ato exercido sobre a criança capaz de causar danos a nível psicológico, físico ou emocional, lesando as necessidades e os direitos da criança, no que diz respeito ao seu desenvolvimento intelectual, afetivo, psicomotor ou emocional (Buzawa & Buzawa, 1996).

Alarcão (2000) apresenta-nos a seguinte definição para explicar o maltrato infantil

“Ação ou omissão dos pais ou substitutos, não acidental que impeça ou ponha em perigo a segurança dos menores (entendendo-se estes, como todos os sujeitos com menos de 18 anos de idade) e a satisfação das suas necessidades físicas e psicológicas básicas” (p. 299).

Relativamente à essência do ato, o maltrato infantil abrange uma série de atitudes violentas contra a criança que podem ser de dois tipos, passivo ou ativo. Quanto ao cariz passivo, este engloba atos como a negligência e o abandono, enquanto que o cariz ativo é constituído por atos de abuso físico e sexual, entre outros (Bruynooghe, 1988, cit. por Alberto, 2004). O abuso psicológico (emocional) é apresentado pela autora como sendo um tipo de violência que se pode apresentar isoladamente ou enquadrar-se em qualquer uma das formas de violência mencionadas acima. Segundo Coimbra, Faria e Montaro (1990), a negligência é uma forma de violência na qual a criança se encontra numa situação de carências de ordem afetiva e/ou material afetando assim de forma negativa as suas necessidades de desenvolvimento. De acordo com Dubowitz, Papas, Black e Starr (2002), a negligência pode ser física (quando as necessidades de vestuário, alimentação, segurança e cuidados de saúde não são satisfeitas); contextual (quando a criança assiste a atos criminosos ou de baixo civismo visto viver numa situação social ou local degradado) ou psicológica (quando a atenção dada à criança é nula ou baixa).

Por vezes, a criança sofre de violência direta (dos pais para os filhos e entre os irmãos) quando esta está diretamente envolvida no ato violento, mas também pode sofrer de violência de forma indireta, através da exposição a atos de violência (Penfold, 2005). Quando as crianças se encontram num contexto de violência familiar, e testemunham os atos violentos, automaticamente tornam-se vítimas silenciosas dessa dinâmica. Quando uma criança é testemunha de uma situação de violência familiar, visto a familiaridade, proximidade e relacionamento tanto com a vítima como com o agressor, esta poderá desenvolver problemas emocionais e comportamentais, semelhantes aos desenvolvidos pelas crianças que são vítimas diretas de abusos por parte dos cuidadores. Posto isto, poderemos considerar a vitimação indireta como sendo abuso psicológico (Gabardino et al., 1986, cit. por Sani, 1999; Margolin, John, Ghosh, & Gordis, 1996).

A violência entre irmãos é uma das formas mais comuns da violência familiar (Eriksen & Jensen, 2009). Contudo, este tipo de violência tem sido pouco estudado (Linares, 2006), sendo que existem vários dados relativamente a outras formas de violência familiar, como a violência conjugal e a violência parental, contrariamente à violência fraternal (Magalhães, 2010). Segundo Caffaro e Conn-Caffaro (2005), Caspi (2012), Omer et al., (2008), Kettrey e Emery (2006) e Wallace (2007), os casos de violência entre irmãos não chegam ao conhecimento das autoridades visto que este tipo de comportamento entre irmãos é tolerado e aceite por todos que fazem parte da esfera social dos indivíduos envolvidos no fenómeno da violência fraterna, mesmo pela vítima. A violência fraterna é aceite na sociedade, visto que para esta, é natural que existam atos violentos no seio do relacionamento entre irmãos (Castanho, 2010).

Também na violência fraterna estão presentes os três tipos de violência apresentados anteriormente, ou seja, física, psicológica e sexual (Graham-Bermann et al., 1994). No entanto, na violência entre irmãos, foi reconhecida uma outra forma deste fenómeno, a violência

relacional. Este tipo é identificado como sendo indireta ou social e que muitas vezes acontece sem mesmo que a vítima se aperceba (Ostrov et al., 2006). Uma investigação elaborada em 2008 por Khan e Cooke, revelou que 89.2% dos inquiridos admitiu ter executado atos violentos, intencionalmente, contra os irmãos. Em 2010, Button e Gealt elaboraram um estudo com sujeitos com idades entre os 13 e os 18 anos, no qual concluíram que 42% dos inquiridos perpetraram atos de violência contra a sua fratria. De acordo com uma investigação elaborada por Relva et al. (2014), os atos de violência psicológica mais sofridos pelos irmãos foram os gritos, as provocações e os insultos (62.1% a 74.5%). Relativamente à violência física sem sequelas, os inquiridos sofreram mais com atos como torcer o braço, atirar objetos, agarrar à força ou puxar o cabelo (38.2% a 47.9%), no que diz respeito à violência física com sequelas, as vítimas de violência por parte dos irmãos, referiram a provocação de fraturas, a necessidade de atendimento hospitalar e os desmaios (0.8% a 8.2%).

A violência interparental/conjugal pode apresentar-se de diversas formas, como o terror, gritos, desprezo, ameaça, negação de respostas emocionais, humilhação, isolamento, exploração, entre outras. É importante salientar que a criança testemunha de violência interparental pode ela mesma acabar por se tornar objeto de violência, visto que pode viver situações como ver a sua mãe a ser ameaçada quando esta está com a criança nos braços, ser usada pelo agressor como arma física contra a vítima, ser utilizada como refém para coagir a mãe a voltar para casa, ver-se numa situação de interrogatório relativamente às atividades da vítima ou até espiar essa pessoa (Sani, 1999). Peled e Davis (1995) explicam-nos que perante estas situações, a criança irá sofrer de maltrato psicológico uma vez que o perpetrador da violência irá aterrorizá-la, mas também porque esta estará obrigada a viver no seio de ambientes perigosos e será exposta a modelos de papéis limitados e negativos. As crianças devem ter a conceção de que a família e a sua casa representam um contexto de segurança e proteção, contudo, nas situações de violência familiar, que geralmente são recorrentes e crónicas, estas

conceções são-lhes negadas, assim como as suas figuras de suporte. Após todas as formas de abuso já apresentadas, podemos acrescentar a de omissão do papel dos pais no que diz respeito ao suporte emocional e suas consequentes funções, uma vez que ao não atenderem às necessidades básicas da criança, os cuidadores estarão a comprometer gravemente os padrões e mecanismos de vinculação no presente e no futuro.

Vários autores (Margolin, 1998; McCloskey et al., 1995) afirmam que o fenómeno de co-ocorrência da vitimação indireta assim como outras formas de abuso, tem-se vindo a confirmar. Uma das reações das crianças quando presenciam a violência parental, é intervir diretamente no conflito, o que as poderá transformar em alvos de agressões (Sani, 1999). Este, é um problema social novo, que segundo Sani (2006b) tem vindo a merecer um olhar cada vez mais cuidadoso, sobretudo devido à construção da violência conjugal como um problema social, mas também despertado pela existência de uma maior consciência profissional e pública do problema do abuso em geral das crianças e em particular do abuso psicológico (Brassard, Germain, & Hart, 1983; Hughes & Graham-Bermann, 1998). Este problema começou, portanto, a ser considerado um desafio para alguns serviços de saúde e sociais, iniciando-se a percepção da ligação entre as crianças serem testemunhas de um ato de violência e posteriormente serem elas mesmas vítimas de maus tratos. Um exemplo disso são as crianças que sofrem de maus tratos sexuais e físicos por parte do pai, acabam por relatar que passaram anos a testemunhar os maus tratos verbais e físicos que de que as mães foram vítimas (Sani, 2002a). Algumas crianças vivem em silêncio relativamente ao problema de violência na sua família e o medo fortalece esse segredo.

As crianças que são expostas à violência na família, nomeadamente à violência conjugal e fraterna, têm um lugar particular no seio da sua família e também durante as passagens aos atos de violência. Estas não são apenas testemunhas, mas também não são realmente vítimas (no sentido jurídico do termo), no entanto vivem num ambiente de insegurança permanente.

Como já afirmamos acima, a família deve constituir um ambiente de vida seguro para a criança, sabendo que os vínculos entre cada subsistema (parental, conjugal, fraterno) vão influenciar o seu desenvolvimento (Zaouche-Gaudron, 2015). A qualidade das relações pais/filho, criança/fratria e pai/mãe são fatores a ter em conta quando estudamos o desenvolvimento da criança. Nos casos de violência conjugal, independentemente do tipo, a criança sofrerá os efeitos deletérios da relação conjugal e será considerada uma criança que cresceu num contexto de sobrevivência (Vasselier-Novelli & Heim, 2006).

Nos últimos anos temos assistido a um aumento das denúncias de maus tratos infantis, embora não se conheçam os motivos deste incremento de participações. No entanto, podemos afirmar que a problemática do maltrato e violência infantil, tem vindo a tornar-se um real problema psicossocial, com consequências psicofisiológicas e do foro psicológico. Como sabemos, existem vários tipos de violência, e a vitimação indireta, que deveria ser considerada como uma forma de maltrato independente, tem sido negligenciada. Este tipo de violência pode provocar na criança um nível de stress capaz de despoletar lesões desenvolvimentais significativas. Tendo em consideração os vários exemplos de violência indireta, um dos mais flagrantes é a da criança exposta à Violência interparental (Costa, 2007).

São várias as crianças que testemunham a violência interparental, no entanto, a nível estatístico, este fenómeno é desconhecido (Sani, 2003). Humphreys (1993) afirma que, em 41% dos distúrbios domésticos nos quais houve intervenção policial, haviam crianças presentes. Diferentes investigações científicas, mostram que entre 60% a 80% das crianças que fazem parte de uma família onde a mulher é vítima de maus tratos, são testemunhas da violência (Jaffe, Wolfe & Wilson, 1990), no entanto, existem resultados ainda mais preocupantes, visto que em alguns estudos, os investigadores revelam que 80% dos lares onde ocorre violência conjugal, são lares onde existem crianças, e que 90% dessas são testemunhas dos atos de

violência exercidos por um dos progenitores para com o outro (Bureau of Justice Statistics, 1993; Jordan, 1997).

As crianças expostas a esta problemática são muitas vezes ocultadas, visto que não são os atores diretos do disfuncionamento conjugal, no entanto sofrem com a violência conjugal. Relativamente ao estado desta problemática, este difere de país em país. Na França a identificação do número de crianças que podem ser afetadas pela exposição à violência conjugal, não há nenhum estudo que permita determinar com precisão quantas mulheres são vítima deste problema e ainda menos as crianças. Contudo, a federação “Solidarités Femmes” fez uma estimativa do número de crianças afetadas por esta problemática, tendo por base números do “ENVEFF” (2000), que ascenderiam os 4 milhões. Assim sendo, esses 4 milhões de crianças representariam 25.66% das crianças francesas, ou seja, um quarto seria exposto à violência conjugal.

Na América do Norte, vários estudos estatísticos foram elaborados com o intuito de perceber a extensão do fenómeno da violência conjugal. No Canadá, os estudos revelaram dados relativamente variáveis no que diz respeito às crianças que seriam expostas a esta problemática. A investigação nacional de estatísticas do Canadá sobre as violências contra a mulher (Rodgers, 1994) mostra que 39% das mulheres entrevistadas afirmam que os seus filhos foram expostos à violência que existia no seio do casal, enquanto que o estudo de Trainor (1999), foi constituído por mulheres que estavam em lares de acolhimento, e concluiu que 78% das crianças seriam afetadas. Ainda no Canadá, foi elaborado um estudo sobre o impacto dos sinais dos casos de violência e de negligência relatados (Trocmé et al., 2001) afirma que as situações de exposição à violência conjugal é a forma de violência psicológica mais usual, visto que abrange 58% dos casos.

Nos Estados Unidos da América, um estudo conduzido por O’Keefe (1996), constituído por 935 adolescentes, permitiu concluir que ao longo da vida destes, 57% dos rapazes e 56%

das raparigas já tinham sido expostos à violência conjugal. Rossman, Hughes e Rosenberg (2000), afirmaram que nos Estados Unidos da América, existem cerca de 2.3 a 10 milhões de casos deste género.

Em Portugal, de acordo com as estatísticas apresentadas pela Associação de Apoio à Vítima (APAV), relativamente ao ano de 2017, dizem-nos que houveram 40 928 atendimentos relativamente ao fenómeno da violência, mais 19.2% em relação ao ano de 2015. Dos 40 928, 16 741 foram relativos a violência contra a pessoa. Ainda de acordo com a mesma entidade, 75% dos casos, eram do tipo de vitimação continuada e 45.7% das vítimas apresentaram queixa contra o agressor. No que diz respeito ao perfil da vítima, os dados mostram-nos que 82.5% eram do sexo feminino e que em 33.4% dos casos, a violência ocorreu em famílias nucleares com filhos. De entre todos os casos tratados pela APAV em 2017, em 810 dos processos, as vítimas eram crianças/jovens (APAV, 2018).

Efetivamente, em Portugal, têm-se efetuado recentemente alguns estudos relativos à problemática dos maus-tratos, no entanto, no que diz respeito ao impacto da violência interparental na criança e à vitimação indireta que esta sofre, as investigações são ainda mais escassas e recentes. Sani (2000) elaborou um estudo específico nesta área, com base nos discursos de crianças que eram vítimas diretas ou indiretas de violência interpessoal. O objetivo de Sani com este estudo, foi compreender o fenómeno da vitimação criminal infantil, procurando entender a experiência subjetiva de crianças testemunhas de crimes e também crianças vítimas de crimes.

Apesar destas estimativas e destes resultados estatísticos, permanece muito delicado determinar o número de crianças afetadas por este tipo de violência visto que é muito complexo identificar quando a criança já não é exposta à violência conjugal. Efetivamente, o fim da vida conjugal não conduz necessariamente à cessação da violência, que pode até aumentar nesse momento, nomeadamente no contexto do exercício dos direitos de acesso à criança (Rinfret-

Raynor et al., 2008). É por isso que não há nenhuma dúvida de que o número de crianças expostas é amplamente subestimado. Finkelhor, Ormrod, Turner e Hamby (2005) elaboraram um estudo onde o objetivo era analisar o largo espectro das experiências de crime, vitimação e violência, numa amostra constituída de crianças e jovens com idades entre os 12 e os 17 anos, sendo a amostra representativa da população nacional em estudo. Dos inquiridos, 1 em 4 afirmou ter experienciado uma ofensa à propriedade, metade das crianças e jovens admitiram ter experienciado violência física, mais de 1 em 8 sofreu uma forma de maltrato, mais do que 1 em 3 testemunharam violência ou viveram outro tipo de vitimação indireta e 1 em 12 afirma ter sido vítima de vitimação sexual. A percentagem de crianças e jovens que admitiram nunca ter sofrido de vitimação direta ou indireta foi de, apenas, 29%.

No seio familiar as crianças podem ser maltratadas por um cuidador, um dos pais ou os dois, um dos irmãos ou outro parente, por um estranho ou por uma pessoa conhecida. O agressor pode ser um jovem, um adulto ou uma pessoa mais velha (Gallardo, 1994; Magalhães, 2002). Num estudo elaborado por Magalhães (2002), este constatou que relativamente ao agressor, 4% são portadores de uma deficiência mental, física, alcoolismo, toxicod dependência ou já praticaram atos criminosos. Outro estudo realizado por Santos (2002), mostra-nos que 26% dos ofensores são vizinhos, enquanto que 36.2% são familiares, educadores ou os pais da criança.

Consequências da Violência Indireta/Interparental na Criança

É um mito pensar-se que apenas a violência direta tem consequências negativas na criança, pois a vitimação indireta pode igualmente ter um impacto negativo (Martins, 2009). Achamos por bem, neste trabalho, centrarmo-nos mais nas consequências da violência indireta, visto ser um tema mais recente e menos explorado que as consequências da violência direta. Os problemas de comportamento, estão cada vez mais presentes na vida das crianças que

encontramos nas salas de aula, nos ambulatórios de psiquiatria e psicologia e na literatura especializada. A violência familiar potencializa esse tipo de comportamentos, sendo estes, socialmente inadequados, representando excedentes ou déficits comportamentais que prejudicam a interação da criança com adultos e pares do seu “entourage”.

Se o contexto da violência conjugal está ligado *a priori* ao casal, não deixa de ser menos verdade que os filhos do casal, ou de um dos membros do casal, crescem no centro destes atos de violência. Embora tenham sido considerados, durante muito tempo, como não fazendo parte da violência doméstica (Coté, Dallaire, & Vézina, 2011), parece que, no presente começa a emergir uma consciência relativamente à posição das crianças testemunhas, expostas, vítimas. Em muitos países (Canadá, Estados Unidos, França, Bélgica), a preocupação relativamente às crianças expostas é imperativa, tendo em conta os resultados de diferentes estudos que mostram os efeitos e consequências de viver e de se desenvolver num contexto violento. O conhecimento e o reconhecimento da violência conjugal numa esfera pública exigiram uma atenção gradual aos protagonistas desta problemática familiar. Existem vários termos para identificar estas crianças. A noção de criança testemunha da violência conjugal é por vezes utilizada para explicar que estas crianças assistem às cenas de violência, mas que permanecem fora das mesmas, elas não são parte integrante do ato de violência, não são atores da cena em questão. Contudo, vários elementos nos levam a pensar que este termo ainda é muito simplista para explicar a realidade na qual vivem estas crianças. Primeiramente, este termo refere-se ao facto de ver ou ouvir os atos de violência no seio do casal, ou seja, ser testemunha auditiva ou ocular e ser afetado pelo facto de ser testemunha (Paul, 2015).

Estar fisicamente presente no espaço violento certamente afeta a criança, no entanto as passagens ao ato violento estão enraizadas num ciclo onde a violência é omnipresente e perceptível. O estado emocional dos membros da família é invadido pela espera da passagem ao ato seguida dos atos violentos. A criança pode, portanto, perceber a violência conjugal mesmo

não estando presente fisicamente, mas simplesmente pelo facto de constatar o efeito da violência nos seus pais ou presentindo-a. Também, a utilização do termo testemunha dá a ideia de que a criança tem a capacidade de testemunhar, isto é, de reconstituir o que viu ou ouviu, contudo, a criança pode não ter efetivamente assistido às cenas de violência. Por vezes, o termo vítima ou vítima indireta também é utilizado (Vasselier-Novelli, Delage, Danel, & Heim, 2014). Este termo garante um reconhecimento e uma legitimidade, do grande público, ao que a criança vive mergulhada neste contexto. No entanto, refere-se a um estatuto jurídico, ao reconhecimento de um prejuízo sofrido. Existem países em que nos textos oficiais não reconhecem o facto de uma criança estar em perigo quando esta se encontra exposta à violência conjugal. Tendo isto em conta, do ponto de vista jurídico, a criança que vive num contexto de violência conjugal não é considerada como vítima, e o uso deste termo não abrange completamente a sua definição (Paul, 2015).

A noção da criança exposta à violência conjugal, foi-se impondo progressivamente para definir as crianças que estão sujeitas à violência no seio do casal dos seus cuidadores. Estar exposto não é apenas uma questão de testemunho, isto é, de ouvir ou ver certas cenas de violência, esta noção está ligada ao facto de a criança poder eventualmente ser afetada por esta situação e de sentir ameaçada quando a violência acontece na presença da mesma ou mesmo à distância. O estado emocional dos cuidadores, posteriormente às agressões, como um dos dois que chora, que está magoado ou que desabafa com a criança, ou o agressor que está tenso, que sai de casa, são elementos que vão mexer com a criança (Lessard & Paradis, 2003). Finalmente, a exposição à violência conjugal também se refere ao facto de não estar protegido e/ou de estar submisso a uma ameaça imprevisível.

É importante de poder nomear as crianças que se desenvolvem num contexto de violência conjugal. Ao se referir a estas crianças como expostas à violência conjugal, é uma maneira de as reconhecer, de admitir o seu sofrimento e dar-lhes visibilidade. Podemos concluir

que, mesmo sabendo desde há muitos anos, que as mulheres têm sofrido de vários tipos de violência, por parte dos seus cônjuges, tem-se silenciado o reconhecimento de que as crianças envolvidas nestas situações também são afetadas e que poderão sofrer sequelas para toda a vida (Costa, 2007).

Foram elaborados diversos estudos a nível desta problemática, e muitos deles (e.g., Waddell, McEwan, Shepherd, Offord, & Hua, 2005) mostraram que crianças e adolescentes que viveram num ambiente de violência familiar, apresentavam mais desordens psicológicas do que as que não eram expostas a este tipo de problema (Martins, 2009). Em 2006 a UNICEF publicou um documento de comunicação relativamente aos riscos da exposição à violência conjugal para a criança. Nesse documento afirmavam que as crianças que presenciam a violência conjugal, têm até 15 vezes mais de probabilidades de um dia se tornarem vítimas; há um risco significativo para o desenvolvimento físico, emocional e social da criança, visto que a exposição à violência gera um nível de stress que pode comprometer o desenvolvimento do cérebro e o crescimento cognitivo e sensorial, tendo por consequências irritabilidade excessiva, perturbações do sono, problemas de incontinência, o medo de estar sozinho, comportamentos imaturos e desordens no desenvolvimento da linguagem (Ovaere, Sardo-Infirri, Touahria-Gaillard, & Lévy, 2007). Costa (2007), diz-nos que a exposição das crianças a este tipo de problemática, pode provocar nas mesmas alterações comportamentais, emocionais, fisiológicas e cognitivas. Tais manifestações, que podem obstruir a restituição da homeostasia adiantada do organismo, dão origem a sintomas e sinais persistentes, disruptivos e severos, que despoletam sintomatologia característica e que podem atingir um nível patológico, podendo chegar, em alguns casos, a reações específicas de uma Perturbação de Pós-Stress Traumático.

Para as crianças em idade primária, a exposição a esta problemática pode despoletar complicações a nível escolar, assim como problemas de concentração e atenção, havendo uma probabilidade de terem até 40% menos de capacidades, por exemplo, ao nível da leitura

comparativamente com outras crianças. Também podem surgir problemas de comportamento e de personalidade, nomeadamente, perturbações psicossomáticas, depressão, tendências suicidas, gravidez na adolescência, comportamentos aditivos e mesmo delinquência. A violência indireta de que as crianças podem ser vítimas, também pode prejudicar o seu desenvolvimento, no sentido em que poderá prejudicar desenvolvimento das mesmas, gerando nelas uma possível perda de empatia, isolamento social e comportamentos agressivos. No mesmo artigo publicado pela Unicef em 2006, também é mencionado que existe uma grande probabilidade de que as crianças que assistem à violência conjugal dos cuidadores, repitam o comportamento violento do qual são telespetadores e que o transmitam às gerações familiares seguintes. O mesmo estudo afirma que a exposição à violência conjugal é o melhor preditor para saber se uma criança poderá vir a ser vítima ou agressor em situações de violência. Os níveis de maus tratos, são efetivamente, mais acentuados para as mulheres cujos maridos foram maltratados ou testemunhas dos maus tratos sofridos pela mãe (Ovaere et al., 2007).

Esta reprodução de comportamento, reforça-se sobre uma legitimação do uso da violência para dominar nas relações para com os demais. Os efeitos descritos são apresentados como mais sistemáticos do que surgem na literatura científica. Os resultados dos estudos elaborados relativamente a este tema, são efetivamente convergentes em alguns pontos. Nomeadamente na existência de um risco acrescido para o possível surgimento de uma grande diversidade de perturbações da saúde física e psíquica, no entanto, mostram-se contraditórios no que diz respeito a outros aspetos, como o ciclo da violência e a transmissão da mesma de geração em geração (Ovaere et al., 2007).

São muitas as experiências que podem causar problemas no desenvolvimento das crianças, sendo a violência interparental uma das menos abordadas, contudo uma das mais graves. É urgente uma investigação acerca do impacto da exposição à violência parental e das suas consequências no desenvolvimento da criança. A situação das crianças que são expostas

à violência entre os cuidadores, não é um problema social desconhecido, como podemos constatar através das evidências históricas, mas sim uma problemática cujos estudos se iniciaram recentemente. Os primeiros a abordarem a violência física infantil, foram Kempe e seus colaboradores em 1962, seguindo-se por Levine e Moore, que em 1975 elaboraram um estudo sobre as crianças que são expostas à violência interparental, identificando nas mesmas diversos problemas como desordens de ansiedade, comportamento agressivo, delinquência e insônia (Kempe et al., 2013).

Em 2013, Deroff e Potin identificaram três perfis de crianças que caracterizaria o seu lugar no seio da família, mas também a maneira de cuidar deles. As crianças “sintomas” representam as que apresentam um sintoma identificável, um sinal claro da disfunção familiar. No geral, essas crianças são facilmente identificadas e os sintomas são visíveis. A presença de sintoma (insucesso escolar, problemas de comportamento) leva um dos pais a ter em conta e cuidar dos mesmos, que podem então representar uma porta de entrada para os profissionais, para abordar a questão da violência conjugal com a família. Frequentemente, são as mães que tomam as medidas necessárias para que o seu filho seja acompanhado nas dificuldades por ele encontradas. Neste primeiro perfil, as crianças são relativamente protegidas por um dos pais que tem consciência da dificuldade e do sofrimento do seu filho. O segundo perfil é o da criança “referência”, que se refere à posição que a criança tem, que permite responsabilizar os pais no seu papel para com o filho, permite aos adultos de reiniciar uma vida social ordinária. Nesta situação, a criança é convidada a dar o seu próprio ponto de vista sobre a situação, o que pode despoletar um aumento de responsabilidades para um dos pais, frequentemente a mãe vítima, que coloca o seu papel de mãe acima do papel de mulher. Por fim, o terceiro perfil que é o da criança “hífen” que nos remete para duas realidades relativamente ao lugar da criança. O primeiro é o da criança que se culpa, se responsabiliza pela violência e/ou se investe na família. Estas crianças são frequentemente crianças “paternais” (Doucet & Fortin, 2010; Fortin &

Lachance, 2011), que tentam responder às necessidades de toda a família e sentem-se investidos nesta missão. A segunda realidade, refere-se à “criança hífen”, que pela sua existência, obriga a que continue a existir uma ligação entre os progenitores, mesmo com uma possível separação do casal. Esta figura da criança, faz com que a vítima perpetue a relação entre a criança e o progenitor agressor. Diante destes diferentes perfis, a existência da criança e o seu lugar fazem imergir a possibilidade de atuar na base de adesão da família ou de um dos pais, sem por isso poder obrigar alguém a fazer alguma coisa, ou a mudar de comportamento.

Finkelhor (1983, 2008) fala-nos da polivitimização, explicando que este termo se enquadra nas novas preocupações dos investigadores que estudam o maltrato infantil. A noção de vitimização faz referência às agressões diretas e/ou indiretas que uma criança pode sofrer dentro e fora da família, durante um determinado período de tempo (Cyr, Chamberland, Lessard, Clément, & Gagné, 2012). Na violência direta, a criança é o alvo dos ataques enquanto que na violência indireta, a criança é testemunha dos acontecimentos. O prefixo “poli” corresponde ao número e à multiplicidade. A polivitimização, é portanto, definida como sendo uma múltipla vitimação que as crianças podem experienciar, ou seja, o número de eventos violentos sofridos durante um determinado período de tempo e/ou o facto de ser o alvo de vários e distintos tipos de vitimação. Finkelhor, Ormrod, Turner e Hamby (2009) propõem o termo de polivitimização para designar as crianças que têm uma grande experiência enquanto vítima. Para lhes aplicar este termo, as crianças em questão devem ter sofrido quatro formas diferentes de vitimização, ao longo do último ano. Estudar vários tipos de vitimização permite identificar a extensão das diferentes violências, mas também de examinar o percurso de vida destas crianças. Assim sendo, as relações e as concomitâncias entre os tipos de vitimização podem ser desvendadas, para assim trazer um olhar diferente no cuidado a ter e na prevenção das crianças maltratadas.

Vários estudos revelam que estas crianças também são frequentemente vítimas de violência extrafamiliar (Lynch & Cicchetti, 1998) e inversamente (Perry, Hodges, & Eagan, 2001). Finkelhor, Turner, Hamby e Ormrod (2011) afirmam que as crianças que experienciaram uma forma de violência ao longo do último ano ou durante algum momento da sua vida apresentam um maior risco de sofrerem outros tipos de violência. O facto de ter sofrido uma forma de vitimização constitui um fator de risco e de vulnerabilidade na possibilidade de experienciar outros atos de violência. Efetivamente, ter sido vítima de violência extrafamiliar aumenta até cinco vezes o risco de sofrer abusos sexuais e quatro vezes o risco de sofrer maltratos no mesmo ano (Finkelhor, Turner, Ormrod, & Hamby, 2009). O estudo canadiano de Cyr e colaboradores (2013), mostra-nos que 76% das crianças da amostra (N=2801) viveram uma experiência de vitimização durante a sua vida e 61% durante o último ano. Segundo estes autores, a vitimização durante a infância é comum, e muitas poucas crianças crescem sem a experienciar. Além disso, parece que a vitimização não afeta exclusivamente o período da adolescência visto que esta afeta maioritariamente os jovens com menos de quinze anos.

É importante salientar que determinados tipos de vitimização aumentam durante a adolescência, particularmente de acordo com o sexo dos jovens. Os adolescentes são mais frequentemente vítimas de agressões graves por parte do grupo de pares tais como agressões que envolvem armas ou agressões em grupo, enquanto as adolescentes sofrem mais agressões sexuais e intimidações emocionais (Cyr & al., 2013; Finkelhor, Ormrod, & Turner, 2007; Olweus, 1993; Radford, Corral, Bradley, & Fisher, 2013). Cyr et al. (2012) sublinham a importância de realizar estudos para obter dados sobre a vitimização em diferentes idades, com o intuito de adotar uma perspectiva de desenvolvimento relativamente aos períodos de risco e às suas consequências em função dos períodos críticos.

A polivitimização pode ocorrer a qualquer momento da vida, no entanto, Finkelhor, Hamby, Ormrod, Turner e Holt (2009), identificaram dois períodos sensíveis a este nível, o

primeiro período é aos 7 anos de idade e o segundo aos 15 anos. Estes períodos seriam mais críticos devido à transição no sistema escolar, ou seja, a entrada para a escola primária e a entrada para o liceu. Para considerar as consequências da polivitimização é necessário examinar quatro dimensões (Finkelhor, 2008). A primeira dimensão corresponde às interpretações que a criança faz relativamente às suas experiências de vitimização, principalmente relacionadas à responsabilidade, culpa e motivo das violências. Estes elementos podem influenciar as futuras experiências de vitimização. A segunda inclui as várias aquisições desenvolvimentais da criança, nomeadamente de ordem relacional como o apego, as relações entre pares e relacionamentos românticos (Cyr & al., 2012). A terceira dimensão que é relativa às estratégias de adaptação (evitamento, somatização, dissociação...) pode funcionar como fator de risco ou fator de proteção. O seu aparecimento depende maioritariamente da idade da criança. Por fim, a última dimensão corresponde aos fatores ambientais como as reações de parentes que podem suscitar uma maior vulnerabilidade ou, ao contrário, promover comportamentos resilientes na criança (Hines, 2015; Vinay, Esparbès-Pistre & Tap, 2000).

Estas quatro dimensões referem-se principalmente ao modelo proposto por Cummings e Davies (1994, 2006) visto que as características da criança, as suas competências, aquisições, as características da família e do ambiente (rações, conscientização do sofrimento) assim como as interpretações da criança e as suas estratégias influenciarão a adaptação da criança, e possivelmente o seu percurso de vida. Vários estudos (Cuevas, Finkelhor, Clifford, Ormrod, & Turner, 2010; Vranceanu, Hobfoll, & Johnson, 2007) relatam que a vitimização múltipla de crianças é altamente preditiva dos sintomas de stress pós-traumático. Os mesmos autores afirmam que o sofrimento psicológico e os problemas de saúde mental constituem fatores de risco importantes da vitimização. Assim sendo, a noção de polivitimização questiona a situação das crianças expostas à violência conjugal, e os riscos resultantes de sofrer outras formas de violência.

Tendo em conta as diferentes formas de reação destas crianças à vitimização e sabendo que existem casos de resiliência (e.g., Yawney, 1999), alguns autores sugerem três categorias de fatores protetores. O primeiro fator é o suporte dentro do sistema familiar, ou seja, ter um bom relacionamento com um dos pais ou substituto; o segundo fator refere-se a um suporte exterior ao sistema familiar, isto é, uma figura de apoio externa à família, a participação da criança numa atividade onde esta é positivamente reconhecida ou um envolvimento nas atividades da comunidade. O terceiro faz referência aos atributos da própria criança, este remete-nos, por exemplo, para o elevado nível de inteligência, elevada auto-estima e atratividade física. É importante dizer que a violência familiar faz com que a criança crie um mundo à volta de si mesma, um mundo inseguro e confuso, sendo que o contexto familiar, em muitos casos, é considerado um lugar perigoso para o desenvolvimento saudável da criança (Machado & Gonçalves, 2002).

Devemos também ter consciência de que a criança pode identificar-se com o agressor (Freud, 1936) para a utilização de estratégias agressivas de resolução dos conflitos (mesmo num contexto não violento como a escola), mesmo condenando as palavras do agressor e os seus atos violentos. Estas reações paradoxais são para a criança meios de adaptação para com o seu meio inadequado, bem como as dificuldades ou sintomas que esta irá manifestar (Freud, 1936).

Crenças das crianças sobre a violência

Após um estudo sobre o conceito de crença, Matos e Jardimino (2016), chegaram à conclusão de que a crença é definida de forma quase consensual como sendo uma certeza não racional, uma opinião, uma concordância sem prova e uma certeza sem prova. Os mesmos autores afirmam que a crença pode ter vários graus, em que o menos elevado será uma opinião vaga, e o mais elevado uma verdade científica que passou para a mentalidade comum. De

acordo com Machado (2010), as crenças surgem das interações humanas existentes entre os indivíduos. O conhecimento do indivíduo envolve-se com o conhecimento dos que o rodeiam, fazendo com que a sua percepção da realidade se transforme. Visto que o indivíduo tem em consideração aquilo que os outros pensam, escrevem ou dizem, este acaba por elaborar as suas crenças em função desse aspeto, sendo assim influenciado e também influenciador. Podemos mesmo afirmar que a nossa realidade se constrói tendo por base o que nós pensamos e também o que os outros pensam (Gleitman, Fridlund, & Reisberg, 2003; Silva, Rodrigues, & Lourenço, 2005).

A maioria das crenças sociais estão ligadas a sentimentos intensos. Segundo Gleitman, Fridlund e Reisberg (2003), as atitudes que são percebidas pelo indivíduo como sendo um conjunto estável de visões e avaliações mentais relativamente a uma ideia, pessoa ou objeto, são o resultado de uma combinação entre sentimentos, avaliações ou crenças, assim como uma predisposição para proceder em consonância. Tendo por base esta ideia, sabemos que, à partida, todos os indivíduos que diferem de outros nas suas atitudes, provavelmente possuem crenças distintas.

De acordo com um estado elaborado por Mendes e Sani (2017), para as crianças, o que está na origem da ocorrência de violência é a existência de um conflito. Contudo, algumas crianças também apontam como possível causa deste fenómeno, aspetos como o álcool e drogas, assim como ciúmes, experiências de vitimação na infância e perturbações mentais. No entanto, é importante salientar que as percepções que as crianças possuem relativamente ao seu contexto familiar irão influenciar a forma como as mesmas irão vivenciar os eventos ocorridos dentro do seu seio familiar (Deon & Weems, 2010; Huang, Wang, & Warrenner, 2010).

Objetivos da investigação

O objetivo geral deste estudo é perceber as crenças que as crianças possuem relativamente à violência. Tendo em conta o nosso objetivo geral, pareceu-nos importante tentar perceber se as crianças inquiridas sofrem, ou não, de violência. No que diz respeito aos objetivos específicos, formulamos três hipóteses: (1) existem diferenças significativas relativamente à violência, tendo em conta o sexo dos inquiridos; (2) tendo por base o tipo de fratria, as crenças sobre a violência diferem; (3) o facto dos inquiridos sofrerem, ou não, de violência, irá modificar as suas crenças relativamente à violência.

Metodologia

Tipo de investigação

Este estudo apresenta um carácter de comparativo, descritivo e correlacional com um *design* quasi-experimental e quantitativa, visto que não existe controlo sobre as variáveis independentes. O estudo é de carácter transversal, já que foi realizado num único momento da investigação. Para analisar os dados foi utilizado o programa *Statistical Package for the Social Science* (SPSS), versão 22 (Pestana & Gajreiro, 2008).

Amostra

A amostra foi constituída por 157 indivíduos, maioritariamente do sexo masculino (53.5%), com idades entre os 11 e os 16 anos. Predominam os participantes com 12 e 13 anos (67.5%), sendo a média de idades de 12.7 anos com desvio padrão de 1.1. Os participantes encontram-se a frequentar o 6º ano (33.8%), o 7º ano (43.3%) ou o 8º ano (22.9%) de escolaridade. Apenas um dos indivíduos não é de nacionalidade portuguesa.

A grande maioria dos pais são casados ou vivem em união de facto: 84.1% das mães e 82.8% dos pais. Seguem-se os divorciados (10.8% das mães e 11.5% dos pais), os viúvos (2.5% das mães e 1.4% dos pais) e os solteiros (.6% das mães e 1.3% dos pais). Relativamente à

situação profissional, 93.5% das mães e 95.1% dos pais estão empregados. No momento do estudo encontravam-se desempregadas 6.5% das mães e 4.2% dos pais. Relativamente ao agregado familiar, a grande maioria inclui os pais biológicos (80.9%). Em 23 (14.6%) dos casos apenas está presente a mãe biológica, em 3 (1.9%) apenas o pai biológico, em 2 (1.3%) os avós e em 2 (1.3%) o agregado familiar inclui outras pessoas.

No que diz respeito aos irmãos (Tabela 1), cerca de um quarto da amostra (24.2%) não tem qualquer irmão. Existem 89 (56.7%) com apenas um irmão e 30 (19.1%) com dois ou mais irmãos. Entre os 119 participantes com irmãos, a grande maioria são irmãos de sangue (92.4%). Quanto à fratria, 27 (22.7%) são do tipo Masculino/Masculino, 21 (17.6%) do tipo Feminino/Feminino e 71 (59.7%) do tipo Masculino/Feminino.

Tabela 1: *Caraterização da amostra relativamente aos irmãos (N = 157).*

Variáveis		n (%)
Número de irmãos	Sem Irmãos	38 (24.2%)
	Apenas um irmão	89 (56.7%)
	Dois ou mais irmãos	30 (19.1%)
Tipo de irmão Percentagens entre os 119 que têm irmãos	Irmão de sangue	110 (92.4%)
	Meio-irmão	7 (5.9%)
	Irmão por parentesco	2 (1.7%)
Tipo de fratria Percentagens entre os 119 que têm irmãos	Masculino/Masculino	27 (22.7%)
	Feminino/Feminino	21 (17.6%)
	Masculino/Feminino	71 (59.7%)

A recolha da amostra foi efetuada num estabelecimento de ensino da zona norte de Portugal.

Instrumentos

Os questionários aplicados foram um questionário sociodemográfico, a *Escala de Crenças da Criança sobre a Violência* (E.C.C.V.) e a escala de *Sinalização do Ambiente Natural Infantil* (S.A.N.I.).

Questionário Sociodemográfico. O questionário sociodemográfico teve como objetivo a recolha de informação acerca dos inquiridos para procedermos a algumas análises

comparativas. Foi constituído por questões como a idade, o sexo, ano de escolaridade, dados relativos aos irmãos, nomeadamente o número, a idade, o tipo, entre outros. No questionário também questionamos os indivíduos sobre a idade, a profissão e o estado civil dos pais assim como a constituição do seu agregado familiar.

Escala de Crenças da Criança sobre a Violência (E.C.C.V.). A *Escala de Crenças da Criança sobre a Violência (E.C.C.V.)* é uma escala que foi construída e validada para a população portuguesa por Sani em 2003, esta possibilita avaliar algumas das crenças que as crianças possuem em relação ao fenómeno da violência. A *Escala de Crenças das Crianças sobre a Violência* pode ser aplicada independentemente de os exemplos retratados fazerem ou não parte da vida dos inquiridos. Esta escala é constituída por itens que dizem respeito à violência física e psicológica que são habitualmente relatados e identificados pelas vítimas desta problemática, e pelos indivíduos em geral. As respostas da escala são apresentadas num formato tipo *Likert*, com 4 opções (1-não concordo, 2-concordo pouco, 3-concordo e 4-concordo muito). Globalmente, os itens estão direcionados desde crenças menos irracionais (1) a mais irracionais (4), no entanto, nos itens 3, 27, e 32 a cotação inverte-se. Esta é uma escala constituída por quatro dimensões: determinantes individuais (itens 1, 2, 5, 6, 8, 9, 10, 15, 16, 19, 20 e 22) que integram a variedade de razões pessoais que podem servir de desculpabilização e fundamento para a prática da violência; determinantes educacionais (itens 4, 12, 17, 18, 30 e 31) que remete os inquiridos para a ideia de que a violência é utilizada para educar e castigar; determinantes socioculturais (itens 7, 11, 13, 14, 21, 23, 24, 25, 26, 28 e 29) que abrangem as possíveis diferenças culturais e históricas que podem originar a violência, aglomerando a discriminação relativa ao género e à idade; e por fim, a última dimensão que diz respeito à etiologia da violência (itens 3, 27 e 32) que nos remete para a origem da violência tendo em conta um fundamento biológico: a violência é algo inato e não adquirido, e um fundamento

psicossocial: visto que existe uma igualdade social e psicológica, a prática da violência não é resultado das possíveis diferenças entre os indivíduos (Sani, 2003).

As dimensões determinantes socioculturais (Alpha de Cronbach = .82), determinantes individuais (Alpha de Cronbach = .72) e determinantes educativos (Alpha de Cronbach = .72) apresentaram indicadores de boa consistência interna. A dimensão etiologia da violência apresentou um valor de Alpha de Cronbach de .44, indicando uma baixa consistência interna, pelo que foi excluída do estudo.

Sinalização do Ambiente Natural Infantil (S.A.N.I.). A escala de *Sinalização do Ambiente Natural Infantil* (S.A.N.I.) foi construída por Sani (2003). Este instrumento é de autorrelato para crianças e adolescentes e possui resultados satisfatórios ao nível da validade e da precisão (Sani, 2007). A S.A.N.I. tem por objetivo avaliar, tendo em conta a percepção da criança, o seu sistema familiar, com o intuito de identificar a ocorrência de situações de violência no seio da sua família (Sani, 2006a). É composta por 30 itens, tendo estes dois formatos de resposta, um é de tipo *Likert* com cinco possibilidades de resposta (0-nunca/nenhuma vez até 4-quase sempre/mais de uma vez por mês), e outro com duas opções (um adulto ou uma criança) tendo em conta quem foi alvo da violência (Sani, 2006a).

A Escala SANI é dividida em 4 dimensões: abuso físico, abuso emocional, coerção e controlo. As dimensões da escala apresentam bons níveis de consistência interna adequados, sendo que o valor de Alpha de Cronbach varia entre .62 (coerção) a .80 (abuso emocional).

Procedimentos

Antecedendo a aplicação dos testes, foi solicitada a autorização da escola onde os dados foram recolhidos, seguida da elaboração e entrega do consentimento informado para os encarregados de educação, visto que os participantes eram menores de idade. Para a elaboração do estudo, foram criados alguns critérios de inclusão. Os critérios de inclusão abrangiam idade

entre os 11 e os 16 anos e a participação voluntária, assim como a autorização do encarregado de educação.

A seleção dos instrumentos efetuou-se tendo em consideração se estes estavam aferidos para a população portuguesa e a respetiva adequação à idade dos indivíduos que constituíram a nossa amostra. Num primeiro momento requereu-se a autorização por parte dos autores, seguindo-se a elaboração do protocolo composto pelos questionários escolhidos. A aplicação dos questionários demorou entre 20 e 30 minutos, variando de acordo com as idades das crianças. Antes de iniciar a sua aplicação, foi explicado aos participantes qual o objetivo do estudo e reforçada a confidencialidade dos dados recolhidos e o anonimato da informação. Ao longo do preenchimento dos questionários, foram esclarecidas todas as dúvidas que os inquiridos iam levantando, salientando-se a constante presença da investigadora na recolha dos dados e resultante contacto direto com todos os participantes.

A análise estatística foi realizada com o programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 22. A descrição da amostra foi feita com recurso às frequências absolutas e relativas das variáveis de perfil sociodemográfico, escolar e familiar. Os scores das dimensões das escalas incluídas no estudo foram caracterizados através dos valores mínimo e máximo, da mediana, da média e do desvio-padrão. Para a análise da consistência interna das dimensões das escalas foi utilizado o Alpha de Cronbach. Foram seguidas as recomendações propostas por Hair et al. (2010): o Alpha de Cronbach deve ser superior a .70, sendo aceitáveis valores acima de .60.

Para decidir quais os testes estatísticos a utilizar, foi estudada a normalidade das variáveis correspondentes às dimensões das escalas. Para isso, foram utilizados o Teste de *Kolmogorov-Smirnov* e os coeficientes de assimetria e curtose. Os resultados mostraram a existência de desvios à normalidade dos dados. Assim, foram utilizados testes não paramétricos para dar resposta aos objetivos: Teste de *Mann-Whitney* para a comparação dos *scores* das

escalas entre dois grupos independentes, o Teste de *Kruskal-Wallis* para a comparação entre três grupos independentes e o Coeficiente de Correlação de *Spearman* para a análise da correlação entre as dimensões das escalas (Marôco, 2011; Pestana & Gajairo, 2008).

Nos resultados dos testes estatísticos foi considerado um nível de significância de 5%, ou seja, as diferenças foram consideradas estatisticamente significativas quando o valor de significância foi inferior a .05 ($p < .05$) (Marôco, 2011).

Resultados

A análise descritiva dos resultados das dimensões da E.C.C.V. mostra valores médios muito baixos, próximos do mínimo da escala, nos determinantes socioculturais ($M = 1.33$; $DP = .45$) e educativos ($M = 1.35$; $DP = .42$). As crenças das crianças sobre a violência são mais fortes nos determinantes individuais ($M = 2.10$; $DP = .50$).

Relativamente à S.A.N.I., o valor correspondente a cada dimensão foi obtido através da média das pontuações dos itens do fator. Desta forma, o resultado pode variar de mínimo 0 ao máximo de 4 pontos, sendo que, quanto mais elevado o resultado, mais frequente a ocorrência de acontecimentos violentos em casa, nos 12 meses anteriores ao estudo. Uma vez que a maioria das respostas foi zero (nunca ocorreram acontecimentos), as variáveis correspondentes a cada fator foram dicotomizadas: “Nunca” - respostas zero (Nunca) a todos os itens do fator; “Pelo menos uma vez” - pelo menos um item com resposta maior que zero. Os resultados da análise descritiva (Tabela 2) mostram que o abuso emocional e o controlo são as dimensões com acontecimentos mais referidos, 47.8% mencionaram que viram ou ouviram pelo menos um acontecimento relativo a abuso emocional e 43.3% a controlo. Estas percentagens são menores no caso da coerção (28%) e do abuso físico (17.2%).

Tabela 2. *Análise descritiva das dimensões da SANI (N = 157).*

Dimensões SANI	Média	Desvio-padrão	“Nunca” n (%)	“Pelo menos uma vez” n (%)
Abuso Físico	.09	.28	130 (82.8%)	27 (17.2%)
Abuso Emocional	.23	.42	82 (52.2%)	75 (47.8%)
Coerção	.12	.27	113 (72%)	44 (28%)
Controlo	.23	.44	89 (56.7%)	68 (43.3%)

Análise descritiva da E.C.C.V. em função do Sexo

Os resultados da Tabela 3 mostram que existem diferenças estatisticamente significativas entre crianças do sexo feminino e as do sexo masculino, na dimensão determinantes educativos da E.C.C.V. ($p = .038$), sendo que os participantes do sexo masculino ($M = 1.43$; $DP = .48$) apresentaram valores mais elevados do que os do sexo feminino ($M = 1.27$; $DP = .33$). No que diz respeito às outras dimensões da escala, não existem diferenças estatisticamente significativas relativamente ao sexo ($p > .05$).

Tabela 3: *Comparação das dimensões da ECCV quanto ao sexo.*

Dimensões ECCV	SEXO		Teste de Mann-Whitney
	Feminino (n = 73)	Masculino (n = 84)	
Determinantes Socioculturais	Média = 1.29 DP = .35	Média = 1.37 DP = .51	$p = .640$
Determinantes Individuais	Média = 2.13 DP = .48	Média = 2.07 DP = .52	$p = .378$
Determinantes Educativos	Média = 1.27 DP = .33	Média = 1.43 DP = .48	$p = .038$

Análise diferencial da E.C.C.V. em função do Tipo de Fratria (F/F, M/M, M/F)

A comparação dos valores da E.C.C.V. entre os diferentes tipos de fratria mostra que as crenças sobre a violência não diferem significativamente entre os três tipos de fratria (f/f, m/m e m/f), de facto, não foram encontradas diferenças significativas entre os três tipos de fratria em relação a nenhum fator da E.C.C.V. ($p > .05$) (Tabela 4).

Tabela 4: Comparação das dimensões da ECCV quanto ao tipo de fratria.

Dimensões ECCV	TIPO DE FRATRIA			Teste de Kruskal-Wallis
	M/M (n = 27)	F/F (n = 21)	M/F (n = 71)	
Determinantes Socioculturais	Média = 1.40 DP = .63	Média = 1.29 DP = .33	Média = 1.36 DP = .42	$p = .728$
Determinantes Individuais	Média = 2.11 DP = .57	Média = 2.23 DP = .47	Média = 2.14 DP = .48	$p = .531$
Determinantes Educativos	Média = 1.43 DP = .44	Média = 1.27 DP = .40	Média = 1.40 DP = .45	$p = .180$

Correlação entre as dimensões da E.C.C.V. e da S.A.N.I.

De uma forma geral, as correlações das dimensões da S.A.N.I. com as dimensões da E.C.C.V. são positivas e estatisticamente significativas. Estes resultados significam que quanto mais elevada é a frequência da ocorrência de acontecimentos violentos em casa (S.A.N.I.), mais fortes são as crenças das crianças sobre a violência (E.C.C.V.) (Tabela 5).

Os resultados obtidos na relação entre a dimensão dos determinantes socioculturais da E.C.C.V. e as dimensões da S.A.N.I., abuso físico, abuso emocional, coerção e controlo, a correlação é de fraca intensidade. Sendo que, na correlação entre os determinantes socioculturais e o abuso físico os resultados foram $R = .222$ e $p = .005$, com o abuso emocional os resultados finais foram $R = .185$ e $p = .020$, relativamente à coerção os resultados foram $R = .157$ e $p = .050$ e os obtidos no que diz respeito ao controlo foram $R = .170$ e $p = .033$.

No que diz respeito aos resultados obtidos na comparação entre a dimensão dos determinantes individuais e educativos da E.C.C.V. e as dimensões da S.A.N.I., estes foram de intensidade moderada. Sendo que, relativamente aos determinantes individuais e a dimensão do abuso físico $R = .304$ e $p < .001$, do abuso emocional $R = .311$ e $p < .001$, da coerção $R = .268$ e $p = .001$ e do controlo $R = .35$ e $p < .001$. Relativamente aos determinantes educativos, os resultados obtidos foram para o abuso físico $R = .323$ e $p < .001$, para o abuso emocional R

= .417 e $p < .001$, para a coerção $R = .303$ e $p < .001$ e finalmente para o control $R = .353$ e $p < .001$.

Tabela 5. *Correlação das dimensões da ECCV com as dimensões da SANI (N = 157).*

Dimensões ECCV	Dimensões SANI			
	Abuso Físico	Abuso Emocional	Coerção	Controlo
Determinantes Socioculturais	R = .222	R = .185	R = .157	R = .170
	p = .005	p = .020	p = .050	p = .033
Determinantes Individuais	R = .304	R = .311	R = .268	R = .315
	p < .001	p < .001	p = .001	p < .001
Determinantes Educativos	R = .323	R = .417	R = .303	R = .353
	p < .001	p < .001	p < .001	p < .001

R – Coeficiente de Correlação de Spearman.

Discussão

Achamos importante estudar uma provável diferença nos resultados da E.C.C.V. relativamente ao sexo dos inquiridos, visto que, apesar de ser indubitável a presença de efeitos negativos resultantes da vitimação, as investigações que analisaram a influência do género, como fator mediador, são inconclusivas. Tendo em conta a complexidade das relações entre os fatores mediadores, deparamo-nos muitas vezes com resultados contraditórios. O fato dos resultados neste tipo de estudos serem bastante contraditórios, poderá estar ligado à forte dependência de outras variáveis, como a idade da criança inquirida ou o nível de desenvolvimento da mesma.

De forma geral, parece ser evidente que em idade pré-escolar, os rapazes manifestam maiores níveis de agressividade, manifestações somáticas e depressão, assim como mais problemas comportamentais de internalização e externalização, enquanto que as raparigas apresentam maiores níveis de ansiedade e menor empatia. Rogow (2003), elaborou um estudo em que chegou à conclusão de que o isolamento, a depressão e a desresponsabilização são os

principais fatores que caracterizam as experiências e sentimentos das crianças da sua amostra. A indiferença e a hostilidade, são os procedimentos que são utilizados pelos cuidadores destas crianças.

No que diz respeito à idade escolar, a disposição modifica-se, visto que as raparigas manifestam, de forma geral, mais problemas comportamentais, relacionados a problemas de internalização e elevados níveis de agressividade. Contudo, existem outros estudos que afirmam que as raparigas apresentam menos problemas comportamentais do que os rapazes (Margolin, 2005; Sani, 1999). Outro aspeto importante neste tipo de investigação é a idade das crianças inquiridas, no entanto, as diferenças de idade, como fator mediador do impacto, não é uma afirmação consensual. Contudo, é consensual o fato de que as crianças entre os 0 e os 2 anos de idade, mesmo não compreendendo muitas das situações que testemunham, sentem com maior intensidade a indisponibilidade dos pais, visto serem mais dependentes destes últimos. É deveras importante salientar que, contrariamente às expectativas da maioria dos pais, a percepção que as crianças têm sobre o seu ambiente familiar, tem um forte impacto sobre a sua vida emocional e comportamental (Margolin, 1998; Sani, 1999).

Na nossa investigação apenas foram evidenciadas diferenças significativas entre crianças do sexo feminino e masculino no que diz respeito ao fator determinantes educativos, sendo que os inquiridos do sexo masculino apresentaram valores mais elevados que as meninas.

No que diz respeito à comparação entre os valores da E.C.C.V. e os diferentes tipos de fratria, o nosso estudo mostrou não existirem diferenças significativas em nenhuma das dimensões estudadas.

Relativamente à relação entre os valores da E.C.C.V. e da S.A.N.I., concluímos que esta é positiva e estatisticamente significativa. Os dados obtidos na nossa investigação mostraram que quanto mais elevado é a frequência da ocorrência de acontecimentos violentos no seio familiar da criança, mais fortes são as crenças da mesma relativamente à violência,

assim como no estudo elaborado por Sani (2004). No estudo elaborado por Sani (2004), a investigadora concluiu que a experiência de exposição à violência no seio familiar, pode estar na base da criação de crenças distorcidas relativamente à violência interpessoal, sendo que algumas destas possam ser sustentadas por argumentos socioculturais, menos utilizados pelo grupo das crianças sem história de exposição à violência. Sani (2004) também realça o facto de que existem outros fatores que podem determinar o sentido das crenças das crianças sobre a violência, no entanto não foram encontradas diferenças significativas entre as crianças do grupo normativo e as do grupo de crianças em risco, relativamente a esse aspeto no estudo elaborado pela investigadora. A análise dos resultados desse estudo, levou Sani a considerar a exposição à violência na criação das crenças das crianças, como tendo um duplo efeito, desconstrutivo e construtivo, visto que explicaria o facto das crianças não expostas à violência, terem por vezes, ideias mais distorcidas relativamente a esse fenómeno.

Tendo em conta os nossos resultados, pensamos que deverão ser providenciadas intervenções perto das crianças, nomeadamente nas escolas. Ao aplicar as escalas, deparamo-nos com algumas crianças que não estavam muito à vontade com o tema sobre o qual inquiríamos, podemos, portanto, afirmar, que deveriam haver um maior apoio psicológico com as mesmas, e mostrar-lhes que podem confiar em alguém. Visto que as crianças vítimas de violência, podem não ter o apoio necessário em casa, seria importante oferecer-lhes a possibilidade de obter confiança e segurança com alguém fora da esfera familiar, por exemplo, o psicólogo do estabelecimento escolar.

Conclusão

A presente investigação, estudou as crenças das crianças relativamente à violência, utilizando a escala E.C.C.V. aferida para a população portuguesa por Sani em 2003, assim

como o seu ambiente natural infantil, aplicando a escala S.A.N.I. construída por Sani também em 2003.

Paraceu-nos deveras importante tentar perceber se existem diferenças significativas no que diz respeito às crenças das crianças relativamente à violência, tendo em conta o sexo dos participantes. Os dados obtidos mostraram-nos que apenas existem diferenças significativas entre crianças do sexo feminino e masculino no que diz respeito à dimensão relativa a determinantes individuais, visto que os participantes do sexo feminino apresentam valores mais baixos do que os participantes do sexo masculino. Ao comparar os resultados obtidos na E.C.C.V. e o tipo de fratria dos inquiridos, observamos que não existem diferenças significativas em nenhuma das dimensões estudadas, ou seja, na nossa amostra, as crenças das crianças relativamente à violência, não eram afetadas pelo tipo de constituição da fratria do indivíduo.

Para finalizar o nosso estudo, estudámos a possível relação entre o ambiente natural infantil dos inquiridos e as suas crenças sobre a violência. Os nossos resultados mostram que esta relação é positiva e estatisticamente significativa, ou seja, quanto maior a ocorrência de violência no seio familiar, mais fortes são as crenças das crianças relativamente a este fenómeno.

Ao longo da nossa investigação foram encontradas algumas limitações, nomeadamente o facto de não haverem muitos estudos com as mesmas variáveis e os mesmos objetivos, o que dificultou a elaboração de uma discussão consistente. Uma outra limitação com a qual nos deparámos na elaboração do nosso estudo pode ter residido no facto da amostra ser homogénea a nível cultural. Resultados diferentes poderão ser obtidos se elaborarmos o mesmo estudo com crianças de outra cultura/país.

Implicações práticas do estudo

O presente estudo representou a possibilidade de investigar a forma como as crianças vêm a violência, assim como tentar perceber o ambiente natural infantil das mesmas e como estas duas variáveis interagem entre si. A investigação sobre estes temas tem tido mais visibilidade nos últimos anos e o nosso estudo será mais um elemento de comparação para os próximos investigadores da área. O facto de termos obtido resultados que nos mostram que as crianças que experienciam violência no seio familiar, têm crenças mais fortes relativamente à mesma, leva-nos a afirmar que mais intervenções devem ser feitas para proteger as vítimas assim como para prevenir que alguns indivíduos se tornem agressores.

Referências Bibliográficas

- Alarcão, M. (2006). *(Des)equilíbrios familiares: Uma visão sistémica* (3ª Ed.). Coimbra: Quarteto Editora.
- Alberto, I. (2004). *Maltrato e trauma na infância*. Coimbra: Almedina.
- Amaro, F. (2006). *Introdução à sociologia da família*. Universidade Técnica de Lisboa: Gráfica Europam, Lda.
- Anderson, C. A., & Bushman, B. J. (2002). Human aggression. *Annual Review of Psychology*, 53, 27-51.
- Becker-Lausen, E., & Mallon-Kraft (1997). Pademic Outcomes: The intimacy variable. In G. K. Kantor & J. L. Jasinski (Eds.), *Out of darkness. Contemporary perspectives on family violence* (pp. 49-57). Thousand Oaks: Sage Publications.
- Becvar, D., & Becvar, R. (2005). *Family therapy: A systemic integration* (6th Ed.). Boston: Allyn & Bacon.
- Berger, K. (2003). *The developing person – Through childhood and adolescence* (6th Ed.). New York: Worth Publishers.
- Button, D., & Gealt, R. (2010). High risk behaviors among victims of sibling violence, *Journal of Family Violence*, 25(2), 131-140.
- Buzawa, E. & Buzawa, C. (1996). *Domestic violence*. California: Sage Publications.
- Caffaro, J., & Conn-Caffaro, A. (2005). Treating sibling abuse families, *Aggression and Violent Behavior*, 10(5), 604-623.
- Canha, J. (2003). *A criança maltratada*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Canha, J. (2008). A criança vítima de violência. In C. Machado & R. A. Gonçalves (Eds.), *Violência e vítimas de crimes, Volume 2: Crianças* (pp. 17-37). Coimbra: Quarteto.

- Caridade, S., & Machado, C. (2012). Violência na intimidade juvenil: Da vitimação à perpetração. *Análise Psicológica*, 24(4), 485-493.
- Caspi, J. (2012). *Sibling Aggression: Assessment and Treatment*. New York: Springer.
- Castanho, G. (2010). *Violencia entre irmãos: abuso físico, moral e sexual*. Paper apresentado no 17.o Congresso Brasileiro de Psicodrama, Sao Paulo, Brasil. Cohen, Jacob (1988), *Statistical Power Analysis for the Behavioral Sciences*. Hillsdale, NJ: Erlbaum (2^a ed.).
- Coimbra de Matos, A. (2004). *Saúde mental*. Lisboa. Climepsi Editores.
- Coimbra, A., Faria, A., & Montaro, T. (1990). ANOVA: Centro de apoio e intervenção na crise para crianças vítimas de maus-tratos. *Análise Psicológica*, 2, 193- 201.
- Costa, V. (2007). *Sintomatologia de pós-stress traumático em menores expostos à violência interparental* (Tese de Mestrado não publicada). Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Coté, I., Dallaire, L. F., & Vézina, J.F. (2011). *Tempête dans la famille: Les enfants et la violence conjugale*. Montréal : Éditions du CHU Sainte-Justine.
- Cuevas, C., Finkelhor, D., Clifford, C. & Ormrod, R. (2010). Psychological distress as a risk factor for re-victimization in children. *Child Abuse & Neglect*, 34, 235-243.
- Cummings, E. M., Schermerhorn, A. C., Davies, P. T. & Goeke-Morey, M. C. (2006). Interparental discord and child adjustment: Prospective investigations of emotional security as an explanatory mechanism. *Child Development*, 77(1), 132-52.
- Cummings, E. & Davies, P. (1994). *Children and marital conflict. The impact of family dispute and resolution*. New York: The Guilford Press.
- Cyr, K., Chamberland, C., Clément, M.E., Lessard, G., Wemmers, J., Collin-Vézina, D., Gagné, M.-H. & Damant, D. (2013). Polyvictimization and victimization of children and youth: Results from a populational survey. *Child Abuse & Neglect*, 37(10), 814-820.

- Cyr, K., Chamberland, C., Lessard, G., Clément, M. & Gagné, M. H. (2012). La polyvictimisation des jeunes. In M-E. Gagné, S. Drapeau & M. C. Saint-Jacques (Eds), *Les enfants maltraités: De l'affliction à l'espoir* (pp. 121-142). Laval : PUL.
- Deon, C. & Weems, C. F. (2010). Emotional development in the context of conflict: The indirect effects of interparental violence on children. *Journal of Child and Family Studies, 19*, 287-297.
- Deroff, M. L., & Potin, E. (2013). Violences conjugales dans l'espace familial: que fait-on des enfants ? Pratiques professionnelles au croisement des champs de la protection de l'enfance et des violences conjugales. *Enfances, Familles, Générations, 18*, 120-137.
- Dias, I. (2004). *Violência na família: Uma abordagem sociológica*. Porto: Edições Afrontamento.
- Doucet, M., & Fortin, A. (2010). La parentification et les conflits de loyauté chez l'enfant exposé à la violence conjugale: Contribution du point de vue de l'enfant sur la violence. *Enfance, 2*, 201-221.
- Dubowitz, H., Papas, M., Black, M. & Starr, R. (2002). Child Neglect: Outcomes in high-risk urban preschoolers. *Pediatrics, 109*(6), 1100-1107.
- Eriksen, S., & Jensen, V. (2009). A Push or a Punch: Distinguishing the Severity of Sibling Violence, *Journal of Interpersonal Violence, 24*(1), 183-208.
- Finkelhor, D. (1983). Common features of family abuse. In D. Finkelhor, R. J. Gelles, G. T. Hotaling & M. A. Straus (Eds.), *The dark side of families: Current family violence research* (pp. 17-28). Beverly Hills CA: Sage Publishing.
- Finkelhor, D. (2008). Childhood victimization – *Violence, crime and abuse in the lives of young people*. New-York : Oxford University Press.
- Finkelhor, D., Hamby, S.L., Ormrod, R.K., Turner, H.A. & Holt, M. (2009). Pathways to polyvictimization. *Child Maltreatment, 14*, 316-329.

- Finkelhor, D., Ormrod, R. K. & Turner, H. A. (2007). Poly-victimization: A neglected component in child victimization. *Child Abuse & Neglect*, 31(1), 7-26.
- Finkelhor, D., Ormrod, R., Turner, H. & Hamby, S. (2005). The victimization of children and youth: A Comprehensive, national survey. *Child Maltreatment*, 10, 1, 5-25.
- Finkelhor, D., Turner, H., Hamby, S. & Ormrod, R. (2011). Poly-victimization: children's exposure to multiple types of violence, crime, and abuse. *Juvenile Justice Bulletin*, 1-12.
- Finkelhor, D., Turner, H., Ormrod, R. K. & Hamby, S.L. (2009). Violence, crime, and exposure in a national sample of children and youth. *Pediatrics*, 124(5), 1-14.
- Fischer, G. (1992). *A dinâmica social: Violência, poder, mudança*. Lisboa: Planeta Editora.
- Galego, C. (2004). Violência nas escolas: Representação social dos mass media. *Actas dos ateliers do V Congresso Português de Sociologia*. Retirado de: http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4628bc0b8d9c4_1.pdf.
- Gallardo, J. (1994). *Maus-tratos à criança*. Porto: Porto Editora.
- Gelles, R. J. (1997). *Intimate violence in families*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Gilbert, R., Spatz Widom, C., Browne, K., Fergusson, D., Webb, E. & Janson, S. (2009). Burden and consequences of child maltreatment in high-income countries. *Lancet*, 373, 68-81.
- Gleitman, H. (1993) *Psicologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Guillotte, A. (1999), *Violence et Education – Incidents, incivilités et autorité dans le contexte scolaire*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Hair, J. F. J., Black, W. C., Babin, B. J. & Anderson, R. E. (2010). *Multivariate data analysis – International edition (7th Ed.)*.
- Hines, L. (2015). Children's coping with family violence: Policy and service recommendations. *Child and Adolescent Social Work Journal*, 32(2), 109-119.

- Hirigoyen, M. F. (2005). *Femmes sous emprise. Les ressorts de la violence dans le couple*. Paris : Oh ! Editions.
- Holden, G. W. (1998). Introduction: The development of research into another consequence of family violence. In G. W. Holden, R. Geffner, & E. N. Jouriles (Eds.), *Children exposed to marital violence: Theory, research and applied issues* (pp. 1-18). Washington, DC: American Psychological Association.
- Holden, G. W. (2003). Children exposed to domestic violence and child abuse: Terminology and taxonomy. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 6(3), 151-160.
- Houaiss, A., & Villar, M. (2003). *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*. Lisboa, Circulo de Leitores.
- Huang, C.-C., Wang, L. R. & Warrener, C. (2010). Effects of domestic violence on behavior problems of preschool-aged children: Do maternal mental health and parenting mediate the effects? *Children and Youth Services Review*, 32, 1317-1323.
- Hughes, H. M., & Luke, D. A. (1998). Heterogeneity in adjustment among children of battered women. In G. W. Holden, R. Geffner & E. N. Jouriles (Eds.), *Children exposed to marital violence. Theory, research and applied issues*. (pp. 185-221). Washington: American Psychological Association.
- Humphreys, J. (1993). Children of battered woman. In J. Campbell & J. Humphreys (Eds.), *Nursing care of survivors of family violence*. (pp.107-131). St. Louis: Mosby.
- Jaffe, P. G., Wolfe, D. A. & Wilson, S. K. (1990). *Children of battered woman*. USA: Sage Publications.
- Jordan, C. E. (1997). The psychological impact of domestic violence on domestic violence victims and child witnesses. Governor's office of child abuse domestic violence services. Retirado de: <http://www.state.ky.us/agencies/gov/domviol/impact.htm>.

- Kempe, C. H., Silverman, F. N., Steele, B. F., Droegemueller, W. & Silver, H. K. (2013). The battered-child syndrome. In *C. Henry Kempe: A 50 Year Legacy to the Field of Child Abuse and Neglect* (pp. 23-38). Springer, Dordrecht.
- Kettrey, H. & Emery, B. (2006), "The Discourse of Sibling Violence", *Journal of Family Violence*, 21(6), 407-416.
- Khan, R. & Cooke, D. (2008). Risk Factors for Severe Intersibling Violence: A Preliminary Study of a Youth Forensic Sample, *Journal of Interpersonal Violence*, 23(11), 1513-1530.
- Leeb, R. T., Paulozzi, L. J., Melanson, C., Simon, T. R. & Arias, I. (2008). *Child Maltreatment Surveillance: Uniform Definitions for Public Health and Recommended Data Elements, Version 1.0*. Atlanta, GA: Centers for Disease Control and Prevention.
- Lemos, A. M. (2008). *Por uma escola que previne: Uma abordagem e reflexão de um projeto educativo de prevenção da violência de género nas escolas*. Dissertação de mestrado não publicada, Universidade do Porto, Porto.
- Lessard, G. & Paradis, F. (2003). *La problématique des enfants exposés à la violence conjugale et les facteurs de protection. Recension des écrits*. Institut national de santé publique du Québec.
- Lynch, M. & Cicchetti, D. (1998). An ecological-transactional analysis of children and contexts: The longitudinal interplay among child maltreatment, community violence, and children's symptomatology. *Development and Psychopathology*, 10, 235-257.
- Machado, C. & Gonçalves, R. (2002). *Violência e vítimas de crimes*. Coimbra: Quarteto.
- Machado, M. (2010). *Crenças e representações sociais dos adolescentes sobre a violência interpessoal*. Dissertação de mestrado, Universidade Fernando Pessoa, Porto.
- Magalhães, T. (2002). *Maus-tratos em crianças e jovens*. Coimbra: Quarteto.
- Magalhães, T. (2010). *Violência e abuso*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

- Margolin, G., John, R., Ghosh, C., & Gordis, E. (1996). Family interaction process: An essential tool for exploring abusive relationships. In D. Cahn & S. Lloyd (Eds.), *Family violence from a communication perspective* (pp. 37-58). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Margolin, G. (1998). The effects of domestic violence on children. In P. K. Trickett & C. Schellenbach (Eds.), *Violence against children in the family and the community* (pp. 57-102). Washington: American Psychological Association.
- Margolin, G. & Gordis, E. (2000). The effects of family and community violence on children. *Annual Review of Psychology*, 51, 445-479. 2000.
- Margolin, G. (2005). Children's exposure to violence exploring developmental pathways to diverse outcomes. *Journal of Interpersonal Violence*, 20(1), 72-81.
- Marôco, J. (2011). *Análise estatística com o SPSS*. 5ª edição. Pêro Pinheiro: Report Number.
- Martins, D. D. (2009). *O impacto da violência familiar na saúde de crianças e jovens adolescentes*. Dissertação de mestrado, Universidade do Minho, Braga.
- Matos, D., & Jardimino, J. (2016). *Os conceitos de concepção, percepção, representação e crença no campo educacional: similaridades, diferenças e implicações para a pesquisa*.
- McCloskey, L., Figueredo, A., & Koss, M. (1995). *The effects of systemic family violence on children's mental health*. *Child Development*, 66, 5, 1239-1261.
- Mendes, T. & Sani, A. (2017). *Representações de crianças expostas à violência interparental através de provas projetivas*.
- Michaud, Y. (2001). *A violência*. (1st ed.). São Paulo: Ática
- Minuchin, S. (1990). *Famílias: Funcionamento & tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Neves, A. S. & Romanelli, G. (2006). A violência doméstica e os desafios da compreensão interdisciplinar. *Estudos de Psicologia*, 23(3), 299-306.

- Oliveira, A. & Manita, C. (2003). *Prostituicao, violencia e vitimação*. In Machado, C. & Goncalves, R. A. (Coord.). *Violência e Vítimas de Crimes*. Volume 1 - Adultos. Coimbra, Quarteto Editora, (pp. 213-239).
- Olweus, D. (1993). *Bullying at school: What we know and what we can do*. Malden, MA: Blackwell Publishing.
- Omer, H., Schorr-Sapir, I. & Weinblatt, U. (2008). Non-violent Resistance and Violence against Siblings". *Journal of Family Therapy*, 30(4), 450-464.
- Organisation Mondiale de la Santé. (2002). *Relatório mundial sobre a violência e a saúde*.
- Ostrov, J., Crick, N. & Stauffacher, K. (2006). Relational Aggression in Sibling and Peer Relationships During Early Childhood. *Applied Developmental Psychology*, 27, 241-253.
- Ovaere, F., Sardo-Infirri, S., Touahria-Gaillard, A. & Lévy, J-M. (2007). *L'impact de la violence conjugale sur les enfants*. Revue critique de littérature, rapport réalisé pour l'ONED.
- Paul, O. (2015). *Développement socio-affectif des enfants exposés à la violence conjugale: une approche de la sécurité émotionnelle: étude des conduites intériorisées et extériorisées et des symptômes de stress post-traumatique de 46 enfants âgés de 5 ans et demi à 12 ans, et analyse de leurs représentations de la violence et des relations familiales*(Doctoral dissertation, Université Toulouse le Mirail-Toulouse II).
- Peled, E. & Davis, D. (1995). *Groupwork with children of battered woman: a practioner's guide*. London: Sage Publications.
- Penfold, S. (2005). Family violence and child mental health. *The newsletter from the Institute Against Family Violence: The Health-Care Costs of Family Violence*, 12, 1.
- Perry, D., Hodges, E., & Egan S. (2001). Determinants of chronic victimization by peers : a review and new model of family influence. In J. Juvonen, & S. Graham (Eds.), *Peer*

- harassment in school: The plight of the vulnerable and victimize* (pp. 73-104). New York: The Guilford Press.
- Pesce, R. (2009). Violência familiar e comportamento agressivo e transgressor na infância: Uma revisão da literatura. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(2), 507-518.
- Pestana, M. & Gajairo, J. (2008). *Análise de dados para ciências sociais. A complementaridade do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Planella, J. (1997). A violência como forma de comunicação nas crianças e adolescentes em situação de risco social. *Infância e Juventude: Revista do Instituto de Reinserção Social*, 4, 85-98.
- Radford, L., Corral, S., Bradley, C., & Fisher, H. L. (2013). The prevalence and impact of child maltreatment and other types of victimization in the UK: Findings from a population survey of caregivers, children and young people and young adults. *Child Abuse & Neglect*, 37(10), 801-813.
- Relva, I. C., Fernandes, O. M., Alarcão, M., Graham-Bermann, S. & Lopes, P. (2017). Psychometric proprieties and construct validity of the Brother-Sister Questionnaire in a sample of Portuguese adolescents. *Journal of family violence*, 32(3), 333-340.
- Relva, I., Fernandes, O., & Alarcão, M. (2012). Violência entre irmãos: Uma realidade desconhecida. *Interamerican Journal of Psychology*, 46 (3), 375-383.
- Relva, I., Fernandes, O., Alarcão, M. & Martins, A. (2014). Estudo exploratorio da violencia entre irmaos em Portugal, *Psicologia: Reflexao e Critica*, 27(2), 398-408.
- Rinfret-Raynor, M., Dubé, M., Drouin, C., Maillé, N. & Harper, E. (2008). Violence conjugale post-séparation en contexte d'exercice des droits d'accès aux enfants. In S. Arcand, D. Damant, S. Gravel, & E. Harper (Eds.), *Violences faites aux femmes* (pp. 185-207). Québec : Presses de l'Université du Québec.

- Rodgers, K. (1994). Résultats d'une enquête nationale sur l'agression contre la conjointe. *Juristat*, 14(9), 1-18.
- Rogow, S. (2003). Abuse and neglect of children with disabilities. *The Newsletter of the British Columbia Institute Against Family Violence*, 10, 1, 19-21.
- Rossmann, B. B., Hughes, H. M., & Rosenberg, M. S. (2000). *Children and interparental violence: the impact of a exposure*. USA: Bruner / Mazel.
- Sani, A. (1999). As vítimas silenciosas: A experiência de vitimação directa nas crianças. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 2, 247-257.
- Sani, A. I. & Gonçalves, R. A. (2000). Representações da violência construídas por crianças. *Revista Portuguesa de Ciências Criminais*, 10, 437-453.
- Sani, A. I. (2000). *A experiência subjectiva de crianças vítimas e testemunhas de crimes*. Dissertação de mestrado não publicada, Universidade do Minho, Braga.
- Sani, A. I. (2002a). *As Crianças e a violência: Narrativas de crianças vítimas e testemunhas de crimes*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Sani, A. I. (2002b). Crianças expostas à violência interparental. In. C. Machado & R. A. Gonçalves (Coords.), *Violência e vítimas de crimes*. Vol.: Crianças. (pp. 95-131) Coimbra: Quarteto Editora.
- Sani, A. I. (2003). *As crenças, o discurso e a acção: as construções de crianças expostas à violência interparental*. Tese de doutoramento não publicada, Universidade do Minho, Braga.
- Sani, A. I. (2004). *As crenças, o discurso e a acção: as construções de crianças expostas à violência interparental*.
- Sani, A. I. (2006a). Vitimação indirecta de crianças em contexto familiar. *Análise Social*, Vol. XLI (180), 849-864.

- Sani, A. I. (2006b). As variáveis mediadoras do impacto na criança da exposição à violência interpaparental. *Psicologia: Teoria, investigação e prática*, 11(2), 111-133.
- Sani, A. I. (2007). As crenças das crianças sobre a violência e as percepções sobre os conflitos interpaparentais. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa*, 4, 198-208.
- Santos, S. (2002). *Representações sociais da violência sobre as crianças*. Tese de Mestrado: Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
- Souffron, K. (2007). *Les violences conjugales*. Toulouse : Les essentiels Milan.
- Sousa e Silva, M. A. (2002). Violência contra crianças quebrando o pacto do silêncio. In Ferrari, D. & Vecina, T. *O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática*. São Paulo: Ágora. (pp. 73-80).
- Trainor, C. (1999). Les refuges pour femmes violentées au Canada. *Juristat, Centre canadien de la statistique juridique, Statistique Canada*, 19(6), 1-10.
- Tremblay, R. E. (2000). The development of aggressive behavior during childhood: What have we learned in the past century? *International Journal of Behavioral Development*, 24, 129-141.
- Trocmé, N., MacLaurin, B., Fallon, B., Daciuk, J., Bilingsley, D., Tourigny, M., Mayer, M., Wright, J., Barter, K., Burford, G., Hornick, J., Sullivan, R. & McKenzie, B. (2001). *Étude sur l'incidence des signalements de cas de violence et de négligence envers les enfants*. Rapport Final. Ottawa: Ministère des Travaux publics et Services gouvernementaux Canada, Centre national d'information sur la violence dans la famille, Santé Canada.
- Unicef (1989). A Convenção sobre os Direitos da Criança. *Adaptada pela Assembléia Geral nas Nações Unidas em, 20*.

- UNICEF (2006). Behind close doors: *The impact of domestic violence on children*. Retirado de <http://www.unicef.org/protection/files/BehindClosedDoors.pdf>
- Vasselier-Novelli, C., & Heim, C. (2006). Les enfants victimes de violences conjugales. *Cahiers Critiques de Thérapie Familiale et de Pratiques de Réseaux*, 36, 185-207.
- Vasselier-Novelli, C., Delage, M., Danel, P. & Heim, C. (2014). *Enfants victimes de violences conjugales*. Paris.
- Vinay, A., Esparbès-Pistre, S., & Tap, P. (2000). Attachement et stratégies de coping chez l'individu résilient. *La Revue Internationale de l'Education Familiale*, 4(1), 9-35.
- Vissing, Y. M., Straus, M. A., Gelles, R. J. & Harrop, J. W. (1991). Verbal aggression by parents and psychosocial problems of children. *Child Abuse & Neglect*, 15, 223-238.
- Vranceanu, A. M., Hobfoll, S. E. & Johnson, R. (2007). Sequelae of child multi-type maltreatment. The role of social support and stress. *Child Abuse & Neglect*, 31, 71-84.
- Wallace, H. (2007). Sibling Abuse, in Nicky Jackson (org.), *Encyclopedia of Domestic Violence*. New York: Taylor & Francis Group, 636-638.
- WHO (2002). *World report on violence and health*. Geneve : World Health Organization.
- Yawney, D. (1999). La résilience: Une stratégie de survie aux traumatismes de l'enfance. *The Newsletter of the British Columbia Institute Against Family Violence*, 6, 2.
- Zaouche Gaudron, C. (2015). *Le développement social chez l'enfant*. Du bébé à l'âge scolaire. Paris : Dunod (3^a ed.).
- Zeanah, C. & Scheeringa, M. (1997). The experience and effects of violence in infancy. In J. D. Osofsky (Ed.), *Children in a violent society*, 97-123. New York: The Guilford Press.

Artigo 2

Fratrã e crenças das crianças sobre a violênã

Resumo

A fratria é deveras importante para o desenvolvimento da criança, por este motivo, decidimos estudar a relação dos nossos participantes com os irmãos e tentar perceber se esta tem impacto nas crenças dos mesmos relativamente à violência. A violência é um fenómeno com o qual nos deparámos praticamente todos os dias. Esta problemática tem sido, nos últimos anos, motivo de estudos no sentido de tentar perceber as consequências desta sobre a vida dos indivíduos. Nesta investigação objetivámos perceber se o tipo de relação fraterna afeta as vivências e crenças das crianças. Para tal recorremos à *Escala de Crenças da Criança sobre a Violência* (E.C.C.V.), ao *Questionário do Irmão ou Irmã* (BSQ - *The Brother-Sister-Questionnaire*) e também a um questionário sociobiográfico. O estudo apresentou um carácter descritivo, quantitativo, correlacional e comparativo, com um *design* quasi-experimental. A amostra foi constituída por 119 indivíduos, maioritariamente do sexo masculino (53.8%), com idades compreendidas entre os 11 e os 16 anos. Ficou demonstrado no nosso estudo que as crianças do sexo feminino apresentam maiores níveis de empatia que as do sexo masculino ($M = 3.96$; $DP = .73$) e ($M = 3.70$; $DP = .75$) respetivamente, enquanto que na dimensão coerção, os resultados foram opostos, visto que os participantes do sexo masculino apresentaram valores mais elevados que os do sexo feminino ($M = 1.47$; $DP = .83$) e ($M = 1.47$; $DP = .52$) respetivamente. No que diz respeito à análise diferencial do B.S.Q. em função do Tipo de Fratria os resultados mostram que as crianças do Tipo de Fratria Feminino/Feminino apresentam valores mais elevados que as crianças dos outros Tipos de Fratria relativamente à dimensão diferenciação. Os resultados também mostram a existência de correlações negativas da empatia com os determinantes educativos ($r = -.284$; $p = .002$) e da manutenção de limites com os determinantes culturais ($r = -.333$; $p < .001$), com os determinantes individuais ($r = -.262$; $p = .004$) e com os determinantes educativos ($r = -.289$; $p = .001$). Pelo contrário, a coerção está positivamente correlacionada com os determinantes culturais ($R = .327$; $p < .001$)

e com os determinantes educativos ($R = .323$; $p < .001$). Quando estamos perante correlações negativas, quer dizer que quanto mais elevada for uma variável menor será a outra, ao contrário, quando nos deparámos com correlações positivas, isso mostra-nos que a quanto maior for um valor, maior será o outro. Portanto, o nosso estudo mostra-nos que, quanto maior for o nível de empatia dos inquiridos, menos distorcidas serão as suas crenças relativamente aos determinantes educativos e quanto maior for a sua manutenção de limites, menos distorcidas serão as crenças relativas aos determinantes culturais, individuais e educativos. No que diz respeito às correlações positivas, na nossa investigação, quanto maior for o nível de coerção maior será a distorção das crenças relativamente aos determinantes culturais e educativos.

Palavras-chave: Irmão, fratria, violência.

Abstract

Fraternity is very important for the development of the child. For this reason, we decided to study the relationship of our participants with their siblings and try to understand if it has an impact on their beliefs about violence. We also think it is important to study the fratria itself, that is, whether the type of fratria can influence the type of connection existing between the members of the fratria, as well as a potential experience of family violence. Violence is a phenomenon that we encounter almost every day. In recent years, this problem has been the subject of studies in the sense of trying to perceive the consequences of this on the life of individuals. An existing concern more recently is to realize the effects of this problem on the life of a child who is exposed to violence directly or indirectly. In this investigation it seemed important to us to understand if the type of fraternal relation affects in one form or another the experiences and beliefs of the children. To do so, we used the Child Beliefs on Violence Scale (ECCV), the Brother-Sister Questionnaire (BSQ), and a sociobiographic questionnaire. The study presented a descriptive, quantitative, correlational and comparative character, with a quasi-experimental design. The analysis was performed with the Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), version 22 for Windows. The sample consisted of 119 individuals, mostly males (53.8%), aged between 11 and 16 years. It was demonstrated in our study that female children presented higher levels of empathy than males ($M = 3.96$, $SD = .73$) and ($M = 3.70$, $SD = .75$) respectively, whereas in the coercion dimension, ($M = 1.47$, $SD = .83$) and ($M = 1.47$, $SD = .52$), respectively. The results were opposite. With regard to differential analysis of B.S.Q. depending on the type of Fratria the results show that children of the Female / Female Fracture Type present higher values than the children of the other Fracture Types relative to the Differentiation dimension. The results also show the existence of negative correlations of empathy with educational determinants ($R = -.284$, $p = .002$) and the maintenance of limits with cultural determinants ($R = -.333$, $p < .001$), with the individual determinants ($R = -.262$, p

= .004) and the educational determinants ($R = -.289$; $p = .001$). On the contrary, coercion is positively correlated with cultural determinants ($R = .327$; $p < .001$) and with educational determinants ($R = .323$; $p < .001$).

Keywords: siblings ; violence.

Fratrìa

A relação entre irmãos vem sido descrita por diversos autores ao longo dos tempos. Adler (1984) e Freud (1913) foram dos primeiros a se debruçarem sobre o relacionamento entre a fratria, ressaltando a importância dos irmãos no desenvolvimento individual e também afirmando que a família tem um papel primordial no desenvolvimento das crianças. Segundo Relvas (1996), para se falar de subsistema fraternal é necessário a chegada de um segundo filho, visto que até então a família era constituída pela mãe, pai e um filho, logo não existe a relação de fratria. A autora explica que a partir desse momento, a família é composta por quatro subsistemas, individual, parental, conjugal e fraternal.

A partir do nascimento do segundo filho, o primogênito irá ter novos aprendizados que lhe serão úteis no futuro, visto que irá aprender a partilhar, negociar e julgar (Relvas, 1996). Com a chegada do irmão, além de surgir um novo subsistema familiar, também surge uma oportunidade para o filho mais velho se poder reorganizar. De acordo com Minuchin (1982), esta reorganização irá permitir ao primogênito adquirir competências necessárias posteriormente para a vida social. Pulakos (2001) diz-nos que após o nascimento do segundo filho, a família depara-se com um sistema familiar mais complexo. O autor afirma que a partir do momento em que a família é constituída por dois filhos, a mesma terá de se reajustar à nova situação familiar.

Segundo Fernandes, Alarcão e Raposo (2007), geralmente, a diferença de idades entre o primeiro e o segundo filho é de poucos anos, tornando assim, a fratria uma situação que o primogênito descobre nos primeiros anos da sua vida, aprendendo por isso, desde cedo a partilhar a vida familiar com uma outra criança.

No entanto, é importante salientar que cada irmão vive de maneira própria as experiências resultantes deste subsistema. O tipo de fratria também pode influenciar a forma como os indivíduos vivem determinada experiência.

(...) a relação entre os irmãos é, agora mais do que nunca, a relação mais longa da nossa vida, e a que pode, por isso mesmo, ser (quase) tão influenciadora e sustentadora como a relação que temos (tivemos) com os nossos pais (...) sobre a essencialidade da fratria, pode-se dizer que, apesar de algumas dores (quase sempre) necessárias, nunca é uma fartaria, no sentido em que nunca é de mais a fraternidade que os irmãos uma ou outra vez ao longo das nossas vidas nos dão... (...) Até porque o laço fraternal é a base e o modelo do laço social. (Fernandes, 2005, p. 20).

Na segunda metade do século XX, observou-se uma retomada das investigações empíricas sobre as relações fraternas (Pereira & Lopes, 2013). O primeiro autor a interessar-se pelo relacionamento fraterno, foi Alfred Adler (1984), o mesmo afirmou que o primeiro “microcosmo” social na vida da criança é a relação desta com os irmãos. A partir da década de 1980, o número de pesquisas sobre esta temática aumentou significativamente, contudo, a afirmação avançada por Dunn e Kendrick (1980) de a que influência dos irmãos tem sido bastante ignorada na literatura psicológica, continua atual (Pereira & Lopes, 2013).

Na década de 80, alguns autores decidiram caracterizar a família como sendo um sistema constituído por indivíduos que partilham interações entre si, levando, portanto, à integração do relacionamento fraterno como interação importante no seio familiar (Minnett, Vandell, & Santrock, 1983; Murphy, 1993). A mesma autora, Dunn, afirmou em 2005 que até à década de 1990 haviam muitas perguntas sem resposta relativamente às relações fraternas, isto porque até então não existiam condições propícias para a elaboração dos estudos necessários. Também Menesini, Camodeca e Nocentini (2010) declaram que desde a década de 80, houve um aumento da importância atribuída à relação fraterna e à sua relevância no desenvolvimento saudável dos irmãos. É de salientar que nos últimos anos os investigadores

têm mostrado maior interesse na relação fraterna, dando-nos oportunidade de entender melhor a complexidade do relacionamento entre irmãos.

O desenvolvimento infantil é influenciado por diversos fatores, como por exemplo os relacionamentos que ocorrem no seio familiar. Bowlby (1969) explica-nos que aquando do nascimento, está intrínseco ao bebé uma necessidade natural de desenvolver e construir relações significativas durante o seu ciclo vital. Para que a criança se sinta preparada para explorar o mundo exterior, é necessário que esta possua uma base segura, para tal, a criança necessita de uma relação com as figuras primárias de vinculação bastante sólida (Bowlby, 1988). É importante que a criança experiencie sentimentos de auto valorização, sendo, portanto, necessário que as figuras primárias de vinculação lhe transmitam uma sensação de segurança, visto serem esses comportamentos por parte dos progenitores que facilitarão a elaboração dos sentimentos anteriormente citados (Bowlby, 1969, 1988; Mota & Matos, 2009; Meier, Carr, Currier, & Neimeyer, 2013).

Alguns autores afirmam que o facto de as crianças possuírem relações seguras com os progenitores, irá permitir-lhes a criação de perceções positivas dos outros e de si mesmo, assim como um desenvolvimento psicoafetivo ajustado e um favorecimento das relações sociais futuras (Meier et al., 2013; Bowlby, 1969; Engels, Dekovic, & Meeus, 2002). Brody, Stoneman e McCoy (1994) declaram que a presença de vínculos inseguros com os progenitores favorece relações entre irmãos e outros pares caracterizadas pela agressividade, enquanto que vínculos seguros fomentam relações caracterizadas pela positividade.

Cada vez há um maior reconhecimento de que a criança se relaciona não só com a mãe, mas também com outros agentes sociais que constituem a família, como pai, irmãos e avós (Nunes & Aiello, 2008). Segundo Frank (2000), Noller (2005) e Lobato (1990), a relação fraterna é essencial, não apenas nos primeiros anos de vida da criança, mas também durante a vida adulta, visto que o relacionamento entre irmãos é o mais duradouro dos relacionamentos

familiares. Ainda que o relacionamento entre irmãos possa ser competitivo, conflituoso e até mesmo agressivo, os irmãos são importantes fontes de companheirismo, apoio, cooperativismo e ajuda (Adler, 1984; Dunn, 2007; Howe, Petrakos, & Rinaldi, 1998; Fernandes, 2002; Turnbull & Turnbull, 2001).

De acordo com Petean e Suguihura (2005), a relação fraterna é uma das mais duradouras na vida de um indivíduo. O relacionamento entre irmãos é constituído por fases, com um próprio ciclo de vida, que se desenvolve e se modifica à medida que os irmãos crescem. De acordo com Fernandes (2002), mesmo em adultos e após construírem os seus percursos de forma distinta, os irmãos continuam a possuir as suas memórias de infância, estando assim ligados, mesmo que inconscientemente. Turkheimer e Waldron (2000) explicam-nos que as atitudes dos pais em relação aos filhos são um dos motivos pelos quais as crianças que são criadas pelos mesmos pais e que convivem na mesma família, possuem características diferentes. Essas atitudes por parte dos pais também explicam os efeitos não partilhados do desenvolvimento das crianças. De acordo com Dunn e Plomin (1990), apesar dos irmãos se desenvolverem no mesmo seio familiar, cada um vivencia práticas distintas, por vezes devido a um tratamento diferenciado por parte dos progenitores. Outro fator que pode definir o tipo de relação existente entre os irmãos é a constelação da fratria, assim como, a ordem de nascimento (Brody, 1998).

Tendo em consideração o que foi dito anteriormente, podemos afirmar que o facto das crianças usufruírem de uma transmissão de sentimentos de segurança por parte dos pais, fará com que, numa fase do ciclo vital posterior, atinjam uma extensão das suas redes relacionais (Hazan & Zeifman, 1994; Fraley & Davis, 1997; Meeus, Oosterwegel, & Volleberg, 2002; Mayselless; 2004; Nickerson & Nagle, 2005).

Ao contrário das interações existentes entre os adultos e crianças (subsistema parental) em que o adulto tem a vantagem do poder, as interações entre crianças, sobretudo entre irmãos,

possuem uma maior similaridade de papéis, podendo despoletar conflitos e também a resolução dos mesmos. Podemos, portanto, afirmar que as primeiras noções sobre competição, divisão de materiais, compromisso e rivalidade são aprendidas durante as negociações com os irmãos (Lobato, 1990).

Os conflitos existentes no relacionamento fraterno, e a resolução dos mesmos irá contribuir para o desenvolvimento dos irmãos, visto que permitem às crianças a aprendizagem de determinadas competências que de outra forma não possuiriam. Para interagir com os pais, a criança necessita de habilidades mais simples do que para lidar com os irmãos, posto isto, podemos afirmar que a interação fraterna enriquece os intervenientes no que diz respeito a competências sociais.

McHale, Kim e Whiteman (2005) declaram que o facto de os irmãos estarem envolvidos em determinados conflitos construtivos entre eles, fará com que os mesmos aprendam noções relativas a compromissos, negociações e resolução de problemas. A fratria constitui, não só, um ambiente onde as crianças podem aprender a interagir com outros indivíduos iguais, como também é um grupo, ensinando, portanto, os irmãos a fazerem parte do mesmo, aprendendo algumas das suas regras de funcionamento, como o respeito, as possíveis diferenças entre indivíduos, liderança e igualdade (Rustin, 2007; Sinclair, 2010). Podemos afirmar que o relacionamento fraterno assume um papel de destaque na vida futura de uma criança, uma vez que no seio desse relacionamento são desenvolvidas técnicas de resolução de conflitos, que posteriormente podem ser utilizadas nas relações com os pares. Perante este facto, é legítimo declarar que quanto mais diversificada for a fratria, melhor será a preparação dos irmãos para relacionamentos futuros (Fernandes, 2002; Parke et al., 2001).

A relação entre irmãos pode constituir uma fonte de prazer para os seus elementos, visto que permite aos irmãos ter a oportunidade de criar fantasias, promovendo assim uma estimulação mútua (Goldsmid & Carneiro, 2007). Ao nos focarmos sobre o relacionamento

fraterno, apercebemo-nos que, como os irmãos partilham as experiências familiares juntos, isso permite que se conheçam muito bem mutuamente. Alguns investigadores afirmam que o vínculo existente entre irmãos possui características próprias (Goldsmid & Carneiro, 2007). Já em 1989, Ainsworth mencionou o facto de que os laços criados numa relação fraterna são extremamente importantes, visto funcionarem como base segura para o futuro dos irmãos. A vinculação segura entre irmãos proporciona uma melhor adaptação ao ambiente que os envolve, assim como uma melhor adaptação ao seu ambiente social (Bowlby, 1998).

Fernandes (2005), diz-nos que, quando numa relação fraterna existe uma influência mútua, é provável que esta se prolongue durante a adolescência, tornando-se assim um suporte afetivo para os irmãos. Durante a adolescência, os irmãos trocam conselhos entre eles, sobretudo visto ser um período da vida no qual podem existir algumas adversidades, tornando assim o relacionamento fraterno como um porto seguro para os seus membros (Mota & Rocha, 2012; Seginer, 1998). Num estudo elaborado por Yeh e Lempers (2004), as conclusões foram de que, relações saudáveis entre irmãos contribuem para uma relação adaptada ao grupo de pares, assim como para altos índices de autoestima. Contudo, a mesma investigação demonstra que o relacionamento fraterno pode caracterizar-se pela negatividade, proporcionando assim situações de conflito.

Apesar de sabermos da importância da relação fraterna para o desenvolvimento da criança, o estudo sobre a mesma é bastante escasso, visto que geralmente os estudos privilegiam investigações sobre o relacionamento entre as crianças e os progenitores (Deater-Deckard & Dunn, 2002; Dunn & Kendric, 1980, 1981; Kramer & Bank, 2005; Perez, 2002). Kramer e Ramsburg (2002) declaram que as conclusões retiradas dos estudos já elaborados sobre o relacionamento fraterno, ainda não foram suficientemente disseminadas e delineadas para o seu bom uso na prática clínica.

Violência

Desde o início da humanidade que existe a preocupação por parte do ser humano, de entender a problemática da violência, a sua origem e natureza, de forma a tentar encontrar a melhor forma para a prevenir e até mesmo eliminá-la definitivamente da vida social. O conhecimento existente relativamente a este problema, permite-nos afirmar que existem algumas ideias consensuais a respeito da violência, assim como o quanto este fenómeno é controverso, em quase todos os seus componentes. Presentemente, é como que unânime a ideia de que a violência não tem raízes biológicas e que também não faz parte da natureza humana. A violência desenvolve-se em sociedade e trata-se de um fenómeno biopsicossocial, dinâmico e complexo. Para entender melhor esta problemática, temos de apelar à especificidade histórica, visto que, a violência está ligada a problemas da economia, da moral, da política, da Psicologia, do Direito, do plano individual e das relações humanas e institucionais.

Na sua dialética de exterioridade/interioridade, a violência agrega não só a racionalidade da história, mas também a origem da própria consciência. Posto isto, embora não possamos afirmar que a violência deve ser tratada de forma fatalista, devemos ter consciência de que esta é sempre um caminho provável em contraposição ao diálogo, à civilização, ao reconhecimento e à tolerância (Freud, 1974; Hegel, 1980; Habermas, 1980; Sartre, 1980). Domenach (1981) declara relativamente à violência que

“...Suas formas mais atrozes e mais condenáveis geralmente ocultam outras situações menos escandalosas por se encontrarem prolongadas no tempo e protegidas por ideologias ou instituições de aparência respeitável. A violência dos indivíduos e grupos tem que ser relacionada com a do Estado. A dos conflitos com a ordem...” (p. 40).

A violência é um eterno problema da prática política e relacional da humanidade e da teoria social, esta problemática esteve presente em todas as sociedades, de uma forma ou de outra. A dialética do desenvolvimento social faz com que surjam os problemas mais angustiantes e vitais do ser humano, levando alguns autores, como Engels (1981), a afirmar que

“...a história é, talvez, a mais cruel das deusas que arrasta sua carruagem triunfal sobre montões de cadáveres, tanto durante as guerras como em período de desenvolvimento pacífico...” (p.187).

Violência nas crianças

Antunes (2005), diz-nos que a história de vida do indivíduo tem consequências deveras importantes no seu desenvolvimento psicológico, particularmente as experiências intrafamiliares, visto que a família permite à criança o primeiro contato com a socialização. Na esfera familiar da criança, os pais operam como principais companheiros de interação, fornecendo diferentes experiências, responsáveis pelo desenvolvimento e organização do novo membro da família. No entanto, de acordo com a Promoção e Proteção dos direitos das crianças (2006), os pais, devido a diversos fatores de variada natureza, podem deixar de ser sentidos como figuras de proteção, tornando assim o desenvolvimento adequado dos filhos inviabilizado. A violência sofrida pelas crianças, é cada vez mais um problema com o qual a sociedade se inquieta. Apesar desta problemática ser tão antiga quanto a história da humanidade, apenas recentemente, se começou a realizar estudos que investigam de forma mais objetiva este fenómeno. Estas investigações concluíram que o impacto negativo da vivência da violência sofrida pelas crianças, se sente não só na infância, mas por toda a sua vida (Antunes, 2005; MacMillan, 2011; Sheree & Cicchetti, 2004).

Glaser (2000), afirma que o facto de ser vítima de violência, afeta o desenvolvimento da criança nos seus vários estados, emocional, cognitivo, comportamental, neurológico e

social. Se os maus-tratos sofridos pela criança, acontecerem durante o período em que o cérebro da mesma está em formação, estes poderão resultar em danos permanentes no desenvolvimento, funções cerebrais e estrutura, fazendo com que os hemisférios esquerdos destas crianças sejam significativamente menos desenvolvidos do que os das crianças que não sofrem qualquer tipo de violência (Teicher, 2002). Com o objetivo de tentar responder a todas as exigências da avaliação do comportamento violento, nas últimas três décadas, a Psicologia Forense tem vindo a desenvolver vários instrumentos e metodologias que buscam operacionalizar a gestão e avaliação do risco de violência (Andrews, 1982; Andrews, Bonta, & Wormith, 2006; Andrews & Bonta, 2006; Bonta, 1996, 2002; Borum, 1996; Douglas, Cox & Webster, 1999; Douglas & Kroop, 2002; Monahan, 1981, 1996; Webster, Douglas, Eaves, & Hart, 1997; Worting & Curwen, 2001).

Alguns autores afirmam que a agressividade é o afeto primário que está subjacente à violência, tornando-se assim, esta última, como que, a concretização da primeira. Biológica e etiologicamente, a agressão é compreendida como uma forma de comportamento social, fundamental a todos os seres vivos, e assim sendo, não exclusiva da espécie humana (Monteiro, 2009; Vieira, 2002). Quando o ato agressivo é praticado de forma a causar intencionalmente um dano, a agressão torna-se exclusiva do ser humano, isto porque, qualquer ser vivo pode utilizar a agressividade como forma de chegar à concretização de um objetivo (agressão instrumental), no entanto, apenas o ser humano usa a agressão com o objetivo de causar dano na vítima (agressão hostil), ou para satisfazer necessidade de estimulação sensorial intensa (agressão impulsiva) (Englander, 2007; Mawson, 1999).

É bastante complexo saber a verdadeira dimensão da violência exercida contra as crianças, visto ser um fenómeno que pode expressar-se em diversas tipologias, pode ser praticada de forma individual ou em grupo e pode ocorrer em diversos contextos (Unicef, 2014). A Unicef (2004) revela-nos dados que nos indicam que cerca de 6 em cada 10 crianças

com idades entre os 12 e os 14 anos são, regularmente expostas a violência física por parte dos cuidadores, a mesma fonte afirma que, aproximadamente 120 milhões (cerca de 1 em cada 10) de crianças e adolescentes do sexo feminino, abaixo dos 20 anos, sofreram algum tipo de abuso sexual ao longo da sua vida e que 1 em cada 3 adolescentes do sexo feminino com idades compreendidas entre os 15 e 19 anos foram vítimas de violência emocional, física ou sexual (cerca de 84 milhões).

A violência vivenciada pelas crianças, é uma problemática em crescimento em todas as sociedades, sendo considerado um problema com efeitos negativos ao nível do desenvolvimento, dos cuidados e da proteção da criança. As consequências a nível cognitivo, emocional, comportamental e social da violência infligida às crianças, irão depender de quem exerce os maus-tratos, o tipo e a duração dos mesmos.

Objetivos da investigação

O objetivo geral deste estudo é averiguar as diferenças das crenças das crianças sobre a violência em função da composição da sua fratria. No que diz respeito aos objetivos específicos, formulamos três hipóteses: (1) existem diferenças significativas nos resultados do B.S.Q. tendo em conta o sexo dos inquiridos; (2) tendo por base o tipo de fratria, os resultados do B.S.Q. são diferentes; (3) os resultados do B.S.Q. estão ligados aos resultados obtidos no E.C.C.V.

Metodologia

Tipo de investigação

Este estudo apresenta um carácter comparativo, descritivo e correlacional com um design quasi-experimental e quantitativa, visto que não existe controlo sobre as variáveis independentes. O estudo é de carácter transversal, já que foi realizado num único momento da investigação. Para analisar os dados foi utilizado o programa *Statistical Package for the Social Science* (SPSS), versão 22 (Pestana & Gajairo, 2008).

Amostra

A amostra incluiu 119 crianças/adolescentes de nacionalidade portuguesa com pelo menos um irmão. São maioritariamente do sexo masculino (53.8%), com idades entre os 11 e os 16 anos. Predominam os participantes com 12/13 anos (63.8%), sendo a média de idades de 12.7 anos (DP = 1.2). Os participantes encontram-se a frequentar o 6º ano (35.3%), o 7º ano (41.2%) ou o 8º ano (23.5%) de escolaridade.

A grande maioria dos pais são casados ou vivem em união de facto: 83.2% das mães e 83.2% dos pais. Seguem-se os divorciados (10.9% das mães e 10.9% dos pais), os viúvos (2.5% das mães e 1.7% dos pais) e os solteiros (.8% das mães e .8% dos pais). Relativamente à situação profissional, 94% das mães e 93.5% dos pais estão empregados. No momento do estudo encontravam-se desempregadas 6% das mães e 5.6% dos pais. Relativamente ao agregado familiar, a grande maioria inclui os pais biológicos (81.5%). Em 17 (14.3%) dos casos apenas está presente a mãe biológica, em 3 (2.5%) apenas o pai biológico e em 2 (1.7%) o agregado familiar inclui outras pessoas.

Relativamente aos irmãos (Tabela 1), existem 89 (74.8%) com apenas um irmão e 30 (25.2%) com dois ou mais irmãos. A grande maioria são irmãos de sangue (92.4%). Quanto à fratria, 27 (22.7%) são do tipo Masculino/Masculino, 21 (17.6%) são do tipo Feminino/Feminino e 71 (59.7%) do tipo Masculino/Feminino.

Tabela 1: *Caraterização da amostra relativamente aos irmãos (N = 119).*

Variáveis		n (%)
Número de irmãos	Apenas um irmão	89 (74.8%)
	Dois ou mais irmãos	30 (25.2%)
Tipo de irmão	Irmão de sangue	110 (92.4%)
	Meio-irmão	7 (5.9%)
	Irmão por parentesco	2 (1.7%)
Tipo de fratria	Masculino/Masculino	27 (22.7%)
	Feminino/Feminino	21 (17.6%)
	Masculino/Feminino	71 (59.7%)

Instrumentos

A seleção dos instrumentos efetuou-se tendo em consideração se estes estavam aferidos para a população portuguesa e a respetiva adequação à idade dos indivíduos que constituíram a nossa amostra. Num primeiro momento requereu-se a autorização por parte dos autores, seguindo-se a elaboração do protocolo composto pelos questionários escolhidos. A aplicação dos questionários demorou entre 20 e 30 minutos, variando de acordo com as idades das crianças. Antes de iniciar a sua aplicação, foi explicado aos participantes qual o objetivo do estudo e reforçada a confidencialidade dos dados recolhidos e o anonimato da informação. Ao longo do preenchimento dos questionários, foram esclarecidas todas as dúvidas que os inquiridos iam levantando, salientando-se a constante presença da investigadora na recolha dos dados e resultante contacto direto com todos os participantes.

Os questionários aplicados foram um questionário sociodemográfico, a *Escala de Crenças da Criança sobre a Violência* (E.C.C.V.) e o *The Brother-Sister Questionnaire* (BSQ).

O questionário sociodemográfico teve como objetivo a recolha de informação acerca dos inquiridos para procedermos a algumas análises comparativas. Foi constituído por questões como a idade, o sexo, ano de escolaridade, nacionalidade e dados relativos aos irmãos, nomeadamente o número, a idade, o tipo, entre outros. No questionário também questionamos os indivíduos sobre a idade, a profissão e o estado civil dos pais assim como a constituição do seu agregado familiar.

A *Escala de Crenças da Criança sobre a Violência* (E.C.C.V.) é uma escala que foi construída e validada para a população portuguesa por Sani em 2003, esta possibilita avaliar algumas das crenças que as crianças possuem em relação ao fenómeno da violência. A *Escala de Crenças das Crianças sobre a Violência* pode ser aplicada independentemente dos exemplos retratados fazerem ou não parte da vida dos inquiridos. Através dos itens desta escala. Esta escala é constituída por itens que dizem respeito à violência física e psicológica que são

habitualmente relatados e identificados pelas vítimas desta problemática, e pelos indivíduos em geral. As respostas da escala são apresentadas num formato tipo *Likert*, com 4 opções (1- não concordo, 2-concordo pouco, 3-concordo e 4-concordo muito). Globalmente, os itens estão direcionados desde crenças menos irracionais (1) a mais irracionais (4), no entanto, nos itens 3, 27, e 32 a cotação inverte-se. Esta é uma escala constituída por quatro dimensões que são: determinantes individuais (itens 1, 2, 5, 6, 8, 9, 10, 15, 16, 19, 20 e 22) que integram a variedade de razões pessoais que podem servir de desculpabilização e fundamento para a prática da violência; determinantes educacionais (itens 4, 12, 17, 18, 30 e 31) que remete os inquiridos para a ideia de que a violência é utilizada para educar e castigar; determinantes socioculturais (itens 7, 11, 13, 14, 21, 23, 24, 25, 26, 28 e 29) que abrangem as possíveis diferenças culturais e históricas que podem originar a violência, aglomerando a discriminação relativa ao género e à idade; e por fim, o último fator que diz respeito à etiologia da violência (itens 3, 27 e 32) que nos remete para a origem da violência tendo em conta um fundamento biológico: a violência é algo inato e não adquirido, e um fundamento psicossocial: visto que existe uma igualdade social e psicológica, a prática da violência não é resultado das possíveis diferenças entre os indivíduos (Sani, 2003). As dimensões determinantes socioculturais (Alpha de Cronbach = .82), determinantes individuais (Alpha de Cronbach = .71) e determinantes educativos (Alpha de Cronbach = .72) apresentaram valores de Alpha de Cronbach indicadores de boa consistência interna. O fator etiologia da violência apresentou um valor de Alpha de Cronbach muito baixo (0,403), indicando uma baixa consistência interna. Por este motivo esta dimensão não será incluída no estudo.

The Brother-Sister Questionnaire (BSQ) é constituído por 35 itens que têm por objetivo perceber os relacionamentos entre a fratria, nomeadamente no que diz respeito à empatia, à manutenção de limites, ao grau de diferenciação e ao equilíbrio relativamente ao controle e poder existente na relação entre os irmãos (Graham-Berman, & Cutler, 1994). Este

questionário foi aferido para a população portuguesa por Relva, Fernandes, Alarcão, Graham-Bermann e Lopes (2017). Os itens do questionário são referentes às experiências vividas pelos inquiridos durante a sua infância e adolescência e o seu formato de resposta é tipo *Likert* (1-não é verdade; 2-não muito verdadeiro; 3-por vezes verdadeiro; 4-muitas vezes verdadeiro e 5-muito verdadeiro). Todas as dimensões apresentam valores de Alpha de Cronbach superiores a .70, indicadores de boa consistência interna (Tabela 5).

Procedimentos

Antecedendo a aplicação dos testes, foi solicitada a autorização da escola onde os dados foram recolhidos, seguida da elaboração e entrega do consentimento informado para os encarregados de educação, visto que os participantes eram menores de idade. Para a elaboração do estudo, foram criados alguns critérios de inclusão. Os critérios de inclusão abrangiam idade entre os 11 e os 16 anos e a participação voluntária, assim como a autorização do encarregado de educação.

A análise estatística foi realizada com o programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 22. A descrição da amostra foi feita com recurso às frequências absolutas e relativas das variáveis de perfil sociodemográfico, escolar e familiar. Os scores das dimensões das escalas incluídas no estudo foram caracterizados através dos valores mínimo e máximo, da mediana, da média e do desvio-padrão. Para a análise da consistência interna das dimensões das escalas foi utilizado o alpha de Cronbach. Foram seguidas as recomendações propostas por Hair et al. (2010): o *Alpha de Cronbach* deve ser superior a .70, sendo aceitáveis valores acima de .60.

Para decidir quais os testes estatísticos a utilizar, foi estudada a normalidade das variáveis correspondentes às dimensões das escalas. Para isso, foram utilizados o Teste de *Kolmogorov-Smirnov* e os coeficientes de assimetria e curtose. Os resultados obtidos (Tabela

A2 – Anexos) mostraram a existência de desvios à normalidade dos dados. Assim, foram utilizados testes não paramétricos para dar resposta aos objetivos: Teste de *Mann-Whitney* para a comparação dos scores das escalas entre dois grupos independentes, o Teste de *Kruskal-Wallis* para a comparação entre três grupos independentes e o Coeficiente de Correlação de *Spearman* para a análise da correlação entre as dimensões das escalas (Marôco, 2011; Pestana & Gajairo, 2008).

Nos resultados dos testes estatísticos foi considerado um nível de significância de 5%, ou seja, as diferenças foram consideradas estatisticamente significativas quando o valor de significância foi inferior a .05 ($p < .05$) (Marôco, 2011).

Resultados

A análise descritiva dos valores das dimensões da E.C.C.V., mostra valores médios muito baixos, próximos do mínimo da escala, nos determinantes socioculturais ($M = 1.36$; $DP = .46$) e educativos ($M = 1.38$; $DP = .44$). As crenças das crianças sobre a violência são mais fortes nos determinantes individuais ($M = 2.15$; $DP = .50$).

A análise descritiva dos valores das dimensões do B.S.Q. mostra níveis da empatia ($M = 3.82$; $DP = .75$) e da manutenção de limites ($M = 3.62$; $DP = 1.08$) acima do ponto médio da escala. Pelo contrário, os níveis de diferenciação ($M = 1.66$; $DP = .72$) são inferiores ao ponto médio da escala, sendo particularmente baixos no caso da coerção.

Análise diferencial das dimensões do B.S.Q. em função do Sexo

Os resultados da Tabela 2 mostram que existem diferenças estatisticamente significativas entre as crianças do sexo feminino e as do sexo masculino no que diz respeito às dimensões Empatia ($p = .039$) e Coerção ($p = .003$) do B.S.Q. Os participantes do sexo feminino apresentaram níveis de Empatia mais elevados ($M = 3.96$; $DP = .73$) do que os do sexo masculino ($M = 3.70$; $DP = .75$). Pelo contrário, os do sexo masculino apresentaram níveis

de Coerção mais elevados ($M = 1.83$; $DP = .83$) do que os inquiridos do sexo feminino ($M = 1.47$; $DP = .52$). Não existem diferenças significativas relativamente ao sexo nas dimensões manutenção de limites ($p = .694$) nem semelhanças ($p = .244$).

Tabela 2: *Análise diferencial das dimensões do BSQ em função do sexo.*

Dimensões BSQ	SEXO		Teste de Mann-Whitney
	Feminino (n = 55)	Masculino (n = 64)	
Empatia	Média = 3.96 DP = .73	Média = 3.70 DP = .75	$p = 0.039$
Manutenção de Limites	Média = 3.68 DP = 1.03	Média = 3.58 DP = 1.13	$p = 0.694$
Semelhança	Média = 2.78 DP = .76	Média = 2.63 DP = .76	$p = 0.244$
Coerção	Média = 1.47 DP = .52	Média = 1.83 DP = .83	$p = 0.003$

Análise diferencial do B.S.Q. em função do Tipo de Fratria (F/F, M/M, M/F)

Na Tabela 3 são apresentados os resultados da comparação dos scores do B.S.Q. entre os diferentes tipos de fratria. Os resultados mostram que as crianças do tipo de fratria Feminino/Feminino têm um grau de diferenciação significativamente mais elevado do que os tipos Masculino/Masculino e Masculino/Feminino ($p = .038$). Estas crianças (Feminino/Feminino) têm também um nível de Empatia superior e um nível de Coerção inferior às restantes, no entanto, as diferenças não são estatisticamente significativas ($p = .112$ e $p = .095$, respetivamente).

Tabela 3: *Comparação das dimensões do BSQ quanto ao tipo de fratria.*

Dimensões BSQ	TIPO DE FRATRIA			Teste de Kruskal-Wallis
	M/M (n = 27)	F/F (n = 21)	M/F (n = 71)	
Empatia	Média = 3.84 DP = .65	Média = 4.06 DP = .84	Média = 3.74 DP = .75	$p = .112$
Manutenção de Limites	Média = 3.42 DP = 1.08	Média = 3.63 DP = 1.15	Média = 3.70 DP = 1.06	$p = .464$
Semelhança	Média = 2.68 DP = .67	Média = 3.07 DP = .72	Média = 2.60 DP = .78	$p = .038$
Coerção	Média = 1.70 DP = .61	Média = 1.43 DP = .56	Média = 1.71 DP = .80	$p = .095$

Associação entre as dimensões do B.S.Q. e da E.C.C.V.

Na Tabela 4 são apresentadas as correlações (Coeficiente de Spearman) entre as dimensões do B.S.Q. e os da E.C.C.V. Os resultados mostram a existência de correlações negativas da empatia com os determinantes educativos ($R = -.284$; $p = .002$) e da manutenção de limites com os determinantes culturais ($R = -.333$; $p < .001$), com os determinantes individuais ($R = -.262$; $p = .004$) e com os determinantes educativos ($R = -.289$; $p = .001$). Pelo contrário, a coerção está positivamente correlacionada com os determinantes culturais ($R = .327$; $p < .001$) e com os determinantes educativos ($R = .323$; $p < .001$). As correlações da semelhança com as dimensões da E.C.C.V. são positivas, mas de baixa intensidade e não significativas ($p > .05$).

Tabela 4: Correlação das dimensões do BSQ com as dimensões da ECCV ($N = 119$).

Dimensões BSQ	Dimensões ECCV		
	Determinantes Socioculturais	Determinantes Individuais	Determinantes Educativos
Empatia	$R = -.030$	$R = -.027$	$R = -.284$
	$p = .742$	$p = .770$	$p = .002$
Manutenção de Limites	$R = -.333$	$R = -.262$	$R = -.289$
	$p < .001$	$p = .004$	$p = .001$
Semelhança	$R = .140$	$R = .125$	$R = .134$
	$p = .129$	$p = .174$	$p = .146$
Coerção	$R = .327$	$R = .107$	$R = .323$
	$p < .001$	$p = .245$	$p < .001$

R – Coeficiente de Correlação de Spearman.

Discussão

No que diz respeito às diferenças entre sexos relativamente aos scores do B.S.Q., no nosso estudo, as crianças do sexo feminino apresentam maiores níveis de empatia do que as do sexo masculino, e as do sexo masculino apresentam níveis de coerção mais elevados que as do sexo feminino. Ceconello (2000) elaborou um estudo em que um dos objetivos foi avaliar a

empatia em crianças. Os resultados da investigação revelaram uma diferença significativa entre os sexos, visto que ficou comprovado que as meninas eram mais empáticas do que os meninos. Os nossos resultados corroboram, de um modo geral, a literatura existente sobre este tema (Pavarino, G., Del Prette, A. & Del Prette, A. 2005; Grol & Andretta, 2016; Hall et al., 2000; Carrol & Chiew, 2006; Oliveira, 2017). Estes resultados podem ser explicados tendo em conta a parte biológica do ser humano, visto que a biologia nos diz que a capacidade empática é ativada de forma diferente no cérebro feminino e masculino, especialmente na amígdala (Oliveira, 2017).

Relativamente aos resultados obtidos entre os scores do B.S.Q. e os diferentes tipos de fratria, a nossa investigação mostrou-nos que as crianças do tipo de fratria Feminino/Feminino têm um grau de diferenciação significativamente mais elevado do que os outros dois tipos. Também foi denotado que o nível de empatia e de coerção, é respetivamente, superior e inferior no mesmo tipo de fratria (Feminino/Feminino), embora as diferenças não sejam estatisticamente significativas comparativamente aos outros tipos de fratria (Feminino/Masculino e Masculino/Masculino). Não nos foi possível encontrar outros estudos sobre esta hipótese por nós estudada, no entanto este resultado pode estar ligado à mesma explicação que expusemos no resultado anterior, ou seja, pode explicar-se tendo em conta que os participantes do sexo feminino tendem a apresentar valores mais elevados no que diz respeito à empatia, do que os do sexo masculino. Um estudo elaborado por Fernandes (2000), diz-nos que o papel que cada irmão desempenha é ajustado, em parte, pelos pais, visto que, de certa forma as expectativas destes relativamente ao comportamento dos seus filhos, irá influenciar a posição que cada um ocupa na fratria. Na mesma investigação, a autora afirma que esta demarcação parental advém, em muito, do sexo das crianças assim como da ordem de nascimento dos mesmos. A cultura da família e a cultura da sociedade da qual a família faz

parte, também influenciam o papel que cada irmão ocupa na fratria e conseqüentemente na família.

Por último, os resultados obtidos relativamente à associação entre as dimensões do B.S.Q. e a E.C.C.V., mostram-nos que existem correlações negativas da empatia com os determinantes educativos e da manutenção de limites com os determinantes culturais, com os determinantes individuais e com os determinantes educativos. Enquanto que a coerção está positivamente correlacionada com os determinantes culturais e com os determinantes educativos. Relativamente a esta hipótese, não foram encontradas investigações que possam corroborar ou contradizer os nos resultados. A forma como os membros de cada fratria interpreta a sua relação com os irmãos depende da sua posição na mesma. Também Fernandes (2000) afirma que mesmo fazendo parte da mesma fratria, os indivíduos podem, e têm formas diferentes de reagir às mesmas situações e de entenderem determinadas experiências.

Conclusão

O presente estudo teve por objetivo analisar as relações no seio da fratria dos inquiridos, e perceber se estas têm influência nas suas crenças relativamente à violência. Tendo em conta o nosso objetivo, decidimos aplicar o *Questionário do Irmão ou Irmã* (B.S.Q. – *The Brother-Sister-Questionnaire*), aferido para a população portuguesa por Relva, Fernandes, Alarcão, Graham-Bermann e Lopes (2017), assim como a escala E.C.C.V. aferida para a população portuguesa por Sani em 2003, que nos ajuda a perceber as crenças das crianças sobre a violência.

Pareceu-nos deveras importante perceber se existem diferenças significativas ao nível dos resultados do B.S.Q. tendo em conta o sexo dos inquiridos. Os dados obtidos mostram que apenas houveram diferenças significativas relativamente a duas dimensões, a empatia e a coerção. No que diz respeito à empatia, observámos que os participantes do sexo feminino

apresentaram valores mais elevados, quanto que na coerção, foram os participantes do sexo masculino que obtiveram valores mais elevados. Ao comparar os dados obtidos no B.S.Q. e o tipo de fratria, podemos constatar que as crianças do tipo Feminino/Feminino têm um grau de diferenciação significativamente mais elevado do que os outros tipos de fratria, assim como a dimensão de empatia. Por último, os resultados obtidos na análise entre as dimensões do B.S.Q. e da E.C.C.V. mostram-nos que existem correlações negativas da manutenção de limites com os determinantes culturais, educativos e individuais, assim como da empatia com os determinantes educativos. Enquanto que a coerção está positivamente correlacionada com os determinantes educativos e culturais.

Ao longo da nossa investigação foram encontradas algumas limitações, nomeadamente o facto de não haverem muitos estudos com as mesmas variáveis e os mesmos objetivos, o que dificultou a elaboração de uma discussão consistente, sobretudo no que diz respeito ao *Questionário do Irmão ou Irmã* (B.S.Q. Brother-Sister-Questionnaire). Uma outra limitação com a qual nos deparamos na elaboração do nosso estudo pode ter residido no facto da amostra ser homogênea a nível cultural. Resultados diferentes poderão ser obtidos se elaborarmos o mesmo estudo com crianças de outra cultura/país.

Implicações práticas do estudo

A presente investigação representou a possibilidade de investigar a forma como as crianças se relacionam com a sua fratria, tendo em consideração o tipo da mesma, assim como perceber se existem diferenças nas crenças das crianças relativamente à violência, tendo em conta a diferente constituição da sua fratria. A investigação sobre estes dois temas correlacionados, não tem sido muito tida em conta pelos profissionais, o que nos leva a considerar o nosso estudo deveras importante para servir de ponto de comparação para futuras investigações. O facto de termos obtido resultados que nos mostram que o tipo de fratria

Feminino/Feminino apresenta valores mais elevados na dimensão da empatia, faz-nos pensar que poderão existir fatores culturais associados. Oliveira (2017) afirma que existe um certo estereótipo cultural, indicando que o sexo feminino, de acordo com as suas características, será mais empático.

Tendo em conta as diferenças encontradas entre sexos, podemos afirmar ser necessário a implementação de projetos que ajudem as crianças a desenvolver as suas habilidades sociais, sobretudo tendo em atenção o sexo das mesmas.

Referências Bibliográficas

- Adler, A. (1984). *Conocimiento del hombre*. Madrid: Editorial Espasa-Calpe.
- Ainsworth, M. (1989). Attachments beyond infancy. *American Psychologist*, 44, 709-716.
- Andrews, D. A. (1982). *The Level of Supervision Inventory (LSI)*. Toronto, Canada: Ontario Ministry of Correctional Services.
- Andrews, D. A., Bonta, J., & Wormith, J. S. (2006). The recent past and near future of risk/need assessment. *Crime and Delinquency*, 52, 7-27.
- Antunes, C. (2005). *A narrativa em jovens vítimas de maus-tratos na infância: Estudo exploratório*. Dissertação de mestrado não publicada, Universidade do Porto, Porto.
- Bonta, J. (1996). *Risks-needs assessment and treatment*. In A. T. Harland (Ed.), *Choosing correctional interventions that work: defining the demand and evaluating the supply* (pp.18- 32). Newbury Park, CA: Sage.
- Bonta, J. (2002). Offender risk assessment: guidelines for selection and use. *Criminal Justice and Behavior*, 29, 355-379.
- Borum, R. (1996). Improving the clinical practice of violence risk assessment: Technology, guidelines and training. *American Psychologist*, 51, 945-956.
- Bowlby, J. (1969). *Attachment and loss* (Vol. I). New York: Basic Books.
- Bowlby, J. (1988). *A secure base: Parent-child attachment and healthy human development*. New York: Basic Books
- Bowlby, J. (1998). *Separação: angústia e raiva*. São Paulo: Martins Fontes
- Brody, G. H., Stoneman, Z., & McCoy, J. K. (1994). Forecasting sibling relationships in early adolescence from child temperaments and family processes in middle childhood. *Child Development*, 65(3), 771-784.
- Brody, G. (1998). Sibling relationship quality: Its causes and consequences. *Annual Review of Psychology*, 49, 1-24.

- Carroll J. & Chiew K. (2006). Sex and discipline differences in empathising, systemising and autistic symptomatology: Evidence from a student population. *Journal of Autism and Developmental Disorders* 36, 949–957.
- Cecconello, A. M., & Koller, S. H. (2000). Competência social e empatia: Um estudo sobre resiliência com crianças em situação de pobreza. *Estudos de Psicologia*, 5, 71-93.
- Deater-Deckard, K., & Dunn, J. (2002). Sibling relationships and social-emotional adjustment in different family contexts. *Social Development*, 11(4), 571-590.
- Domenach, J. M. (1981). *La violencia*. In: *La Violencia y sus Causas*, (pp. 33-45), Paris: Unesco.
- Douglas, K. S., Cox, D. N., & Webster, C. D. (1999). Empirically validated violence risk assessment. *Legal and Criminological Psychology*, 4, 149-184.
- Douglas, K. S., & Kroop, P. R. (2002). A prevention-based paradigm for violence risk assessment. *Criminal Justice and Behavior*, 29(5), 617-658.
- Dunn, J. & Kendrick, C. (1980). The arrival of a sibling: Changes in patterns of interaction between mother and first-born child. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 21, 119-132.
- Dunn, J., & Kendrick, C. (1981). Interaction between young siblings: Association with the interaction between mother and firstborn child. *Developmental Psychology*, 17, 336-343.
- Dunn, J., & Plomin, R. (1990). *Separate lives: Why siblings are so different*. New York: Basic Books.
- Dunn, J. (2005). Commentary: Siblings in their families. *Journal of Family Psychology*, 19(4), 654-657.
- Dunn, J. (2007). Siblings and socialization. In J. Grusec, & P. Hastings (Eds.). *Handbook of socialization: Theory and research* (pp. 309-327). New York: The Guilford Press.

- Engels, F. (1981). *Teoria da violência* (pp. 146-188). São Paulo: Ática.
- Engels, R. C., Deković, M., & Meeus, W. (2002). Parenting practices, social skills and peer relationships in adolescence. *Social Behavior and Personality: An international journal*, 30(1), 3-17.
- Englander, E. K. (2007). *Understanding violence* (3th Ed.). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Inc.
- Fernandes, O. M. (2000). *Fratria e personalidade: semelhanças e diferenças entre os irmãos*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real.
- Fernandes, O. M. (2002). *Semelhanças e diferenças entre irmãos*. Lisboa: Edições Climepsi.
- Fernandes, O. M. (2005). *Ser único ou ser irmão*. Lisboa: Oficina do Livro.
- Fernandes, O. M., Alarcão, M. & Raposo, J. V. (2007). Posição na fratria e personalidade. *Estudos de Psicologia*, 24(3), 297-304.
- Fraley, R. C. & Davis, K. (1997). Attachment formation and transfer in young adults' close relationships and romantic relationships. *Personal Relationships*, 4, 131-144.
- Frank, N. (2000). Helping families support siblings. In P. J. Beckman (Ed.), *Strategies for working with families of young children with disabilities* (pp. 169-188). Baltimore, MD: Paul Brookes.
- Freud, S. (1969). *Totem e tabu*. In S. Freud. Edição standard das obras completas de Sigmund Freud. 13, (pp. 15-129). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1974). *Reflexões para os tempos de guerra e morte*. In: Obras Completas de Sigmund Freud, (pp. 311-339), Rio de Janeiro: Imago.
- Glaser, D. (2000). Child abuse and neglect and the brain - A review. *Association for Child Psychology and Psychiatry*, 41(1), 97-116.

- Goldsmid, R., & Carneiro, T. (2007). A função fraterna e as vicissitudes de ter e ser um irmão. *Psicologia em Revista, 13*(2), 293-308.
- Graham-Bermann, S. A., & Cutler, S. E. (1994). The Brother-Sister Questionnaire (BSQ): Psychometric assessment and discrimination of well-functioning from dysfunctional relationships. *Journal of Family Psychology, 8*(2), 224-238.
- Grol, L. D. S. V. & Andretta, I. (2016). Habilidades sociais e variáveis sociodemográficas em crianças com idade escolar: um estudo descritivo. *Temas em Psicologia, 24*(3), 1129-1138.
- Habermas, J. (1980). *O conceito de poder de Hannah Arendt*. In: Habermas, (pp. 100-118), São Paulo: Ática.
- Hair, J. F. J., Black, W. C., Babin, B. J. & Anderson, R. E. (2010). *Multivariate data analysis – International edition* (7th Ed.). Pearson Education, New Jersey.
- Hall J., Carter J., & Horgan T. (2000). Gender differences in the nonverbal communication of emotion, *Gender and Emotion: Social Psychological Perspectives, 97-117*.
- Hazan, C., & Zeifman, D. (1994). Sex and the psychological tether. In K. Bartholomew & D. Perlman (Eds.), *Advances in Personal Relationships: 5*, (pp. 151-180). London: Jessica Kingsley.
- Hegel, F. (1980). *A fenomenologia do espírito*. In: Hegel, (pp. 3-71). São Paulo: Abril.
- Howe, N., Petrakos, H., & Rinaldi, C. (1998). All the sheeps are dead. He murdered the: Sibling pretense, negotiation, internal state language, and relationship quality. *Child Development, 69*(1), 182-191.
- Kiang, L., & Furman, W. (2007). Representations of attachment to parents in adolescent sibling pairs: Concordant or discordant? *New Directions for Child and Adolescent Development, 117*, 73-89.

- Kramer, L., & Bank, L. (2005). Sibling relationship contributions to individual and family well-being: Introduction to the special issue. *Journal of Family Psychology, 19*(4), 483–485.
- Kramer, L., & Ramsburg, D. (2002). Advice given to parents on welcoming a second child: A critical review. *Family Relations, 51*, 2-14.
- Lobato, D. (1990). *Brothers, sisters, and special needs: Information and activities for helping young siblings of children with chronic illnesses and developmental disabilities*. Baltimore, MD: Paul H. Brookes.
- MacMillan, H. (2011). *Prevenção de maus-tratos na infância*. Encyclopedia for Early Childhood Development. Montreal, Quebec: Centre of Excellence for Early Childhood Development. Retrieved from <http://www.encyclopedia-crianca.com>.
- Marôco, J. (2011). *Análise estatística com o SPSS*. 5ª edição. Pêro Pinheiro: Report Number.
- Mawson, A. R. (1999). Reinterpreting physical violence: Outcome of intense stimulation-seeking behavior. *Academic Emergency Medicine, 6*, 863-865.
- Mayseless, O. (2004). Home leaving to militar service: Attachment concerns, transfer of attachment functions from parents to peers, and adjustment. *Journal of Adolescent Research, 1*(10), 1-26.
- McHale, S., Kim, J., & Whiteman, S. (2006). Sibling relationships in childhood and adolescence. In P. Noller & J. Feeney (Orgs.), *Close relationships: functions, forms and processes* (pp. 127-149). Hove England: Psychology Press.
- Meeus, W., Oosterwegel, A., & Volleberg, W. (2002). Parental and peer attachment and identity development in adolescence. *Journal of Adolescence, 25*(1), 93-106.
- Meier, A. M., Carr, D. R., Currier, J. M. & Neimeyer, R. A. (2013). Attachment anxiety and avoidance in coping with bereavement: Two studies. *Journal of Social and Clinical Psychology, 32*(3), 315.

- Menesini, E., Camodeca, M., & Nocentini, A. (2010). Bullying among siblings: the role of personality and relational variables. *British Journal of Developmental Psychology*, 28(4), 921-939.
- Minnett, A., Vandell, D., & Santrock, J. (1983). The effects of sibling status on sibling interaction: Influences of birth order, age, spacing, sex of child, and sex of sibling. *Child Development*, 54(4), 1064-1072.
- Minuchin, S. (1982). *Famílias, funcionamento e tratamento*. Porto Alegre: Artes
- Monahan, J. (1981). *Predicting violent behavior: an assessment of clinical techniques*. Beverly Hills, CA: Sage.
- Monahan, J. (1996). Violence prediction: the past 20 and the next 20 years. *Criminal Justice and Behavior* 23(1), 107-120.
- Monteiro, J. S. (2009). Avaliação do risco de violência: Da perigosidade à responsividade. *Ousar Integrar, Revista de Reinserção Social e Prova*, 4, 99-105.
- Mota, C. P., & Matos, P. M. (2009). Apego, conflito e autoestima em adolescentes de famílias intactas e divorciadas. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22(3), 344-352.
- Mota, C. P., & Rocha, M. (2012). Adolescência e jovem adultícia: Crescimento pessoal, separação, individuação e o jogo das relações. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28(3), 357-366.
- Murphy, S. (1993). Siblings and the new baby: Changing perspectives. *Journal of Pediatrics Nursing*, 8, 277-288.
- Neiva, V. (2014). *Caracterização da abordagem dos técnicos da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens face à situação de perigo*. Dissertação de mestrado não publicada, Universidade Fernando Pessoa, Porto.
- Nickerson, A., & Nagle, R. J. (2005). Parent and peer relations in middle childhood and early adolescence. *Journal of Early Adolescence*, 25(2), 223-249.

- Noller, P. (2005). Siblings' relationships in adolescence: Learning and growing together. *Personal Relationships*, 9, 1-22
- Nunes, C., & Aiello, A. (2008). Interação entre irmãos: deficiência mental, idade e apoio social da família. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(1), 42-50.
- Oliveira, M. L. D. (2017). *A empatia em crianças e jovens portuguesas*. Tese de mestrado em Ciências em Emoções, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa
- Parke, R. D., Kim, M., Flyr, M., McDowell, D. J., Simpkins, S. D., Killian, C. M. & Wile, M. (2001). Managing marital conflict: Links with children's peer relationships. In J. H. Grych & F. D. Fincham (Eds.), *Interparental Conflict and Child Development: Theory, Research, and Applications* (pp. 291-314). Cambridge: Cambridge University Press.
- Pavarino, M. G., Del Prette, A., & Del Prette, Z. A. (2005). Agressividade e empatia na infância: Um estudo correlacional com pré-escolares. *Interação em Psicologia*, 9(2).
- Pereira, C. R. R., & Lopes, R. D. C. S. (2013). Rivalidade fraterna: uma proposta de definição conceitual. *Estudos de psicologia*, 18 (2), 277-283.
- Perez, A. (2002). O filho primogênito: Suas características e seus relacionamentos no contexto familiar. In A. Wagner (Org.), *Família em cena: tramas, dramas e transformações* (pp. 113-131). Petrópolis: Vozes.
- Pestana, M. & Gajairo, J. (2008). *Análise de dados para ciências sociais. A complementaridade do SPSS. (5th Ed.)*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Petean, E., & Suguihura, A. (2005). Ter um irmão especial: convivendo com a Síndrome de Down. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 11(3), 445-460.
- Pulakos, J. (2001). Young adult relationships: Siblings and friends. *Journal of Psychology*, 123, 3, 237-244.

- Relva, I. C., Fernandes, O. M., Alarcão, M., Graham-Bermann, S. & Lopes, P. (2017). Psychometric proprieties and construct validity of the Brother-Sister Questionnaire in a sample of Portuguese adolescents. *Journal of Family Violence*, 32(3), 333-340.
- Relvas, A. P. (1996). *O ciclo vital da família: Perspectiva sistémica*. Porto: Edições Afrontamento.
- Rustin, M. (2007). Taking account of siblings: A view from child psychotherapy. *Journal of Child Psychotherapy*, 33(1), 21-35.
- Sani, A. I. (2003). *As crenças, o discurso e a acção: As construções de crianças expostas à violência interparental*. Tese de doutoramento não publicada, Universidade do Minho, Braga.
- Sani, A. I. (2006). As variáveis mediadoras do impacto na criança da exposição à violência interparental. *Psicologia: Teoria, Investigação e Práctica*, 11(2), 111-133.
- Sani, A. I. (2007). As crenças das crianças sobre a violência e as percepções sobre os conflitos interparentais. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa*, 4, 198-208.
- Sartre, J. P. (1980). *A questão do método*. In Sartre, (pp. 70-92). São Paulo: Abril Cultural.
- Seginer, R. (1998). Adolescents perceptions of relationships with older sibling in the context of other close relationships. *Journal of Research on Adolescence*, 8, 287-308.
- Sheree L. T. & Cicchetti, D. (2004). Maus-tratos na infância e seu impacto sobre o desenvolvimento psicossocial da criança. *Enciclopédia sobre o desenvolvimento na primeira infância*, 83-89.
- Sinclair, R. (2010). *The effects of sibling's relationships on romantic relationship expectations in high conflict homes*. Master Degree Presented at University of Dayton, Ohio, USA.
- Teicher, M. H. (2002). Feridas que não cicatrizam: A neurobiologia do abuso infantil: Maus tratos na infância podem ter efeitos negativos duradouros. *Scientific American*.

- Turkheimer, E., & Waldron, M. (2000). Nonshared environment: A theoretical, methodological, and quantitative review. *Psych Bull*, 126, 78-108.
- Turnbull, A. P. & Turnbull, H. R. (2001). *Families, professionals and exceptionality: Collaboration for empowerment* (4th Ed.). Upper Saddle River, NJ: Merrill.
- Unicef Portugal (2014). *Hidden in plain sight: Uma análise estatística sobre a violência contra crianças*. Retirado de: <http://www.unicef.pt/violenciacrianças/violencia-crianças-2014.html>
- Vieira, F. M. (2002). *A violência na sua interface jurídico-psiquiátrica*. Direito da Medicina I. Centro de Direito Biomédico. Coimbra: Coimbra Editora.
- Webster, C. D., Douglas, K. S., Eaves, D. & Hart, S. D. (1997). *HCR-20: Assessing Risk for Violence* (Version 2). Burnaby, British Columbia, Canada, Simon Fraser University. Mental Health, Law, and Policy Institute.
- Yeh, H. C. & Lempers, J. D. (2004). Perceived sibling relationships and adolescent development. *Journal of Youth and Adolescence*, 33(2), 133-147.

Considerações Finais

A concretização desta investigação possibilitou um maior conhecimento acerca das crenças das crianças sobre a violência, assim como o seu ambiente natural e relações fraternas. A escassez de estudos nesta área demonstrou-se escassa no nosso país, sobretudo no que diz respeito à última variável anteriormente referida. Posto isto, o nosso estudo parece-nos que poderá ser um importante contributo para a comunidade científica portuguesa. A literatura existente acerca da associação entre o ambiente natural das crianças, as suas crenças sobre a violência e as suas relações no seio da fratria, não é muito expansiva, visto que as investigações até agora realizadas centram-se sobretudo na associação entre as duas primeiras variáveis referidas.

Ao referir a associação entre as crenças sobre a violência e o ambiente natural infantil, é necessário referir Sani, visto ter sido a responsável pela aferição da E.C.C.V. (*Escala de Crenças da Criança sobre a Violência*) para a população portuguesa, e ter criado a S.A.N.I. (*Sinalização do Ambiente Natural Infantil*). Num estudo realizado pela investigadora anteriormente mencionada em 2003, esta utilizou os dois instrumentos acima referidos, referindo nas conclusões finais que há uma enorme volubilidade na forma como as crianças reagem à violência, sendo, portanto, importante perceber de que forma podemos diminuir as consequências negativas que possam advir desse fenómeno (Sani, 2003).

No que diz respeito às relações fraternas é imperativo mencionar Relva e Fernandes visto terem elaborado diversas investigações relativamente a este tema, assim como sobre violência entre os irmãos. As relações fraternas são únicas e deveras importantes na construção do laço social e do próprio sujeito, podendo ser as relações mais duradouras na vida dos indivíduos, sendo caracterizadas por emoções negativas, assim como por emoções positivas (Fernandes. 2005; Fernandes et al., 2007). No seu artigo sobre “*Violência na família e violência entre os filhos*”, Relva afirma serem poucos os estudos que deram atenção à violência

existente entre os irmãos e atesta que, apesar do abuso sexual de crianças ser uma área com bastante investigação, *“é escasso o conhecimento deste tipo de violência no contexto da relação fraterna, sendo frequentemente rotulado de “brincadeira de crianças” ou “comportamentos exploratórios””* (Relva, 2015, p.248).

Referências Finais

- Sani, A. I. (2003). *As crenças, o discurso e a acção: As construções de crianças expostas à violência interparental*. Tese de doutoramento não publicada, Universidade do Minho, Braga.
- Relva, I. (2015). Violência na família e violência entre os filhos. In O. M. Fernandes & C. Maia (Eds.), *A família portuguesa no século XXI* (pp. 245-252). Lisboa: Edições Parsifal
- Fernandes, O. M. (2005). *Ser único ou ser irmão*. Cruz Quebrada: Oficina do Livro.
- Fernandes, O. M., Alarcão, M. & Raposo, J. (2007). Posição na fratria e personalidade. *Estudos de Psicologia*, 20, 297-304. Retirado de: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2007000300001>

ANEXOS:**Anexo 1: Protocolo de Investigação****Consentimento informado**

Exmo(a). Encarregado de Educação

Eu, aluna do 2º ano de Mestrado em Psicologia Clínica na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, no âmbito da elaboração da minha Dissertação de Mestrado, pretendo elaborar um estudo que engloba a aplicação de algumas escalas psicológicas. Estas são relativas às crenças das crianças no que diz respeito à violência. A aplicação das escalas será efetuada com uma coordenação elaborada entre o Gabinete de Psicologia da escola e os professores, de forma a não prejudicar a rotina escolar das crianças.

É importante mencionar que a participação do seu educando é voluntária e que não provocará qualquer tipo de danos, físicos e/ou psicológicos ao seu educando. Os dados obtidos são totalmente confidenciais, apenas serão divulgados os resultados, sem qualquer identificação dos participantes. Para esclarecimento de qualquer dúvida, contate o Departamento de Psicologia, UTAD, Apartado 1013, 5001-801, Vila Real.

Agradeço desde já a participação do seu (sua) educando(a) e a sua compreensão

Márcia Martins

Eu _____, autorizo o meu (minha) educando(a) a participar na aplicação das escalas psicológicas propostas.

Lousada, ___ de _____ de 2017

O(A) Encarregado de Educação _____

Anexo 2: Questionário Sociobiográfico

QUESTIONÁRIO SOCIOBIOGRÁFICO

(adaptado do *S. E. Q.*, de W. Toman, por Otília Monteiro Fernandes & Inês Relva, 2013)

Este questionário tem como objetivo fazer o levantamento de alguns aspetos do teu meio familiar de origem (no qual viveste, ou vives). Pedimos que sejas rigoroso e sincero e relembramos que não existem respostas certas ou erradas. Sempre que precisares de ajuda não hesites em solicitá-la.

MUITO OBRIGADA PELA TUA COLABORAÇÃO.

1. Tenho ____ anos de idade. 2. Sou do sexo: Feminino Masculino
3. Estou a frequentar o ____ ano (ano de escolaridade que frequenta) 4. Nacionalidade Portuguesa Sim Não
5. Número e tipo de irmãos (escreve o número)

Dos meus irmãos ____ são/eram irmãos de sangue (filhos de ambos os meus pais)

____ são/eram meios-irmãos (filhos de apenas um dos meus pais)

____ são/eram irmãos por parentesco (filhos da minha madrasta ou padrasto)

____ são/eram irmãos adotivos

6. Dados sobre os meus irmãos (começa do mais velho até ao mais novo)

Idade atual e sexo	____ Anos <input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> Masculino				
Tipo de irmão	<input type="checkbox"/> Irmão de sangue <input type="checkbox"/> Meio-irmão <input type="checkbox"/> Irmão por parentesco <input type="checkbox"/> Irmão adotivo	<input type="checkbox"/> Irmão de sangue <input type="checkbox"/> Meio-irmão <input type="checkbox"/> Irmão por parentesco <input type="checkbox"/> Irmão adotivo	<input type="checkbox"/> Irmão de sangue <input type="checkbox"/> Meio-irmão <input type="checkbox"/> Irmão por parentesco <input type="checkbox"/> Irmão adotivo	<input type="checkbox"/> Irmão de sangue <input type="checkbox"/> Meio-irmão <input type="checkbox"/> Irmão por parentesco <input type="checkbox"/> Irmão adotivo	<input type="checkbox"/> Irmão de sangue <input type="checkbox"/> Meio-irmão <input type="checkbox"/> Irmão por parentesco <input type="checkbox"/> Irmão adotivo
Já morreu?	<input type="checkbox"/> Sim. Quando eu tinha ____ anos. <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim. Quando eu tinha ____ anos. <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim. Quando eu tinha ____ anos. <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim. Quando eu tinha ____ anos. <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim. Quando eu tinha ____ anos. <input type="checkbox"/> Não
Viveu sempre contigo?	<input type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Não. Apenas dos meus ____ anos até aos meus ____ anos. <input type="checkbox"/> Nunca	<input type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Não. Apenas dos meus ____ anos até aos meus ____ anos. <input type="checkbox"/> Nunca	<input type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Não. Apenas dos meus ____ anos até aos meus ____ anos. <input type="checkbox"/> Nunca	<input type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Não. Apenas dos meus ____ anos até aos meus ____ anos. <input type="checkbox"/> Nunca	<input type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Não. Apenas dos meus ____ anos até aos meus ____ anos. <input type="checkbox"/> Nunca

7. Os meus pais

O meu PAI:
Idade: _____
 _____ Já faleceu
 _____ Solteiro
 _____ Casado/Junto/União de facto
 _____ Divorciado
 _____ Viúvo

Profissão: _____
 Quando eu tinha _____ Anos.

Estado Civil

Com :

a minha mãe	
a minha madrasta	
Outro	

A minha MãE:

Idade: _____
 _____ Já faleceu
 _____ Solteiro
 _____ Casado/Junto/União de facto
 _____ Divorciado
 _____ Viúvo

Profissão: _____
 Quando eu tinha _____ Anos.

Estado Civil

Com :

a minha mãe	
a minha madrasta	
Outro	

8. O meu agregado familiar é composto

Ao todo, lá em casa, somos _____ pessoas.

- por mim e por mais: Pai Avós paternos
- Substituto paterno Meios-irmãos Avós maternos
- Mãe Irmãos por parentesco
- Substituta maternal Irmãos adotivos
- Outros. Quem? _____

Anexo 3: Escala de Crenças da Criança sobre a Violência (E.C.C.V.)

Escala de Crenças da Criança sobre a Violência (E.C.C.V)

SANI, A. (2003)

INSTRUÇÕES: Primeiro, pedia-te que preenchesse o quadro com os teus dados pessoais, do qual não consta o nome, o que significa que estás a preencher um documento anónimo.

Data Nascimento: ___ / ___ / ___	Idade: ___ anos	Sexo: M ___ F ___	Ano e Turma: _____
Profissão do pai: _____		Profissão da mãe: _____	

A seguir está uma lista de pensamentos que algumas crianças e jovens dizem ter sobre situações de violência, isto é, aquelas situações em que existe uma ou mais pessoas que tratam mal alguém ou magoam outras pessoas. Lê cada frase com atenção e faz um círculo à volta do número que na tua opinião melhor descreve aquilo em que acreditas. Não existem respostas certas ou erradas, porque cada pessoa pensa de maneira diferente das outras. Tenta responder a todas as questões, optando só por uma das hipóteses que te apresentamos.

1	2	3	4
Não Concordo	Concordo pouco	Concordo	Concordo muito

LÊ ATENTAMENTE CADA UMA DAS FRASES

- | | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 1. Para uma pessoa magoar outra tem que haver um motivo. | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 2. Quando se bate em alguém é porque essa pessoa fez algo errado. | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 3. A violência tem a ver com o querer exercer controlo | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 4. As pessoas da família (ex: pais) têm direito de bater ou tratar mal. | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 5. É porque se confia nas pessoas que estas abusam ou magoam outras. | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 6. A violência deve ser uma preocupação somente para quem é violento. | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 7. Só controla a violência quem a exerce, os outros nada podem fazer. | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 8. As pessoas violentas são doentes da cabeça e não sabem o que fazem. | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 9. O álcool é responsável pela violência das pessoas. | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 10. Quem se droga não tem culpa de ser violento. | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 11. A violência entre dois adultos é normal e aceitável. | 1 | 2 | 3 | 4 |

12. Um adulto (ex: pai, professor) tem direito a magoar uma criança para a educar. 1 2 3 4
13. Só conseguimos lidar com a violência se formos violentos também. 1 2 3 4
14. A violência está ligada a relacionamentos pouco afectivos entre as pessoas. 1 2 3 4
15. A violência sobre as pessoas é sobretudo cometida por estranhos. 1 2 3 4
16. Um pai ou uma mãe têm direito a tratar mal o seu filho, porque eles é que mandam em casa. 1 2 3 4
17. Quem cuida (ex: pais) têm todo o direito de bater. 1 2 3 4
18. Quando a violência ocorre em casa é dentro de casa que tem que ser resolvida. Ninguém deve meter-se. 1 2 3 4
19. Só quando a violência ocorre na rua ou noutros sítios públicos devemos metermo-nos para acabar com a situação. 1 2 3 4
20. A violência não pode ser controlada. 1 2 3 4
21. As pessoas que são maltratadas e não pedem ajuda é porque não se importam de apanhar. 1 2 3 4
22. É mais grave uma mulher bater num homem do que um homem bater numa mulher. 1 2 3 4
23. É mais grave uma criança bater num adulto do que um adulto bater numa criança. 1 2 3 4
24. As mulheres têm direitos diferentes dos homens e por isso mais vale aguentar a violência. 1 2 3 4
25. As crianças têm direitos diferentes dos adultos e por isso mais vale não contar que são maltratadas. 1 2 3 4
26. A violência é algo que se aprende 1 2 3 4
27. A violência é um método para tentar resolver um problema. 1 2 3 4
28. Os homens têm mais direito de bater nos outros do que as mulheres. 1 2 3 4
29. Quando os pais batem nos filhos é para eles se corrigirem. 1 2 3 4
30. As pessoas merecem apanhar para aprenderem. 1 2 3 4
31. A violência tem a ver com poder ou desigualdade 1 2 3 4

- 0** = Nunca (nenhuma vez)
1 = Poucas vezes (1 ou 2 vezes nesse ano)
2 = Às vezes (+ de 2 ou 3 vezes nesse ano)
3 = Muitas vezes (cerca de 1 vez por mês)
4 = Quase sempre (+ de 1 vez por mês)

A quem fizeram ?

A um adulto A uma criança

EM MINHA CASA, NESTE ÚLTIMO ANO, EU JÁ VI ou OUVI ...

10. Obrigar uma pessoa a fazer tudo o que se quer como se fosse um(a) criado(a).	0 1 2 3 4	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11. Bater ou tentar bater com coisas em alguém.	0 1 2 3 4	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12. Não dar dinheiro para as despesas da casa.	0 1 2 3 4	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13. Obrigar a guardar segredo de coisas feias ou más.	0 1 2 3 4	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14. Estar sempre a controlar tudo (ex: o que se compra, o que se come ou bebe).	0 1 2 3 4	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15. Dar pontapés ou murros numa pessoa.	0 1 2 3 4	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
16. Gozar ou rir de alguém para a fazer sentir-se mal.	0 1 2 3 4	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17. Prender alguém para não se poder mexer do sítio.	0 1 2 3 4	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
18. Não deixar sair uma pessoa de casa para alguns sítios.	0 1 2 3 4	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
19. Prender alguém numa parte da casa (ex: quarto).	0 1 2 3 4	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20. Deixar de falar com uma pessoa durante algum tempo.	0 1 2 3 4	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
21. Dizer que destrói ou destruir mesmo qualquer coisa de valor (ex: roupas, objectos, etc.).	0 1 2 3 4	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
22. Ameaçar com separações de pessoas da família.	0 1 2 3 4	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
23. Perseguir ou seguir uma pessoa para onde quer que esta pessoa vá.	0 1 2 3 4	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

- 0** = Nunca (nenhuma vez)
1 = Poucas vezes (1 ou 2 vezes nesse ano)
2 = Às vezes (+ de 2 ou 3 vezes nesse ano)
3 = Muitas vezes (cerca de 1 vez por mês)
4 = Quase sempre (+ de 1 vez por mês)

A quem fizeram?

EM MINHA CASA, NESTE ÚLTIMO ANO, EU JÁ VI ou OUVI . . .

A um adulto A uma criança

24. Fazer acusações que não são verdadeiras só para magoar uma pessoa.	0	1	2	3	4	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
25. Meter medo a uma pessoa com armas ou outros objetos perigosos.	0	1	2	3	4	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
26. Obrigar uma pessoa a fazer coisas feias ou que a envergonham.	0	1	2	3	4	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
27. Ter ciúmes ou desconfiar muito de alguém.	0	1	2	3	4	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
28. Puxar ou empurrar alguém com força até essa pessoa cair.	0	1	2	3	4	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
29. Levar à força uma pessoa para certos sítios.	0	1	2	3	4	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
30. Dizer coisas que assustem muito a pessoa.	0	1	2	3	4	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Anexo 5: Questionário do Irmão ou Irmã (B.S.Q. – The Brother-Sister Questionnaire)

QUESTIONÁRIO DO IRMÃO OU IRMÃ (BSQ - The Brother – Sister Questionnaire)

(Graham-Bermann, 1993; tradução e adaptação de Fernandes & Relva, 2014)

Por favor lê as afirmações abaixo mencionadas em relação a TI e AQUELE IRMÃO/IRMÃ e assinala, com uma cruz ou um círculo, o número que melhor descreve a tua relação com ele/ela (a escala vai de 1 = NUNCA É VERDADE a 5 = É SEMPRE VERDADE):

A RELAÇÃO entre TI e o TEU IRMÃO ou IRMÃ	Nunca		Sempre		
	1	2	3	4	5
1. Nós somos muito parecidos.	1	2	3	4	5
2. Nós discutimos/brigamos muito.	1	2	3	4	5
3. Ele/ela tenta sempre imitar-me.	1	2	3	4	5
4. Eu emprestar-lhe-ia dinheiro.	1	2	3	4	5
5. Eu tenho de fazer as coisas antes do meu irmão/irmã.	1	2	3	4	5
6. Nós gostamos dos mesmos desportos ou jogos.	1	2	3	4	5
7. Eu preocupo-me muito com o que ele/ela faz.	1	2	3	4	5
8. Ele/ela preocupa-se muito com o que eu faço.	1	2	3	4	5
9. Nós temos os mesmos amigos.	1	2	3	4	5
10. Nós discutimos muito sobre de quem é a vez de fazer as coisas.	1	2	3	4	5
11. Nós somos bons nas mesmas disciplinas.	1	2	3	4	5
12. Nós gostamos de fazer as mesmas coisas.	1	2	3	4	5
13. Envolvemo-nos na mesma quantidade de problemas.	1	2	3	4	5
14. Quando ele/ela se sente feliz, eu também me sinto.	1	2	3	4	5
15. Gostamos dos mesmos programas de televisão.	1	2	3	4	5
16. Ele/ela pega nas minhas coisas sem pedir.	1	2	3	4	5
17. Passamos muito tempo juntos.	1	2	3	4	5
18. Fazemos a mesma quantidade de tarefas.	1	2	3	4	5
19. Somos muito próximos um do outro.	1	2	3	4	5
20. No geral, damo-nos muito bem.	1	2	3	4	5
21. Eu gostaria de dizer ao meu irmão/irmã o meu maior segredo.	1	2	3	4	5
22. Ele/ela sente-se mal quando eu me sinto mal.	1	2	3	4	5
23. O meu irmão/irmã é mais vezes culpado do que eu.	1	2	3	4	5
24. Eu sinto-me rejeitado pelo meu irmão/irmã.	1	2	3	4	5
25. Ele/ela tenta afastar-me dos meus amigos.	1	2	3	4	5
26. Ele/ela tenta fazer sempre o que eu estou a fazer.	1	2	3	4	5
27. Ele/ela mete-se sempre nos meus assuntos.	1	2	3	4	5
28. Nós somos bons amigos/companheiros.	1	2	3	4	5
29. Eu preocupo-me muito com o que ele/ela pensa.	1	2	3	4	5
30. Ele/ela preocupa-se muito com o que eu penso.	1	2	3	4	5
31. Se eu ganho alguma coisa, ele/ela também quer.	1	2	3	4	5
32. Ele/ela desarruma sempre as minhas coisas.	1	2	3	4	5
33. Ele/ela mostra-me como fazer coisas más.	1	2	3	4	5
34. Eu sinto-me usado ou ultrapassado por ele/ela.	1	2	3	4	5
35. Ele/ela cuida bastante de mim.	1	2	3	4	5

Anexo 6: Correspondência trocada com objetivo de abtenção de autorizações

No dia 28 de maio de 2017 às 20:51, Marcia Martins <marciamartins89@hotmail.com> escreveu:

Boa noite Dra Ana

Venho por este meio solicitar autorização para utilização da "Escala de Crenças da Criança sobre a Violência" e "Sinalização do Ambiente Natural Infantil".

Estou a elaborar a minha Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, tendo como orientadora a Professora Dra Otília Fernandes. Para a elaboração do projeto necessitaria da sua aprovação para a utilização das escalas acima referidas, assim como o envio, da sua parte, das mesmas.

Desde já agradeço a sua atenção,
Aguardo impacientemente a sua resposta,
Com os melhores cumprimentos,
Márcia Martins

Ana Isabel Sani

Professora Associada da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UFP
Coordenadora do Mestrado em Psicologia da Justiça: vítimas de violência e de crime
Universidade Fernando Pessoa
Praça 9 de Abril, 349 | 4249-004 Porto | Portugal
Tel. + 351 22 507 13 00 | ext. 2305

[CV Degois Ana Sani](#) | [Academia AnaSani](#) | [Researchgate Ana Sani](#) | [Google Académico](#)

Olá Márcia Martins

Junto envio para fins de investigação a Escala de Crenças da Criança sobre a Violência (ECCV) e a Escala de Sinalização do Ambiente Natural Infantil (S.A.N.I.).

Algumas referências que podem ser úteis:

- Sani, A. I. (2006). Escala de Crenças da Criança sobre a Violência (ECCV). In C. Machado, L. S. Almeida, M. Gonçalves & V. Ramalho (Org.), Actas XI Conferência Internacional de Avaliação Psicológica: formas e contextos. (pp. 917-926). Braga: Psiquilibrios. https://www.academia.edu/2528264/Escala_de_Cren%C3%A7as_da_Crian%C3%A7a_sobre_a_Viol%C3%A7ncia_E.C.C.V._2006
- Sani, A. I. (2007). Escala de Sinalização do Ambiente Natural Infantil (S.A.N.I.). In M. R. Simões, C. Machado, M. Gonçalves & L. S. Almeida (Coord.), Avaliação Psicológica: instrumentos validados para a população portuguesa. Vol. III. (pp. 123–135). Coimbra: Quarteto Editora. https://www.academia.edu/2528257/Sinaliza%C3%A7%C3%A3o_do_Ambiente_Familiar_Infantil_S.A.N.I._2007

Votos de um excelente trabalho, ANA SANI

Em 23 de maio de 2017 15:20, Marcia Martins <marciamartins89@hotmail.com> escreveu:

Boa tarde Sr. Diretor,
Escrevo-lhe para pedir a sua autorização para aplicar na escola por si dirigida alguns questionários para a elaboração da minha dissertação de mestrado em Psicologia Clínica.
O gabinete de Psicologia já está informado da situação e está à inteira disposição para ajudar no necessário, para que a aplicação dos questionários decorra da melhor forma possível.
Inicialmente enviaria consentimentos informados para os encarregados de educação através das crianças, e após essa etapa faríamos a aplicação dos testes em questão.
Desde já agradeço a sua compreensão.
Aguardo impacientemente a sua resposta,
Cumprimentos,
Márcia Martins

Agrupamento de Escolas Lousada Este

Rua do Mouro, nº 505
4620-058 Caíde de Rei
Tel. 255 821 020 / 255 821 347
Tlm.935 821 020 / 935 821 022
<http://www.eb23caiderei.pt>

Boa tarde Marcia
Agradeço que nos diga qual o tema dos questionário/inquéritos
Obrigado
Paulo Moreira

Em 29 de maio de 2017 15:46, Marcia Martins <marciamartins89@hotmail.com> escreveu:

Boa tarde, Sr. Diretor,
Os questionários são relativos às crenças das crianças sobre a violência.
Aplicaria a escala E.C.C.V e a escala S.A.N.I.

Com os melhores cumprimentos,
Márcia Martins

Agrupamento de Escolas Lousada Este

Rua do Mouro, nº 505
4620-058 Caíde de Rei
Tel. 255 821 020 / 255 821 347
Tlm.935 821 020 / 935 821 022
<http://www.eb23caiderei.pt>

Cara Márcia
Pode avançar com os questionários apenas quero que articule com a nossa psicóloga Marina, ela vai colaborar consigo.
Cumprimentos
Paulo Moreira

Anexo 7: Tabelas Artigo I

TABELA 1. Caracterização da amostra relativamente ao sexo, idade, nacionalidade e ano de escolaridade (N = 157).

Variáveis		n (%)
Sexo	Feminino	73 (46.5%)
	Masculino	84 (53.5%)
Idade Média = 12.7 Desvio-padrão = 1.1	11 anos	18 (11.5%)
	12 anos	58 (36.9%)
	13 anos	48 (30.6%)
	14 anos	24 (15.3%)
	15 anos	7 (4.5%)
	16 anos	2 (1.3%)
Ano de escolaridade	6º ano	53 (33.8%)
	7º ano	68 (43.3%)
	8º ano	36 (22.9%)
Nacionalidade	Portuguesa	156 (99.4%)
	Outra	1 (.6%)

TABELA 2. Caracterização da amostra relativamente ao estado civil, situação profissional dos pais e agregado familiar (N = 157).

Variáveis		Mãe	Pai
Estado civil	Casado(a)/União de facto	132 (84.1%)	130 (82.8%)
	Divorciado(a)	17 (10.8%)	18 (11.5%)
	Viúvo(a)	4 (2.5%)	2 (1.3%)
	Solteiro(a)	1 (.6%)	2 (1.3%)
	Já faleceu	3 (1.9%)	5 (3.2%)
Situação profissional Percentagens válidas – sem considerar os casos cuja profissão é desconhecida ou os pais faleceram.	Empregado(a)	144 (93.5%)	135 (95.1%)
	Desempregado(a)	10 (6.5%)	6 (4.2%)
	Reformado(a)	0 (.0%)	1 (.7%)
	Desconhecido/ ou pai/mãe faleceu	3	15
Agregado familiar	Pais Biológicos	127 (80.9%)	
	Mãe Biológica	23 (14.6%)	
	Pai Biológico	3 (1.9%)	
	Avós	2 (1.3%)	
	Outros	2 (1.3%)	

TABELA 3. Distribuição dos itens pelos fatores da ECCV e consistência interna dos fatores (N = 157).

Fatores ECCV	Itens	Alpha de Cronbach
Determinantes Socioculturais	7, 11, 13, 14, 21, 23, 24, 25, 26, 28, 29	.816
Determinantes Individuais	1, 2, 5, 6, 8, 9, 10, 15, 16, 19, 20, 22	.719
Determinantes Educativos	4, 12, 17, 18, 30, 31	.717
Etiologia da Violência	3, 27, 32	.435

TABELA 4. Análise descritiva e normalidade dos fatores da ECCV (N = 157).

Fatores ECCV	Mín-Max	Mediana	Média	Desvio-padrão
Determinantes Socioculturais	1.00 – 3.80	1.20	1.33	.45
Determinantes Individuais	1.00 – 3.73	2.10	2.10	.50
Determinantes Educativos	1.00 – 3.17	1.17	1.35	.42

TABELA 5. Distribuição dos itens pelos fatores da SANI e consistência interna dos fatores (N = 157).

Fatores SANI	Itens	Alpha de Cronbach
Abuso Físico	2, 11, 15, 17, 25, 28	.730
Abuso Emocional	1, 3, 6, 9, 16, 19, 21, 24, 30	.800
Coerção	4, 8, 10, 13, 22, 26, 29	.622
Controle	5, 7, 12, 14, 18, 20, 23, 27	.719

TABELA 6. Análise descritiva dos fatores da SANI (N = 157).

Fatores SANI	Mediana	Média	Desvio-padrão	“Nunca” n (%)	“Pelo menos uma vez” n (%)
Abuso Físico	.00	.09	.28	130 (82.8%)	27 (17.2%)
Abuso Emocional	.00	.23	.42	82 (52.2%)	75 (47.8%)
Coerção	.00	.12	.27	113 (72.0%)	44 (28.0%)
Controle	.00	.23	.44	89 (56.7%)	68 (43.3%)

TABELA 7. Comparação dos fatores da ECCV quanto ao sexo.

Fatores ECCV	SEXO		Teste de Mann-Whitney
	Feminino	Masculino	
	(n = 73)	(n = 84)	
	Mediana = 1.20	Mediana = 1.20	
Determinantes Socioculturais	Média = 1.29	Média = 1.37	<i>p</i> = .640
	DP = .35	DP = .51	
	Mediana = 2.18	Mediana = 2.00	
Determinantes Individuais	Média = 2.13	Média = 2.07	<i>p</i> = .378
	DP = .48	DP = .52	
	Mediana = 1.17	Mediana = 1.33	
Determinantes Educativos	Média = 1.27	Média = 1.43	<i>p</i> = .038
	DP = .33	DP = .48	

TABELA 8. Comparação dos fatores da ECCV quanto ao tipo de fratria.

Fatores ECCV	TIPO DE FRATRIA			Teste de Kruskal-Wallis
	M/M	F/F	M/F	
	(n = 27)	(n = 21)	(n = 71)	
	Mediana = 1.20	Mediana = 1.20	Mediana = 1.20	
Determinantes Socioculturais	Média = 1.40	Média = 1.29	Média = 1.36	<i>p</i> = .728
	DP = .63	DP = .33	DP = .42	
	Mediana = 1.91	Mediana = 2.36	Mediana = 2.18	
Determinantes Individuais	Média = 2.11	Média = 2.23	Média = 2.14	<i>p</i> = .531
	DP = .57	DP = .47	DP = .48	
	Mediana = 1.33	Mediana = 1.00	Mediana = 1.17	
Determinantes Educativos	Média = 1.43	Média = 1.27	Média = 1.40	<i>p</i> = .180
	DP = .44	DP = .40	DP = .45	

TABELA 9. Correlação dos fatores da ECCV com os fatores da SANI (N = 157).

Fatores ECCV	Fatores SANI			
	Abuso Físico	Abuso Emocional	Coerção	Controlo
Determinantes Socioculturais	R = .222	R = .185	R = .157	R = .170
	<i>p</i> = .005	<i>p</i> = .020	<i>p</i> = .050	<i>p</i> = .033
Determinantes Individuais	R = .304	R = .311	R = .268	R = .315
	<i>p</i> < .001	<i>p</i> < .001	<i>p</i> = .001	<i>p</i> < .001
Determinantes Educativos	R = .323	R = .417	R = .303	R = .353
	<i>p</i> < .001	<i>p</i> < .001	<i>p</i> < .001	<i>p</i> < .001

R – Coeficiente de Correlação de Spearman.

TABELA A1. Caracterização da amostra relativamente às profissões do pai e da mãe (N = 157).

Profissão do pai	N = 142	Profissão da mãe	N = 154
Construção civil	49 (34.5%)	Doméstica/empregada limpeza	35 (22.7%)
Carpinteiro	13 (9.2%)	Empresário(a)	32 (20.8%)
Empregado(a) fabril	9 (6.3%)	Empregado(a) fabril	29 (18.8%)
Mecânico(a)	6 (4.2%)	Empregado(a) balcão	7 (4.5%)
Camionista	6 (4.2%)	Pedreiro	4 (2.6%)
Manobrador(a) de máquinas	5 (3.5%)	Comerciante	4 (2.6%)
Empresário(a)	4 (2.8%)	Padeiro(a)/pasteleiro(a)	3 (1.9%)
Comerciante	4 (2.8%)	Professor(a)	3 (1.9%)
Serralheiro	4 (2.8%)	Contabilista	3 (1.9%)
Padeiro	3 (2.1%)	Camionista	3 (1.9%)
Eletricista	2 (1.4%)	Esteticista	3 (1.9%)
Motorista	2 (1.4%)	Carpinteiro	2 (1.3%)
Cantoneiro(a)	2 (1.4%)	Ferroviário	2 (1.3%)
Pintor	2 (1.4%)	Chefe secção	2 (1.3%)
GNR	2 (1.4%)	Jardineiro(a)	2 (1.3%)
Empregado(a) de balcão	1 (.7%)	Funcionário(a) publico	1 (.6%)
Pintor naval	1 (.7%)	Motorista	1 (.6%)
Gerente bancário(a)	1 (.7%)	Empregado(a) mesa	1 (.6%)
Terapeuta ocupacional	1 (.7%)	Secretário(a)	1 (.6%)
Assistente de bordo	1 (.7%)	Calceteiro	1 (.6%)
Pedreiro	1 (.7%)	Enfermeiro(a)	1 (.6%)
Técnico de ar condicionado	1 (.7%)	Telefonista	1 (.6%)
Técnico(a) de informática	1 (.7%)	Trabalhador café/ restauração	1 (.6%)
Talhante	1 (.7%)	Autoridade de segurança	1 (.6%)
Vendedor imobiliário	1 (.7%)	Técnico comunicações	1 (.6%)
Operador(a) de hipermercado	1 (.7%)	Desempregado(a)	10 (6.5%)
Calceteiro	1 (.7%)	Mãe já faleceu	3
Trabalhador café/restauração	1 (.7%)		
Cozinheiro(a)	1 (.7%)		
Trabalhador(a) ferroviário(a)	1 (.7%)		
Arquiteto(a)	1 (.7%)		
Feirante	1 (.7%)		
Faz tudo	1 (.7%)		
Porteiro	1 (.7%)		
Bombeiro	1 (.7%)		
Picheleiro	1 (.7%)		
Agricultor	1 (.7%)		
Desempregado(a)	6 (4.2%)		
Reformado	1 (.7%)		
Pai já faleceu	5		
Desconhecido	10		

TABELA A2. Estudo da normalidade dos dados (N = 157).

Escalas/fatores	Coefficiente de Assimetria	Coefficiente de Achatamento	Teste de Kolmogorov-Smirnov
ECCV			
Determinantes Socioculturais	2.550	7.912	$p < .001$
Determinantes Individuais	.361	.038	$p = .017$
Determinantes Educativos	1.628	3.165	$p < .001$
SANI			
Abuso Físico	2.930	8.360	$p < .001$
Abuso Emocional	2.249	4.866	$p < .001$
Coerção	3.005	9.828	$p < .001$
Controlo	2.528	7.304	$p < .001$

Anexo 8: Tabelas Artigo II

TABELA 1. Caracterização da amostra relativamente ao sexo, idade, nacionalidade e ano de escolaridade (N = 119).

Variáveis		n (%)
Sexo	Feminino	55 (46.2%)
	Masculino	64 (53.8%)
Idade Média = 12.7 Desvio-padrão = 1.2	11 anos	14 (11.8%)
	12 anos	43 (36.1%)
	13 anos	33 (27.7%)
	14 anos	20 (16.8%)
	15 anos	7 (5.9%)
	16 anos	2 (1.7%)
Ano de escolaridade	6º ano	42 (35.3%)
	7º ano	49 (41.2%)
	8º ano	28 (23.5%)

TABELA 2. Caracterização da amostra relativamente ao estado civil, situação profissional dos pais e agregado familiar (N = 119).

Variáveis		Mãe	Pai
Estado civil	Casado(a)/União de facto	99 (83.2%)	99 (83.2%)
	Divorciado(a)	13 (10.9%)	13 (10.9%)
	Viúvo(a)	3 (2.5%)	2 (1.7%)
	Solteiro(a)	1 (.8%)	1 (.8%)
	Já faleceu	3 (2.5%)	4 (3.4%)
Situação profissional Percentagens válidas – sem considerar os casos cuja profissão é desconhecida ou os pais faleceram.	Empregado(a)	109 (94.0%)	101 (93.5%)
	Desempregado(a)	7 (6.0%)	6 (5.6%)
	Reformado(a)	0 (.0%)	1 (.9%)
	Desconhecido/ ou pai/mãe faleceu	3	11
Agregado familiar	Pais Biológicos	97 (81.5%)	
	Mãe Biológica	17 (14.3%)	
	Pai Biológico	3 (2.5%)	
	Outros	2 (1.7%)	

TABELA 3. Caracterização da amostra relativamente aos irmãos (N = 119).

Variáveis		n (%)
Número de irmãos	Apenas um irmão	89 (74.8%)
	Dois ou mais irmãos	30 (25.2%)
Tipo de irmão	Irmão de sangue	110 (92.4%)
	Meio-irmão	7 (5.9%)
	Irmão por parentesco	2 (1.7%)
Tipo de fratria	Masculino/Masculino	27 (22.7%)
	Feminino/Feminino	21 (17.6%)
	Masculino/Feminino	71 (59.7%)

TABELA 4. Distribuição dos itens pelos fatores da ECCV e consistência interna dos fatores (N = 119).

Fatores ECCV	Itens	Alpha de Cronbach
Determinantes Socioculturais	7, 11, 13, 14, 21, 23, 24, 25, 26, 28, 29	.816
Determinantes Individuais	1, 2, 5, 6, 8, 9, 10, 15, 16, 19, 20, 22	.714
Determinantes Educativos	4, 12, 17, 18, 30, 31	.717
Etiologia da Violência	3, 27, 32	.403

TABELA 5. Análise descritiva e normalidade dos fatores da ECCV (N = 119).

Fatores ECCV	Mín-Max	Mediana	Média	Desvio-padrão
Determinantes Socioculturais	1.00 – 3.80	1.20	1.36	.46
Determinantes Individuais	1.09 – 3.73	2.18	2.15	.50
Determinantes Educativos	1.00 – 3.17	1.17	1.38	.44

TABELA 6. Distribuição dos itens pelos fatores do BSQ e consistência interna dos fatores (N = 119).

Fatores BSQ	Itens	Alpha de Cronbach
Empatia	2*, 4, 7, 8, 14, 17, 19, 20, 21, 22, 28, 29, 30, 35	.841
Manutenção de Limites	3*, 16*, 26*, 27*, 31*, 32*	.827
Grau de Diferenciação	1, 6, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 18	.728
Coerção	5*, 23, 24, 25, 33, 34	.731

* itens com escala de resposta invertida.

TABELA 7. Análise descritiva e normalidade dos fatores do BSQ (N = 119).

Fatores BSQ	Mín-Max	Mediana	Média	Desvio-padrão
Empatia	1.50 – 5.00	3.86	3.82	.75
Manutenção de Limites	1.00 – 5.00	3.67	3.62	1.08
Grau de Diferenciação	1.22 – 5.00	2.67	2.70	.76
Coerção	1.00 – 5.00	1.50	1.66	.72

TABELA 8. Comparação dos fatores do BSQ quanto ao sexo.

Fatores BSQ	SEXO		Teste de Mann-Whitney
	Feminino	Masculino	
	(n = 55)	(n = 64)	
	Mediana = 4.14	Mediana = 3.71	
Empatia	Média = 3.96	Média = 3.70	p = .039
	DP = .73	DP = .75	
	Mediana = 3.67	Mediana = 3.75	
Manutenção de Limites	Média = 3.68	Média = 3.58	p = .694
	DP = 1.03	DP = 1.13	
	Mediana = 2.78	Mediana = 2.56	
Semelhança	Média = 2.78	Média = 2.63	p = .244
	DP = .76	DP = .76	
	Mediana = 1.33	Mediana = 1.67	
Coerção	Média = 1.47	Média = 1.83	p = .003
	DP = .52	DP = .83	

TABELA 9. Comparação dos fatores do BSQ quanto ao tipo de fratria.

Fatores BSQ	TIPO DE FRATRIA			Teste de Kruskal-Wallis
	M/M (n = 27)	F/F (n = 21)	M/F (n = 71)	
Empatia	Mediana = 3.86	Mediana = 4.21	Mediana = 3.79	<i>p</i> = .112
	Média = 3.84	Média = 4.06	Média = 3.74	
	DP = .65	DP = .84	DP = .75	
Manutenção de Limites	Mediana = 3.33	Mediana = 3.83	Mediana = 3.83	<i>p</i> = .464
	Média = 3.42	Média = 3.63	Média = 3.70	
	DP = 1.08	DP = 1.15	DP = 1.06	
Semelhança	Mediana = 2.67	Mediana = 3.11	Mediana = 2.56	<i>p</i> = .038
	Média = 2.68	Média = 3.07	Média = 2.60	
	DP = .67	DP = .72	DP = .78	
Coerção	Mediana = 1.50	Mediana = 1.33	Mediana = 1.67	<i>p</i> = .095
	Média = 1.70	Média = 1.43	Média = 1.71	
	DP = .61	DP = .56	DP = .80	

TABELA 10. Correlação dos fatores do BSQ com os fatores da ECCV (N = 119).

Fatores BSQ	Fatores ECCV		
	Determinantes Socioculturais	Determinantes Individuais	Determinantes Educativos
Empatia	R = -.030	R = -.027	R = -.284
	<i>p</i> = .742	<i>p</i> = .770	<i>p</i> = .002
Manutenção de Limites	R = -.333	R = -.262	R = -.289
	<i>p</i> < .001	<i>p</i> = .004	<i>p</i> = .001
Semelhança	R = .140	R = .125	R = .134
	<i>p</i> = .129	<i>p</i> = .174	<i>p</i> = .146
Coerção	R = .327	R = .107	R = .323
	<i>p</i> < .001	<i>p</i> = .245	<i>p</i> < .001

R – Coeficiente de Correlação de Spearman.

TABELA A1. Caracterização da amostra relativamente às profissões do pai e da mãe (N = 119).

Profissão do pai	N = 108	Profissão da mãe	N = 116
Construção civil	38 (35.2%)	Doméstica/empregada limpeza	28 (24.1%)
Carpinteiro	11 (10.2%)	Empresário(a)	23 (19.8%)
Empregado(a) fabril	7 (6.5%)	Empregado(a) fabril	22 (19.0%)
Camionista	6 (5.6%)	Empregado(a) balcão	7 (6.0%)
Manobrador(a) de máquinas	5 (4.6%)	Comerciante	4 (3.4%)
Serralheiro	4 (3.7%)	Pedreiro	3 (2.6%)
Comerciante	3 (2.8%)	Esteticista	3 (2.6%)
Padeiro	3 (2.8%)	Carpinteiro	2 (1.7%)
Empresário(a)	2 (1.9%)	Padeiro(a)/pasteleiro(a)	2 (1.7%)
Mecânico(a)	2 (1.9%)	Professor(a)	2 (1.7%)
Pintor	2 (1.9%)	Jardineiro(a)	2 (1.7%)
GNR	2 (1.9%)	Ferroviário	1 (.9%)
Eletricista	1 (.9%)	Contabilista	1 (.9%)
Motorista	1 (.9%)	Chefe secção	1 (.9%)
Cantoneiro(a)	1 (.9%)	Camionista	1 (.9%)
Vendedor imobiliário	1 (.9%)	Secretário(a)	1 (.9%)
Operador(a) de hipermercado	1 (.9%)	Calceteiro	1 (.9%)
Calceteiro	1 (.9%)	Enfermeiro(a)	1 (.9%)
Trabalhador café/restauração	1 (.9%)	Telefonista	1 (.9%)
Cozinheiro(a)	1 (.9%)	Trabalhador café/restauração	1 (.9%)
Trabalhador(a) ferroviário(a)	1 (.9%)	Autoridade de segurança	1 (.9%)
Arquiteto(a)	1 (.9%)	Técnico comunicações	1 (.9%)
Feirante	1 (.9%)	Desempregado(a)	7 (6.0%)
Faz tudo	1 (.9%)	Mãe já faleceu	3
Porteiro	1 (.9%)		
Bombeiro	1 (.9%)		
Picheleiro	1 (.9%)		
Agricultor	1 (.9%)		
Reformado	1 (.9%)		
Desempregado(a)	6 (5.6%)		
Pai já faleceu	4		
Desconhecido	7		

TABELA A2. Estudo da normalidade dos dados (N = 119).

Escalas/fatores	Coefficiente de Assimetria	Coefficiente de Achatamento	Teste de Kolmogorov-Smirnov
ECCV			
Determinantes Socioculturais	2.550	7.912	$p < .001$
Determinantes Individuais	.361	.038	$p = .017$
Determinantes Educativos	1.628	3.165	$p < .001$
BSQ			
Empatia	-.623	.141	$p = .194$
Manutenção de Limites	-.492	-.654	$p = .004$
Grau de Diferenciação	.226	-.318	$p = .200$
Coerção	2.250	6.547	$p < .001$